RETIFICAR, em parte, os termos da Portaria n.º 536, de 09 de julho de 2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n.º 130, de 18 de julho de 2013, referente à designação de substituto para exercer a Chefia do Cartório da 39ª Zona Eleitoral da Comarca de RESERVA, para onde se lê: "no período de 24.07 a 02.08.2013, em virtude de fruição de banco de horas da titular"; leia-se: "no período de 24.07 a 06.08.2013, em virtude de fruição de banco de horas e licença para tratamento de saúde da titular."

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 02 de agosto de 2013.

Des. ROGÉRIO COELHO
Presidente

Portaria n° 582/2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XXIII, do Regimento Interno deste Tribunal, considerando o contido no PAD sob n° 6083/2013-TRE,

R E S O L V E

DESIGNAR a servidora ANA PAULA MOURA CREVELARO, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área de Atividade Administrativa, Classe A, Padrão 3, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, lotada na 150ª Zona Eleitoral da Comarca de APUCARANA, para substituir a servidora JEANE GENARA VOLPATO, no exercício da função comissionada, nível FC-01, de Chefe de Cartório da 179ª Zona Eleitoral da mesma Comarca, nos dias 26 e 29.07.2013, em virtude de licença para tratamento de saúde da titular e de licença à gestante da substituta designada, servidora NAIRA LUCIA NUNES ANDRÉ.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 02 de agosto de 2013.

Des. ROGÉRIO COELHO
Presidente

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Atos do Corregedor

Provimentos

Relação de Publicação n° 33/13-CRE/PR

PARTE I
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

TÍTULO I
ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS

PROVIMENTO N° 03/2013 - CRE/PR, de 05 de agosto de 2013

Aprova código de normas da Corregedoria Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais do Estado do Paraná.

O Desembargador Edson Luiz Vidal Pinto, Corregedor Regional Eleitoral, no uso das atribuições previstas nos artigos 8º, incisos II e X, da Resolução-TSE n° 7.651/65, 88 da Resolução-TSE n° 21.538/03, e 22, incisos I, IX e XI, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e considerando a necessidade de atualizar as normas que regem os serviços da Corregedoria Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais desta circunscrição, resolve:

Art. 1º Este provimento destina-se a regular os serviços da Corregedoria Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais do Estado do Paraná, vinculando os juízes e servidores dos cartórios eleitorais (art. 13, Resolução-TSE n° 7.651/65).

PARTE I
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
TÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS
CAPÍTULO I
ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Corregedoria Regional Eleitoral é a unidade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná à qual incumbe a orientação e fiscalização da atividade jurisdicional de primeiro grau e dos serviços eleitorais, notadamente aqueles relativos à administração e manutenção do cadastro eleitoral, na circunscrição do Estado do Paraná.

Art. 3º A função de Corregedor Regional Eleitoral é exercida pelo desembargador, juiz do Tribunal Regional Eleitoral, ao qual não couber a função de Presidente.

Art. 4º A estrutura administrativa da Corregedoria Regional Eleitoral será organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, na forma regimental.

Parágrafo único. Para o desempenho dos serviços, serão designados servidores efetivos do quadro permanente da secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, devendo um deles servir como Assessor-Chefe, a cuja nomeação são inerentes as atribuições de titular de ofício de justiça. Art. 5º Os atos emanados do Corregedor Regional Eleitoral terão a seguinte nomenclatura, com seus conceitos:

I - PROVIMENTO: ato de caráter normativo com a finalidade de esclarecer e orientar a execução dos serviços judiciais e extrajudiciais em geral. Quando destinado a alterar as Normas de Serviço deve ser redigido de forma a indicar expressamente o item alterado, a fim de preservar a sistematização e a numeração existente;

II - PORTARIA: ato de natureza geral objetivando aplicar, em casos concretos, os dispositivos legais atinentes à atividade funcional dos magistrados e servidores;

III - INSTRUÇÃO: ato de caráter complementar, com o objetivo de orientar a execução de serviço judiciário específico;

IV - CIRCULAR: instrumento em que se divulga matéria normativa ou administrativa, para conhecimento geral;

V - ORDEM DE SERVIÇO: ato de providência interna e circunscrita ao plano administrativo da Corregedoria Regional Eleitoral.

CAPÍTULO II

ORDEM GERAL DOS SERVIÇOS

Seção I

DOCUMENTOS E PROCESSOS

Art. 6º O expediente recebido será apresentado ao Corregedor Regional Eleitoral em até 24 (vinte e quatro) horas e, tratando-se de petição, será registrada(o) e atuada(o), atribuindo-se-lhe classificação consoante dispõem a Resolução-TSE nº 22.676/07 e o Provimento-CGE nº 07/2008, e numeração única e renovável anualmente, de tudo certificado nos autos.

§ 1º O expediente ou a petição serão prontamente apresentados ao Corregedor Regional Eleitoral quando se referirem a medida urgente.

§ 2º A providência determinada no despacho será cumprida em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo determinação expressa em sentido diverso, ou imediatamente, caso se refira a providência cautelar ou de urgência.

§ 3º Será certificado ou juntado documento correspondente ao cumprimento das providências ordenadas.

Art. 7º Nos processos em trâmite, havendo omissão quanto ao prazo de cumprimento, será aguardada a resposta do requerido por dez dias, contados da data em que ele tomou conhecimento do feito.

§ 1º A resposta apresentada será levada a despacho com os autos correspondentes.

§ 2º Decorrido o prazo, sem apresentação de resposta, será certificado o fato, com a conclusão imediata.

Art. 8º As intimações das decisões do Corregedor Regional Eleitoral dar-se-ão mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico, salvo determinação diversa.

§ 1º Da intimação é indispensável constar o nome das partes, de seus advogados, o número do processo, o teor da parte dispositiva da decisão e outros elementos necessários à sua identificação, sob pena de nulidade.

§ 2º Nos processos submetidos a segredo de justiça, para que as eventuais intimações pelo Diário da Justiça Eletrônico não o violem, serão indicados a natureza da ação, o número dos autos, os nomes completos dos advogados e o teor do despacho ou decisão de forma resumida, devendo constar, no local onde se indicar a causa de pedir, o município e os nomes das partes, a expressão 'SIGILOSO' (Resolução-TSE nº 23.326/10).

§ 3º Os despachos e as decisões constarão das relações de intimação com o máximo de precisão, certificados nos autos o número da relação e a data da sua remessa para publicação.

Art. 9º Feita a publicação, após a conferência do seu teor, será certificada nos autos, mencionando o número do diário e a sua data.

Parágrafo único. Havendo incorreção que invalide a intimação, a publicação será retificada e repetida, certificando-se a respeito.

Art. 10. Será pessoal e mediante carga dos autos a intimação da Procuradoria Regional Eleitoral.

Art. 11. Os prazos serão verificados diariamente, anotando-se a data designada para audiência ou interrogatório.

Art. 12. Os autos serão exibidos ao Corregedor Regional Eleitoral pelo menos 3 (três) dias antes da data marcada para a audiência, verificada previamente a regularidade das intimações pertinentes.

Art. 13. Nenhum processo permanecerá paralisado, fazendo conclusos aqueles que não tiverem movimentação em até 30 (trinta) dias da última tramitação.

Art. 14. As folhas dos autos serão numeradas e rubricadas e não excederão 200 (duzentas) em cada volume, salvo determinação expressa em contrário ou para manter o documento na sua integralidade.

Art. 15. O encerramento e a abertura dos volumes serão certificados em folhas suplementares e sem numeração. Os novos volumes serão numerados na capa, de forma destacada, e a sua formação também será anotada na capa dos autos do primeiro volume.

Art. 16. Ocorrendo ordem de desentranhamento, seu cumprimento será certificado logo após o despacho, substituídas as peças por folha na qual se lançará referência ao fato e ao número daquelas folhas desentranhadas, deixando-se de proceder à renumeração das folhas dos autos.

Art. 17. O arquivamento do processo ou documento será anotado no sistema eletrônico de registro e de acompanhamento de documentos e processos.

Art. 18. Os ofícios expedidos serão numerados em ordem cronológica, renovável anualmente, e será arquivada cópia em pasta própria, preferencialmente em meio eletrônico.

Art. 19. Documentos e ofícios recebidos, cujos arquivamentos sejam determinados, e desde que não se refiram a processos ou documentos registrados, serão arquivados em pastas próprias, armazenadas em meio físico ou eletrônico.

Seção II

CÓPIAS REPROGRÁFICAS E AUTENTICAÇÕES

Art. 20. Para a obtenção de cópia reprográfica de peças de autos e livros, será observado o disposto no art. 5º, LX, CF.

§ 1º A cópia de processo que trate de apuração de falta disciplinar será requerida ao Corregedor Regional Eleitoral.

§ 2º O Corregedor Regional Eleitoral poderá determinar, visando ao resguardo do documento a ser reproduzido, que este seja retirado da secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral acompanhado de servidor.

§ 3º Os custos de reprodução correrão às expensas do interessado.

Art. 21. Cópias de documentos de processos em andamento ou arquivados, judiciais ou administrativos, poderão ser autenticadas por qualquer dos servidores da Corregedoria Regional Eleitoral.

Seção III

USO DO FAC-SÍMILE

Art. 22. É autorizado o uso do fac-símile para o encaminhamento de petições e documentos (Lei nº 9.800/99), observado o contido em capítulo próprio do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

CAPÍTULO III

REGISTROS E LIVROS OBRIGATÓRIOS

Seção I

REGISTROS E LIVROS OBRIGATÓRIOS

Art. 23. A Corregedoria Regional Eleitoral deverá manter escriturados os seguintes livros:

- I - Atos Normativos;
- II - Carga;
- III - Portarias;
- IV - Remessa de Documentos e Processos;
- V - Sentenças.

Art. 24. O Livro de Atos Normativos poderá ser formado por folhas soltas ou em meio eletrônico, assegurada a guarda e conservação dos documentos autênticos em arquivos armazenados em pasta específica, e registrará a íntegra do ato, em seu original, certificando-se a data e o número da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 25. O Livro de Carga poderá ser formado por folhas soltas, assegurada a sua guarda e conservação em pasta específica, devendo ser mantido em secretaria e conter elementos que identifiquem os autos e documentos retirados, o destinatário dos autos/documentos com a sua assinatura, a data da carga e da devolução dos autos/documentos, e a rubrica do servidor que der a baixa.

Art. 26. O Livro de Portarias poderá ser formado por folhas soltas ou em meio eletrônico, assegurada a guarda e conservação dos documentos autênticos em arquivos armazenados em pasta específica, e conterà as portarias expedidas pelo Corregedor Regional Eleitoral, cronologicamente arquivadas, certificados, no próprio ato, a data e o número da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Art. 27. O Livro de Remessa de Documentos e Processos poderá ser formado por folhas soltas, assegurada a sua guarda e conservação em pasta específica, e registrará, em ordem cronológica, a data de saída de autos e documentos, bem como dados que os identifiquem, e a data e rubrica/assinatura de quem os recebeu.

Art. 28. Os documentos e petições recebidos pela Corregedoria Regional Eleitoral serão registrados no sistema eletrônico de protocolo integrado do Tribunal Regional Eleitoral, no qual será registrada a sua autuação, se for o caso, e tramitação até ulterior arquivamento.

Art. 29. O Livro de Sentenças será formado preferencialmente em meio eletrônico, assegurada a guarda e conservação das sentenças autênticas em arquivos armazenados em pasta específica, arquivadas cronologicamente, contendo número sequencial, em série anual e renovável.

Seção II

ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS

Art. 30. A escrituração dos livros e papéis será feita em vernáculo, utilizando-se tinta azul ou preta. É vedado o uso de borracha ou outro meio mecânico, assim como a utilização de corretivo ou outro meio químico, para sua correção ou alteração.

Art. 31. Considerando-se a natureza dos atos escriturados, os livros poderão ser organizados em folhas presas, caso em que devem ser manuscritos, ou em folhas soltas, digitadas, impressas por sistema de computação ou por fotocópias, que poderão ser encadernadas após seu encerramento.

Parágrafo único. Os livros não ultrapassarão 200 (duzentas) folhas, que serão numeradas e rubricadas, salvo aqueles formados em meio eletrônico, os quais serão armazenados em servidor da rede da Justiça Eleitoral, visando à sua guarda e conservação.

Art. 32. Em todos os livros, excetuados aqueles formados em meio eletrônico, serão lavrados termos de abertura e, ao seu término, de encerramento, neste sendo consignado qualquer fato relevante (como folha em branco, certidão de cancelamento de atos, entre outros).

Parágrafo único. Naqueles formados em meio eletrônico, será criada pasta com o nome do livro, que conterà subpastas com a identificação sequencial do ano a que se referem os documentos ali incluídos, entre os quais poderá constar certidão que consigne qualquer fato relevante. Art.

33. Na escrituração dos livros e autos devem ser evitados erros, omissões, emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, efetuando-se, quando necessárias, as devidas ressalvas antes do encerramento do ato e da aposição das assinaturas.

§ 1º As anotações de "sem efeito" devem estar acompanhadas da assinatura de quem as fez. §

2º Serão evitados e inutilizados os espaços em branco.

Art. 34. Os livros e documentos, em andamento ou findos, serão mantidos devidamente ordenados, em local adequado e seguro.

CAPÍTULO IV

BASE DE PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

Art. 35. A utilização da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos é regulamentada pela Corregedoria-Geral Eleitoral.

Art. 36. A Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos é utilizada para o armazenamento de dados relativos às pessoas com restrição de direitos políticos, nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e com impedimento ao alistamento eleitoral em decorrência da prestação do serviço militar obrigatório (consciência), sempre que não for possível o registro da informação sobre a perda ou a suspensão no cadastro eleitoral.

Art. 37. A Corregedoria Regional Eleitoral é responsável pela inserção dos dados relativos à suspensão de direitos políticos sempre que verificada a inexistência de inscrição no cadastro eleitoral, de acordo com as comunicações prestadas pelas zonas eleitorais desta circunscrição.

Art. 38. Recebida a comunicação relativa à suspensão dos direitos políticos pela Corregedoria Regional Eleitoral, deverá ser realizado o respectivo registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, ou sua inativação, nos casos de cessação do impedimento, independentemente de despacho.

Parágrafo único. Não será anotada informação sobre restabelecimento de direitos políticos relativa a situação de suspensão que não tenha sido objeto de oportuno registro, salvo no caso em que a comunicação de extinção de punibilidade for relativa à condenação criminal referente às hipóteses previstas no art. 1º, I, e, da Lei Complementar nº 64/90, quando em curso o prazo de inelegibilidade a que se refere o mencionado dispositivo, devendo a situação do registro figurar como inativo.

Art. 39. A desativação de registro de suspensão na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos será efetivada pela Corregedoria Regional Eleitoral, ainda que a informação tenha sido inserida por outra corregedoria, mediante requerimento de regularização, protocolado nesta circunscrição, por interessado que comprove a cessação da causa que motivou o registro, ou de ofício, ao tomar conhecimento da cessação da causa.

§ 1º Na hipótese de o registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos decorrer de condenação criminal, será ele inativado mediante comprovação da extinção de todas as penas aplicadas.

§ 2º Havendo mais de um registro para a mesma pessoa, a desativação de cada um deles ocorrerá individualmente, após a comprovação de haver cessado cada um dos motivos da suspensão.

CAPÍTULO V

CADASTRAMENTO DE USUÁRIO NO FILIAWEB

Art. 40. O representante partidário do diretório regional deverá se cadastrar perante a Justiça Eleitoral para utilização do sistema de filiação partidária (Filiaweb), mediante a obtenção de senha, em conformidade com o disposto na Resolução-TSE nº 23.117/09 e no Provimento-CGE nº 2/2010.

Parágrafo único. O cadastramento será realizado em nome do presidente do órgão partidário.

Art. 41. A verificação da legitimidade do representante partidário e da vigência da composição do respectivo diretório será realizada a partir dos dados contidos no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), aprovado pela Resolução-TSE nº 23.093/09.

§ 1º A validade da senha para utilização do sistema Filiaweb estará vinculada ao início e fim de vigência da constituição do órgão de direção partidária registrada no SGIP.

§ 2º Expirado o prazo de validade do órgão de direção partidária cadastrado, ou havendo alteração na presidência, será cancelada a habilitação de todos os usuários vinculados, sendo necessário requerimento para obtenção de nova senha.

Art. 42. Estabelecido pelo partido que o gerenciamento e a entrega da relação de filiados de um ou mais municípios será feita pelo diretório regional, a habilitação deverá ser efetuada perante a Corregedoria Regional Eleitoral mediante indicação dos municípios cujas listas pretende gerenciar.

§ 1º Não havendo indicação, o requerente obterá o acesso ao sistema Filiaweb, mas estará impedido de gerenciar e entregar a relação de filiados.

§ 2º O gerenciamento e a entrega da relação de filiados de um ou mais municípios pelo diretório regional impede ou cancela a habilitação de todos os usuários de nível municipal correspondentes.

Art. 43. Cumpridas as formalidades, será realizada a inclusão do usuário, independentemente de despacho, e será fornecida a senha para acesso ao sistema Filiaweb, que será retirada pessoalmente pelo presidente do órgão partidário, por pessoa formalmente autorizada, ou encaminhada por e-mail se for assim expressamente requerido.

PARTE II

FUNÇÃO CORRECCIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. A função correccional consiste na orientação, fiscalização e inspeção permanente dos serviços eleitorais, com o fim de aferir a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral, e será exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral, em todo o Estado do Paraná, e pelo Juiz Eleitoral, no limite de sua jurisdição, por meio de correições ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, inspeções correccionais e, indiretamente, pela análise de relatórios apresentados ou extraídos de quaisquer dos sistemas eleitorais disponíveis.

§ 1º A correição ordinária tem por fim aferir a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços e será efetivada anualmente pelo Juiz Eleitoral da zona respectiva, em exercício, titular ou substituto, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral.

§ 2º A correição extraordinária consiste na fiscalização excepcional, realizável a qualquer tempo, podendo ser geral ou parcial, conforme abranja ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral, e será realizada pelo Juiz Eleitoral, de ofício, sempre que tomar conhecimento de erros, abusos, ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, nessas situações ou quando entender necessário.

§ 3º A inspeção correccional destina-se a orientar e fiscalizar os serviços da zona eleitoral, sempre que o Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral entender necessária, e realiza-se a qualquer tempo, sem prévio aviso, facultada a elaboração de relatórios.

§ 4º O relatório estatístico de atividades destina-se a registrar as atividades desenvolvidas semestralmente no cartório eleitoral e conterá quesitos relacionados a dados estatísticos processuais e a serviços eleitorais.

Art. 45. Todos os procedimentos de natureza correccional e os relatórios estatísticos semestrais serão preenchidos no sistema eletrônico de registro de inspeções e correições, em cujo banco de dados permanecerão arquivados para efeito de documentação e consulta.

Art. 46. No desempenho da função correccional poderão ser expedidas instruções, emendados erros, sendo apuradas as faltas e os abusos.

Parágrafo único. A sindicância e o processo administrativo para apuração de falta disciplinar dos servidores da Justiça Eleitoral seguirão os procedimentos instituídos pela Lei nº 8.112/90 e Lei nº 9.784/99.

Art. 47. Ao assumir a zona eleitoral de que seja titular, o magistrado, sem prejuízo do regular andamento dos serviços, poderá realizar inspeção correccional no cartório/CAE, a fim de verificar a regularidade de seu funcionamento e de assegurar a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, CF).

Parágrafo único. Constatada alguma irregularidade, o Juiz Eleitoral adotará providências necessárias para saná-la e, se entender necessário, comunicará à Corregedoria Regional Eleitoral.

Art. 48. O Corregedor Regional Eleitoral poderá designar Juiz Eleitoral ou comissão de servidores para aferir a regularidade dos serviços eleitorais.

Art. 49. Os servidores designados para o serviço da correição ou inspeção e os serventuários do cartório ficarão à disposição do Corregedor Regional Eleitoral ou do Juiz Eleitoral, enquanto se realizar a correição ou inspeção.

Art. 50. Para a realização da correção ou inspeção, poderá o Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral solicitar o acompanhamento de representante do Ministério Público.

Art. 51. Durante a correção ou inspeção, não haverá a paralisação dos serviços, nem alteração do horário de atendimento ao público.

Art. 52. Os livros, classificadores e processos, incluindo aqueles eventualmente com carga ao Ministério Público, deverão estar disponíveis no cartório eleitoral para exame durante o período dos trabalhos correccionais.

Art. 53. Na última folha dos autos e livros submetidos a exame será lançada anotação "vistos em correção", acompanhada da data e rubrica de quem os analisou.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS

Seção I

CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Art. 54. O Juiz Eleitoral, ao designar data para correção ordinária, autuará procedimento específico na classe "Correção em Primeiro Grau" e torná-la-á pública, mediante fixação de edital em cartório, conforme modelo disponível em sistema próprio, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 1º A correção ordinária deverá ser realizada no mês de março e aferirá a regularidade dos serviços praticados no período ocorrido entre os meses de janeiro a dezembro do ano anterior ao da sua realização.

§ 2º Será certificado, no edital e nos autos, a data de publicação do primeiro e o período pelo qual permaneceu afixado, arquivando-se após em pasta específica.

Art. 55. As centrais de atendimento ao eleitor informarão o que lhes compete, quando da correção ordinária anual, no roteiro do cartório da zona eleitoral cujo juiz esteja exercendo a supervisão da CAE contemporaneamente à realização da correção.

Art. 56. A autoridade incumbida da correção, além de outras providências que julgar necessárias adotar, aferirá a regularidade do funcionamento do cartório/CAE e de seus serviços conforme roteiro disponível no sistema eletrônico de registro de inspeções e correções, que servirá como parâmetro para os procedimentos a serem adotados (Resolução-TSE nº 21.372/03 e Provimento-CGE nº 09/2010).

Art. 57. Findos os trabalhos de verificação dos serviços, o roteiro de correção ordinária, no sistema eletrônico de registro de inspeções e correções, será preenchido até o dia 15 de abril subsequente, anotadas as irregularidades encontradas, as medidas adotadas para sua correção e as sugestões quanto a medidas necessárias que ultrapassem sua competência, no campo destinado às observações.

Art. 58. Concluído o preenchimento no sistema eletrônico de correções, o cartório eleitoral juntará aos autos correspondentes cópia do roteiro, rubricada pelo Juiz Eleitoral, inclusive daquele eventualmente retificado, dispensado o envio de cópia à Corregedoria Regional Eleitoral, que visualizará as informações nele consignadas por meio de consulta ao referido sistema.

Seção II

CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 59. O Juiz Eleitoral, ao ter conhecimento da data designada pelo Corregedor Regional Eleitoral para a realização da correção extraordinária, publicará edital em cartório, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e nele certificará o período pelo qual permaneceu afixado, arquivando-o após em pasta própria.

Parágrafo único. Determinada a correção extraordinária pelo Juiz Eleitoral, será autuado procedimento específico na classe "Correção em Primeiro Grau".

Art. 60. O Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral aferirão a regularidade do funcionamento da zona eleitoral e de seus serviços, conforme roteiro previamente elaborado, que servirá como parâmetro aos procedimentos a serem adotados.

Art. 61. Na correção extraordinária, o resultado constará de ata ou relatório circunstanciado, com instruções, se for o caso, as quais serão encaminhadas ao Juiz Eleitoral e servidores da zona eleitoral para o devido cumprimento.

CAPÍTULO III

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Art. 62. O Chefe de Cartório, com base nos dados disponíveis em cartório, informará à Corregedoria Regional Eleitoral as atividades desenvolvidas no período, mediante resposta aos quesitos inseridos em formulário disponibilizado pela Corregedoria Regional Eleitoral no sistema eletrônico de correções.

Art. 63. O relatório estatístico terá por base as atividades desenvolvidas a cada semestre (período-base), observando-se o seguinte calendário:

I - os dados estatísticos de janeiro a junho serão preenchidos no sistema até o dia 15 de julho do mesmo ano;

II - os dados estatísticos de julho a dezembro serão preenchidos no sistema até o dia 15 de janeiro do ano subsequente ao período-base.

Art. 64. O descumprimento dos prazos estabelecidos, bem como a omissão ou manipulação intencional dos dados estatísticos, serão comunicados ao Conselho Nacional de Justiça, sem prejuízo da apuração de eventual falta disciplinar.

PARTE III

ZONAS ELEITORAIS

TÍTULO I

CARTÓRIO ELEITORAL/CAE

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Seção I

ORGANIZAÇÃO

Art. 65. Ao Juiz Eleitoral serão atribuídos, de acordo com a abrangência territorial de suas respectivas zonas, os serviços do foro eleitoral.

§ 1º O Juiz Eleitoral atenderá o expediente na sede da zona para a qual foi designado, mesmo quando situada em edifício onde são exercidas as funções da jurisdição estadual, a fim de se evitar a circulação de documentos e processos fora das dependências da Justiça Eleitoral (CE, art. 34).

§ 2º A fim de assegurar o atendimento dos serviços eleitorais de forma contínua, o Juiz Eleitoral deverá: I - comunicar antecipadamente suas férias e afastamentos ao Tribunal Regional Eleitoral;

II - organizar escala de férias e de fruição de banco de horas dos servidores da zona eleitoral, a fim de evitar a ausência simultânea de servidores do cartório.

Art. 66. No desempenho dos serviços eleitorais, o Juiz Eleitoral será auxiliado pelo cartório da zona eleitoral, composto pela chefia do cartório e servidores.

Parágrafo único. No município em cuja jurisdição houver mais de uma zona eleitoral será instalada central de atendimento ao eleitor (CAE) (Resolução-TRE nº 402/01).

Art. 67. À central de atendimento ao eleitor (CAE) compete realizar operações de alistamento, transferência, revisão de dados e segunda via do título eleitoral, e fornecer certidões relacionadas a informações constantes do cadastro eleitoral, bem como outras atribuições decorrentes dessas atividades, como emissão e entrega do título eleitoral, emissão de guias de multa, transmissão do movimento RAE e correção do relatório de crítica do movimento RAE.

§ 1º A central de atendimento ao eleitor (CAE) será supervisionada por um dos juízes e chefias de cartório designados para aquele município e será atendida em regime de revezamento pelos servidores de todas as zonas eleitorais ali sediadas (Resolução-TRE nº 402/01).

§ 2º Na capital do Estado, a central de atendimento ao eleitor (CAE) será supervisionada por um servidor do quadro permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, que se reportará ao Juiz-Diretor do Foro em relação às atividades descritas no "caput", e à Direção-Geral do Tribunal Regional Eleitoral no que concerne à alocação dos recursos necessários à prestação dos serviços eleitorais.

Seção II ATRIBUIÇÕES

Art. 68. São atribuições da chefia do cartório eleitoral:

- I - planejar e supervisionar os serviços necessários à realização das eleições, em cumprimento às normas vigentes, bem como requisitar os recursos necessários ao cumprimento do calendário eleitoral e administrar a sua aplicação;
- II - registrar, autuar e zelar pela prática de todos os atos ordinatórios necessários à tramitação regular dos feitos judiciais e administrativos até ulterior arquivamento;
- III - planejar, organizar e coordenar as atividades administrativas do cartório, de atendimento ao público, bem como supervisionar os procedimentos de alistamento, transferência, revisão, segunda via, atualização do histórico do eleitor e de expedição de certidões relativamente aos assentamentos constantes em cartório e do cadastro eleitoral;
- IV - observar a fiel utilização dos documentos de uso exclusivo da Justiça Eleitoral, dos formulários de títulos eleitorais inclusive, bem como sua guarda, na forma prescrita pelas normas em vigor (Resolução-TRE nº 462/04 com redação dada pela Resolução-TRE nº 567/09);
- V - zelar pelo cumprimento das ordens e diligências determinadas pelo Juiz Eleitoral;
- VI - rever periodicamente os processos que estejam paralisados, no aguardo do cumprimento de diligências, e dar ciência ao Juiz Eleitoral para que dê o devido impulso processual;
- VII - supervisionar a distribuição de expedientes e processos em geral às demais zonas do município, quando titular do ofício distribuidor;
- VIII - supervisionar e coordenar o registro de todo o expediente cartorário, bem como conservar organizado e atualizado o arquivo da legislação em vigor e das instruções emanadas da Justiça Eleitoral;
- IX - tomar conhecimento das orientações e normas expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Corregedoria-Geral Eleitoral e Corregedoria Regional Eleitoral, transmitindo-as ao Juiz Eleitoral, bem como promover a orientação dos servidores, com a finalidade de bem executar os serviços;
- X - despachar regularmente com o Juiz Eleitoral, mantendo-o informado das atividades desenvolvidas;
- XI - zelar pela pronta atualização dos dados da zona eleitoral, entre os quais os nomes dos titulares do juízo eleitoral e da chefia do cartório, os referentes à sua localização e horário de funcionamento, entre outros requeridos no Sistema Elo;
- XII - controlar o desempenho, a assiduidade e a pontualidade dos servidores efetivos, requisitados, cedidos e removidos, submetendo ao Juiz Eleitoral a escala de férias e a necessidade de renovação do prazo de requisição, pelo juízo eleitoral, de servidores;
- XIII - encaminhar a frequência do Juiz Eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, previamente atestada pelo magistrado;
- XIV - encaminhar ao órgão competente, de ordem do superior hierárquico, a frequência dos servidores requisitados pelo juízo eleitoral, cedidos e removidos;
- XV - comunicar ao Juiz Eleitoral seus afastamentos em virtude de férias ou licenças;
- XVI - propor programas de treinamento e aperfeiçoamento para os servidores, bem como sugestões para racionalização e simplificação dos procedimentos;
- XVII - zelar pela guarda e conservação dos livros, processos e documentos;
- XVIII - zelar pelo uso, conservação e guarda do material permanente e de consumo, equipamentos e instalações alocadas no cartório, comunicando imediatamente ao Juiz Eleitoral o extravio de bens, sob pena de apuração de responsabilidade;
- XIX - elaborar relatório estatístico de atividades;
- XX - proporcionar os meios necessários à realização de inspeções e correções;
- XXI - distribuir a execução dos serviços de incumbência do cartório eleitoral a todos os servidores;
- XXII - exercer outras atividades correlatas ao cargo que lhe forem determinadas pelo Juiz Eleitoral.

Parágrafo único. Havendo Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) no município, as chefias dos cartórios eleitorais ficam dispensadas do cumprimento das atribuições previstas nos incisos III e IV, exceto em relação à emissão de certidões.

Art. 69. À chefia de cartório serão inerentes, tanto nos atos processuais quanto nas diligências, as atribuições de titular de ofício de justiça (Lei nº 10.842/04, art. 4º).

§ 1º A chefia de cartório eleitoral, no exercício das atribuições de titular de ofício de justiça, poderá praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, ressalvados aqueles previstos no art. 316, parágrafo único, deste Provimento, desde que do ato conste que o faz sob ordem do Juiz Eleitoral, bem como indicando a decisão e o número dos autos ou a portaria que o autoriza a tanto (CF, art. 93, XIV, e CPC, art. 225, VII).

§ 2º Os termos processuais de certidão, conclusão, remessa, vista e arquivamento serão assinados pela chefia de cartório, salvo se houver designação, pelo Juiz Eleitoral, mediante portaria, de servidor efetivo especialmente indicado para tanto.

Art. 70. São atribuições da chefia da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), além daquelas descritas nos incisos IV, V, IX, XIV, XV, XVI, XIX do art. 63:

- I - planejar, organizar e coordenar as atividades administrativas da central de atendimento, zelar pela organização indispensável à emissão automática de títulos eleitorais, bem como supervisionar a realização de alistamento, transferência, revisão, segunda via, incluindo a emissão e entrega do título eleitoral, recolhimento das respectivas multas, transmissão do movimento RAE, correção do relatório de crítica do movimento RAE e a expedição de certidões relativas aos assentamentos constantes do cadastro eleitoral;

- II - tomar conhecimento das orientações e normas expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Corregedoria-Geral Eleitoral e Corregedoria Regional Eleitoral, bem como promover a orientação dos servidores, com a finalidade de bem executar os serviços;
- III - controlar o desempenho, a assiduidade e a pontualidade dos servidores e encaminhar ao órgão competente a frequência dos requisitados pelo juízo eleitoral, cedidos e removidos;
- IV - zelar pela guarda e arquivo dos expedientes e documentos;
- V - zelar pelo uso, conservação e guarda do material permanente e de consumo, equipamentos e instalações alocadas na central de atendimento, comunicando imediatamente ao Juiz Eleitoral o extravio de bens, sob pena de responsabilidade;
- VI - requisitar os recursos necessários para o cumprimento do calendário eleitoral, e administrar a sua aplicação;
- VII - distribuir a execução dos serviços de incumbência da central de atendimento a todos os servidores;
- VIII - exercer outras atividades correlatas ao cargo que lhe forem determinadas pelo Juiz Eleitoral.
- Art. 71. À chefia da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) da Capital compete, ainda:
- I - acompanhar e participar do processo de gestão da qualidade no atendimento ao público, aferindo se as metas planejadas de acordo com o Sistema de Gestão da Qualidade estão efetivamente sendo implementadas e desenvolvidas nas atividades afetas;
- II - divulgar a política e objetivos da qualidade a todos os servidores da central de atendimento.
- Art. 72. A chefia da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) da Capital reportar-se-á à Direção-Geral do Tribunal Regional Eleitoral nas atribuições descritas no art. 63, inciso XIV e no art. 65, VI.
- Art. 73. São atribuições dos servidores e auxiliares da zona eleitoral:
- I - atender prontamente as ordens emanadas de seus superiores;
- II - executar os serviços cartorários segundo as orientações dos superiores hierárquicos e em conformidade com as normas regulamentares;
- III - atender aos serviços da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), nos termos do art. 67, § 1º;
- IV - atender ao público com agilidade e cortesia, buscando sempre a excelência nos serviços prestados e contínua melhoria;
- V - exercer outras atribuições pertinentes ao cargo, que tenham sido determinadas pela autoridade superior.

CAPÍTULO II

ORDEM GERAL DOS SERVIÇOS

Seção I

PROTOCOLO

- Art. 74. O protocolo de todos os expedientes e dos processos recebidos em cartório é obrigatório e deve ser efetuado mediante a identificação, na folha inicial do documento/petição ou na última folha dos autos recebidos, dos seguintes dados:
- I - zona eleitoral - nome e número;
- II - sequência numérica de protocolo extraído do sistema próprio, renovável anualmente;
- III - data e hora do recebimento;
- IV - rubrica e identificação do servidor, salvo nos casos de protocolo mecânico ou eletrônico.
- § 1º Expedientes e documentos, estranhos à rotina cartorária, recebidos por via postal, deverão conservar, anexo, o respectivo envelope, quando necessário à conservação dos dados do remetente.
- § 2º Poderão ser dispensados de protocolo os avisos publicados na intranet, ofícios-circulares, resoluções do TRE ou do TSE, provimentos da CRE ou da CGE, RAEs, requerimentos de certidão, comunicações de óbito recebidas por meio eletrônico e mensagens de correio eletrônico que não ensejem nenhuma providência do cartório/CAE.
- § 3º O correio eletrônico e a intranet serão acessados diariamente pelos servidores do cartório/CAE.
- Art. 75. Recebido o expediente/processo, será de imediato protocolado e registrado em sistema próprio, consignando-se breve síntese do conteúdo.
- Art. 76. Nos municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, caberá a cada uma delas receber e protocolar os expedientes que lhe são endereçados.
- Parágrafo único. O expediente protocolizado, que deva ser enviado à zona eleitoral diversa, será devidamente encaminhado por meio do sistema próprio.
- Art. 77. O expediente recebido será apresentado ao Juiz Eleitoral em até 24 horas e tratando-se de petição, será registrada no sistema próprio e autuada, atribuindo-se-lhe classificação consoante dispõem a Resolução-TSE nº 22.676/07 e o Provimento-CGE nº 7/2008, numeração única e renovável anualmente, de tudo certificado nos autos.
- § 1º O expediente ou a petição será prontamente apresentada ao Juiz Eleitoral quando se referir a medida urgente.
- § 2º A providência determinada na decisão será cumprida imediatamente, salvo determinação expressa em sentido diverso. § 3º Será certificado ou juntado documento correspondente ao cumprimento das providências ordenadas.
- § 4º Não é permitido o transporte de documentos e processos das sedes das zonas eleitorais ao local onde os Juizes Eleitorais exercem suas funções de Juiz de Direito, para despachos e assinaturas, a não ser, unicamente, no caso de intimação pessoal do representante do Ministério Público através da entrega dos autos com vista (art. 41, inc. IV, da Lei nº 8625/93 e art. 34, CE).
- Art. 78. Será registrado em sistema próprio o arquivamento de processo ou de documento, sendo este alocado em pasta específica.

Seção II

REMESSA DE DOCUMENTOS E PROCESSOS

- Art. 79. Todo documento/processo protocolizado que for expedido pelo cartório eleitoral terá o envio registrado em sistema próprio.
- Parágrafo único. O encaminhamento de documentos e processos será feito mediante:
- I - recibo na cópia do ofício que os encaminha;
- II - se por via postal, aviso de recebimento (AR), o qual será arquivado com os correspondentes ofícios expedidos, em pasta própria, ou mediante juntada caso se refira a processo registrado no cartório eleitoral;
- III - recibo no Livro de Remessa de Documentos e Processos ou no relatório extraído do sistema próprio.
- Art. 80. A remessa de documentos e processos à Corregedoria-Geral Eleitoral deverá ser intermediada pela Corregedoria Regional Eleitoral.
- Art. 81. A remessa dos processos será precedida da conferência de todo o material integrante do feito, dos volumes e documentos em apenso, inclusive, cujo termo será registrado na última folha dos autos.

CAPÍTULO III

LIVROS OBRIGATÓRIOS

Seção I ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS

Art. 82. A escrituração dos livros e papéis deve ser feita em vernáculo, utilizando-se tinta azul ou preta.

Art. 83. Será facultada a formação de livros por folhas soltas, numeradas, digitadas e impressas por sistema eletrônico ou por fotocópias, observadas as regras contidas na seção Nomenclatura dos Livros.

Parágrafo único. Os livros não ultrapassarão 200 (duzentas) folhas, que serão numeradas e rubricadas, salvo aqueles formados em meio eletrônico, os quais serão armazenados em servidor da rede da Justiça Eleitoral, visando à sua guarda e conservação.

Art. 84. Em todos os livros, salvo os formados por meio eletrônico, serão lavrados termos de abertura e, ao seu término, de encerramento, que consigne qualquer fato relevante (como folha em branco, certidão de cancelamento de atos, entre outros), subscritos pela chefia de cartório.

Art. 85. Na escrituração dos livros deverão ser evitados erros, omissões, emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, e inutilizados os espaços em branco, efetuando-se, quando necessário, as devidas ressalvas antes do encerramento do ato e da aposição das assinaturas.

§ 1º É vedado o uso de borracha ou outro meio mecânico, assim como a utilização de corretivo ou outro meio químico, para sua alteração ou correção.

§ 2º As anotações de "sem efeito" devem estar acompanhadas da assinatura de quem as fez.

Art. 86. Os livros e documentos, em andamento ou findos, serão mantidos devidamente ordenados e serão conservados em local adequado e seguro.

Seção II NOMENCLATURA DOS LIVROS

Art. 87. Os cartórios eleitorais manterão devidamente escriturados os seguintes livros: I - Atas;

II - Carga;

III - Distribuição (somente para o ofício distribuidor);

IV - Inscrição de Dívida;

V - Ponto dos Servidores Requisitados pelo Juízo Eleitoral;

VI - Portarias do Juízo Eleitoral;

VII - Registro Geral;

VIII - Remessa de Documentos e Processos;

IX - Sentenças.

Parágrafo único. A Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) manterá escriturados os livros de Remessa de Documentos e Processos e de Portarias do Juízo Eleitoral, o qual deverá conter aquelas que regulamentam seus serviços.

Art. 88. É vedada a adoção do sistema de folhas soltas para o livro de Inscrição de Dívida.

Art. 89. O Livro de Atas conterá cópias das atas de todas as reuniões, visitas e solenidades realizadas, arquivadas cronologicamente.

Art. 90. O Livro de Carga será mantido em cartório e utilizado para anotar a retirada de quaisquer autos ou petições do cartório pelo Juiz Eleitoral, representante do Ministério Público ou advogado, e conterá:

I - data da carga;

II - número e ano do processo;

III - natureza do feito;

IV - partes;

V - número de folhas contidas nos autos;

VI - nome, número da carteira da OAB, endereço e telefone do advogado ou da parte que o retirou;

VII - assinatura de quem recebeu os autos;

VIII - data da devolução e assinatura do servidor;

IX - observações.

Parágrafo único. Todas as cargas deverão receber as correspondentes baixas, assim que restituídos os autos ou documentos, após conferência da integridade do seu conteúdo e, sempre que possível, na presença do interessado.

Art. 91. O Livro de Distribuição constitui livro obrigatório e exclusivo do ofício distribuidor para registrar a distribuição de cartas precatórias/de ordem e de processos em geral às zonas eleitorais com jurisdição sobre o mesmo município, e conterá:

I - número de ordem do ofício distribuidor, sequencial e cronológica;

II - data do registro;

III - natureza do feito a distribuir (carta precatória/inquérito/processo);

IV - descrição dos autos de origem (nº, ano, espécie);

V - nome das partes ou interessado;

VI - objeto da carta/processo;

VII - zona eleitoral de origem (juízo deprecante);

VIII - zona eleitoral à qual houve a distribuição;

IX - comunicação à zona eleitoral de origem.

Art. 92. O Livro de Inscrição de Dívida destina-se à inscrição das multas arbitradas, de natureza criminal inclusive, por decisão de que não caiba recurso e não pagas, observado o disposto no art. 367, III, do Código Eleitoral, na Resolução-TSE nº 21.975/04 e Portaria nº 288, de 13/06/2005, da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, e conterá:

I - número de ordem, sequencial e cronológica, em série anualmente renovável; II

- data da inscrição da dívida;

III - número e natureza do processo que deu origem à multa;

IV - dispositivo legal infringido;

V - nome, qualificação e endereço do devedor, dos solidários inclusive, se houver; VI

- valor da dívida, em algarismos e por extenso, expresso em reais (R\$);

VII - data da publicação ou notificação da decisão;

VIII - data do trânsito em julgado da decisão;

IX - termo final do prazo para recolhimento da multa;

X - data da remessa do Termo de Inscrição de Multa Eleitoral ao TRE;

XI - rubrica do chefe de cartório;

XII - observações, nas quais será registrada a data da comunicação da liquidação da dívida e respectivo expediente.

Nº ORDEM	DATA INSCRIÇÃO	Nº PROC/NATUREZA	DISPOSITIVO LEGAL	DEVEDOR, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, TE, CPF /CNPJ

VALOR DA MULTA	DATA NOTIFICAÇÃO	DATA TRANSITO JULGADO	TERMO FINAL RECOLHIMENTO	DATA REMESSA TERMO	RUBRICA CHEFE CARTÓRIO	OBS.

Art. 93. O Livro de Ponto dos Servidores Requisitados pelo Juízo Eleitoral deve ser assinado obrigatória e diariamente pelos servidores requisitados pelo juízo eleitoral e por aqueles cedidos e removidos que prestam serviços no cartório eleitoral/CAE, dispensada a obrigatoriedade de sua escrituração quando os servidores registrarem a frequência por meio mecânico ou digital, e conterá:

I - dia/ mês/ ano;

II - horário de entrada e saída;

III - nome por extenso;

IV - assinatura do servidor;

V - rubrica do chefe de cartório;

VI - observações.

§ 1º O chefe de cartório, diariamente, rubricará a página assinada pelos servidores, verificando o horário de entrada e saída de cada um deles. § 2º Por ocasião das ausências ou afastamentos dos servidores, de qualquer ordem, deverá o chefe do cartório, ou seu substituto legal, efetuar as anotações pertinentes, consignando o motivo do afastamento ou a natureza da falta, observadas as normas expedidas pela Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 94. O Livro de Portarias do Juízo Eleitoral conterá o original ou cópia autêntica das portarias e atos normativos expedidos pelo Juiz Eleitoral, arquivados cronologicamente, de cada um constando certidão sobre sua publicação.

Art. 95. O Livro de Registro Geral será formado pela impressão da capa de autuação de todos os processos registrados no sistema próprio, por meio de folhas soltas ou em meio eletrônico, arquivada em ordem cronológica de autuação, devendo ser certificado eventual cancelamento de autuação.

Art. 96. O Livro de Remessa de Documentos e Processos será utilizado para registro da saída de expediente, documento ou processo do cartório eleitoral/CAE, excluídos os registros feitos em Livro de Carga, e conterá:

I - destinatário;

II - assunto, com descrição do número de protocolo/processo da ZE;

III - data do recebimento pelo destinatário e sua assinatura.

Art. 97. O Livro de Sentenças destina-se a registrar todas as sentenças prolatadas pelo Juiz Eleitoral, em audiência inclusive, que serão arquivadas com a assinatura da autoridade judiciária que as proferiu, e registrará:

I - número da sentença, em ordem cronológica e anualmente renovável; II -

número e ano do processo;

III - nome do autor e do réu.

Parágrafo único. O Livro de Sentenças poderá ser formado mediante traslados, por fotocópias, folhas impressas, ou em meio eletrônico, aposta a numeração, neste último caso, no nome do arquivo, e assegurada sua guarda e conservação em pasta destinada a esse fim, armazenada em meio eletrônico, da qual se fará cópia de segurança em mídia removível, quinzenalmente.

Seção III

CLASSIFICADORES

Art. 98. Os cartórios eleitorais arquivarão em pasta específica:

I - comunicações de óbitos;

II - editais;

III - justificativas eleitorais - requerimentos;

IV - ofícios recebidos arquivados em ordem cronológica;

V - ofícios expedidos arquivados em ordem cronológica;

VI - prontuário dos servidores;

VII - relatórios de Afixação;

VIII - comunicações de desfiliação partidária.

§ 1º Os ofícios expedidos serão numerados em ordem cronológica, anualmente renovável, e será arquivada a cópia correspondente em pasta específica, preferencialmente em meio eletrônico, da qual se fará cópia de segurança em mídia removível de modo a assegurar a preservação dos dados.

§ 2º No Prontuário dos Servidores serão arquivados documentos da vida funcional dos servidores do cartório (a exemplo de portarias ou cópias destas que se refiram a afastamentos, requisição de servidores pelo juízo, convênio de cessão de servidor à Justiça Eleitoral, requerimentos sobre a vida funcional do servidor, frequência e termo de sigilo e responsabilidade de utilização e acesso a recursos e ativos informáticos para servidores, requisitados e terceirizados).

§ 3º A Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) manterá arquivo dos classificadores previstos nos incisos IV e V.

Art. 99. Os cartórios eleitorais/CAE manterão permanentemente à disposição dos seus servidores, para consulta, pelo menos um exemplar do Código Eleitoral e leis conexas, resoluções do TSE e TRE, os provimentos CGE, os provimentos e instruções da CRE, bem como manuais que disciplinam os serviços a serem realizados, em meio físico ou eletrônico.

CAPÍTULO IV

DISTRIBUIÇÃO**Seção I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 100. Nos municípios dotados de zona eleitoral única, a competência será plena.

Art. 101. Nos municípios dotados de mais de uma zona eleitoral, a competência jurisdicional será regulamentada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo único. Estão sujeitos à distribuição:

- I - processos em geral, quando concorrer a competência de dois ou mais juízos no mesmo município;
- II - cartas precatórias ou de ordem para cumprimento de diligência ou ato processual no município.

Art. 102. No município cujo limite territorial estiver sob a jurisdição de mais de uma zona eleitoral, os processos e as cartas serão distribuídos pelo ofício distribuidor, que se constituirá na zona eleitoral mais antiga do município, conforme o disposto no quadro a seguir:

MUNICÍPIOS	ZONAS ELEITORAIS *
Apucarana	28 ^a , 150 ^a , 179 ^a
Arapongas	61 ^a , 180 ^a
Cambé	78 ^a , 181 ^a
Campo Largo	9 ^a , 182 ^a
Campo Mourão	31 ^a , 183 ^a
Cascavel	68 ^a , 143 ^a , 184 ^a , 185 ^a
Colombo	49 ^a , 186 ^a
Curitiba	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 145 ^a , 174 ^a , 175 ^a , 176 ^a , 177 ^a , 178 ^a
Foz do Iguaçu	46 ^a , 147 ^a , 204 ^a , 205 ^a
Guarapuava	43 ^a , 44 ^a
Londrina	41 ^a , 42 ^a , 146 ^a , 157 ^a , 189 ^a , 190 ^a , 191 ^a
Maringá	66 ^a , 137 ^a , 154 ^a , 192 ^a , 193 ^a
Paranaguá	5 ^a , 158 ^a
Paranavaí	72 ^a , 138 ^a
Pinhais	187 ^a , 188 ^a
Ponta Grossa	14 ^a , 15 ^a , 139 ^a , 197 ^a , 198 ^a
S. José Pinhais	8 ^a , 199 ^a , 200 ^a
Toledo	75 ^a , 148 ^a , 201 ^a
Umuarama	89 ^a , 202 ^a

*em negrito, destacam-se as Zonas Eleitorais mais antigas do município.

Art. 103. As comunicações de cancelamento e de suspensão de inscrição eleitoral, oriundas de órgãos não pertencentes à Justiça Eleitoral, serão dirigidas ao ofício distribuidor nos municípios em cuja circunscrição incide a competência de mais de uma zona eleitoral.

Seção II**DISTRIBUIÇÃO DE CARTAS E PROCESSOS**

Art. 104. A distribuição de cartas precatórias/de ordem e processos em geral dar-se-á em categorias separadas e segundo critérios estabelecidos em resolução do Tribunal Regional Eleitoral, com comunicação ao juízo deprecante.

Art. 105. As cartas e processos apresentados aos ofícios de distribuição serão registrados no Livro de Distribuição, do qual constarão dados suficientes à perfeita identificação dos interessados e do ato a se realizar, dispensado o protocolo, e serão encaminhados à zona eleitoral competente por meio do Livro de Remessa de Documentos e Processos.

Parágrafo único. Feita a distribuição e verificado que o processo ou documento é de competência da própria zona eleitoral instituída como ofício distribuidor, serão efetuados o protocolo e registro do expediente ou processo no sistema próprio.

Art. 106. A distribuição realizar-se-á de imediato pela chefia do cartório, ou por determinação do Juiz Eleitoral.

Parágrafo único. Independe de despacho judicial a distribuição por dependência, quando constatada a prevenção do juízo quanto a processo anteriormente distribuído.

Art. 107. Nenhuma carta ou processo será confiado a advogado ou a qualquer interessado, até a sua entrega ao juízo para o qual foi distribuído.

Art. 108. Na distribuição das cartas precatórias/de ordem, observar-se-á:

- I - aquelas cujas diligências se refiram a um ou mais interessados, com domicílio ou residência compreendidos dentro de uma mesma zona eleitoral, serão distribuídas à zona eleitoral correspondente;
- II - aquelas cujas diligências se refiram a interessados com domicílio ou residência compreendidos em zonas eleitorais diversas, serão distribuídas equitativa e alternadamente a cada uma das zonas eleitorais com jurisdição no município.

§ 1º Realizada a distribuição, o ofício distribuidor informará ao juízo deprecante o juízo deprecado, ao qual poderá ele se dirigir, facultada a realização dessa comunicação por correio eletrônico.

§ 2º O juízo deprecado devolverá a carta precatória/de ordem diretamente ao juízo deprecante.

Art. 109. Nos inquéritos policiais e processos criminais, determinar-se-á a competência pelo lugar da infração ou, não sendo este conhecido, pelo domicílio ou residência do infrator, aplicando-se supletivamente o artigo 70 e seguintes do Código de Processo Penal (CE, art. 364).

Parágrafo único. Conhecido o lugar da infração, a distribuição far-se-á à zona do lugar ou, quando o delito atrair a competência de várias zonas eleitorais do município, sequencial e equitativamente a essas, salvo se constatada a prevenção (CPP, arts. 75 e 83).

Art. 110. Havendo divergência entre o endereço constante no cadastro nacional de eleitores e o declarado na carta ou no processo, este prevalecerá.

Seção III**COMUNICAÇÕES DE CANCELAMENTO E SUSPENSÃO**

Art. 111. Recebida comunicação de cancelamento ou de suspensão de inscrição eleitoral, o ofício distribuidor, após consulta ao cadastro eleitoral, encaminhá-la-á à zona eleitoral competente para o registro da situação no cadastro eleitoral, por meio:

I - dos sistemas de Óbitos e Infodip;

II - do Livro de Remessa de Documentos e Processos, se a zona eleitoral for do mesmo município, dispensado o protocolo e a anotação no Livro de Distribuição;

III - de protocolo em sistema próprio, quando em município diverso.

§ 1º Verificado que o cancelamento ou suspensão de inscrição é de competência da própria zona eleitoral instituída como ofício distribuidor, serão efetuados o protocolo e o registro do expediente ou processo no sistema próprio.

§ 2º A solicitação de dados complementares à anotação do cancelamento e ou da suspensão da inscrição eleitoral será realizada pela zona competente para o registro no cadastro eleitoral.

Art. 112. Não havendo comunicação mensal ao cartório eleitoral, por parte dos ofícios de registro civil do município, a chefia do ofício distribuidor representará ao Juiz Eleitoral, para adoção das providências cabíveis e, persistindo a situação, comunicá-la-á ao Corregedor Regional Eleitoral.

CAPÍTULO V

GUARDA E DESCARTE DE MATERIAIS E DOCUMENTOS

Art. 113. A guarda e o descarte de materiais e documentos obedecerão às normas pertinentes expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (Res. TSE nº 21.538/03) e Tribunal Regional Eleitoral.

TÍTULO II

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. O atendimento ao público dar-se-á na sede do cartório eleitoral e da Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), com agilidade e cortesia, obedecendo-se à ordem de chegada e à prioridade de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo, em horário definido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo único. O cartório eleitoral deverá providenciar instalações adaptadas para o acesso de pessoas portadoras de deficiência física ou com dificuldade de locomoção, a fim de lhes facilitar a obtenção dos serviços prestados pela zona eleitoral.

Art. 115. Os cartórios eleitorais e a Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) funcionarão simultaneamente para atendimento ao público, salvo por determinação do Juiz-Diretor do fórum, quando verificar que o funcionamento isolado das unidades não acarreta prejuízo ao cidadão.

Art. 116. Caberá ao cartório eleitoral a pronta atualização dos dados da zona eleitoral, dentre os quais os nomes dos titulares do juízo eleitoral e da chefia do cartório, os referentes à localização da zona eleitoral, entre outros requeridos no Sistema Elo, bem como seu horário de funcionamento.

Art. 117. O atendimento ao público fora da sede do cartório eleitoral/CAE será admitido somente em caráter eventual, mediante autorização da Direção-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, desde que atendidos os critérios de necessidade, conveniência e viabilidade e será ampla e previamente divulgado no município pelo juízo eleitoral.

Parágrafo único. Quando autorizado, o atendimento fora da sede abrangerá a realização de operações de alistamento, transferência, revisão e segunda via, assim como a expedição de certidão de quitação eleitoral, com a pronta entrega do título e de certidão ao eleitor, observados os procedimentos exigidos para tanto.

Art. 118. Os dias em que não houver funcionamento da zona eleitoral deverão ser divulgados ao público com antecedência, mediante exposição de aviso no cartório eleitoral e na Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), bem como na internet.

Art. 119. Verificada a impossibilidade de acesso ao cadastro eleitoral e à Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos ou de realização das operações RAE no sistema, por motivo de força maior, o atendimento ficará suspenso e será reiniciado tão logo cesse a causa que motivou a paralisação dos serviços.

Art. 120. O fechamento extraordinário do cartório eleitoral/CAE por motivo de força maior deverá ser comunicado à Corregedoria Regional Eleitoral, assegurando-se a devolução dos prazos aos interessados que o requererem individualmente.

CAPÍTULO II

REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL - RAE

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 121. Para o alistamento eleitoral, transferência, revisão ou segunda via, será utilizado o formulário RAE - Requerimento de Alistamento Eleitoral, que servirá como documento de entrada de dados e será processado eletronicamente, devendo ser observados os procedimentos especificados na Resolução-TSE nº 21.538/03 e nas instruções expedidas pela Corregedoria-Geral Eleitoral.

Art. 122. O preenchimento do RAE será iniciado com a identificação do requerente, mediante a apresentação de documento, preferencialmente com fotografia, e a consulta ao cadastro eleitoral e à Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

§ 1º O servidor inicialmente procederá à consulta combinada, com o preenchimento dos três campos disponíveis, primeiramente na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos e posteriormente no Cadastro Nacional de Eleitores, e, caso se trate de nome com diversas ocorrências, pesquisará por um dos dados abaixo, podendo combiná-los:

I - nome do requerente, consultando-se também pelo nome de solteiro(a) e/ou casado(a); II

- nome da mãe, consultando-se também eventuais variações de nome;

III - data de nascimento ou intervalo de datas.

§ 2º A pesquisa pelo número da inscrição eleitoral não deverá ser realizada, exceto se apresentado o número do título eleitoral e se, após esgotadas as possibilidades de consulta previstas no parágrafo anterior, a inscrição não tiver sido localizada.

§ 3º Existindo registro nas bases de Coincidência (inscrição liberada/não liberada) e/ou de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, o cartório eleitoral/CAE informará ao requerente as providências necessárias à regularização de sua situação.

Art. 123. Ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 144 e 145, deste Provimento, é requisito à realização de operação RAE a quitação eleitoral, que será aferida verificando-se se o requerente/eleitor:

I - está na plenitude do gozo dos direitos políticos;

II - exerceu regularmente o voto, salvo quando facultativo;

III - atendeu a eventuais convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar nos trabalhos relativos ao pleito;

IV - não possui débito decorrente de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais;

V - prestou contas da campanha eleitoral, quando se tratar de candidato.

Parágrafo único. Não havendo nenhuma outra restrição, é reconhecida a quitação eleitoral na hipótese de parcelamento de débito decorrente de multa aplicada, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral, desde que comprovado o adimplemento das parcelas vencidas.

Art. 124. Verificando a existência de débito com a Justiça Eleitoral, antes de preencher o RAE, o requerente/eleitor deverá promover a quitação de todos eles, conforme procedimentos dispostos nos títulos Multas, Direitos Políticos, Partidos Políticos/Prestação de Contas e capítulos Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos e Justificativas Eleitorais.

§ 1º Compete à Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), para o fim de realizar operação RAE, expedir, receber e registrar o pagamento da guia de multa, somente quanto a débitos decorrentes do não alistamento e do não exercício do voto (código ASE 094). Constando outras espécies de débito para o requerente/eleitor, será ele encaminhado ao cartório eleitoral para regularização.

§ 2º O processamento do RAE inativa os débitos existentes, exceto os decorrentes de multa eleitoral (código ASE 264).

Art. 125. O formulário RAE será preenchido pelo cartório eleitoral/CAE, mediante programa informatizado, inserindo-se os dados diretamente no sistema, na presença do requerente, idênticos aos constantes dos documentos apresentados, complementados com informações pessoais, finalizando com a aposição da assinatura do eleitor.

§ 1º No caso de paternidade ou de maternidade não registrada, deverá ser utilizada a marcação da opção "NÃO CONSTA", dispensando-se a digitação da expressão.

§ 2º Quando, no documento apresentado, houver qualquer dado identificado apenas por uma letra ou grupo de letras sem sentido ou, ainda, de forma abreviada, recomenda-se a anexação de cópia desse documento ao RAE.

§ 3º O atendente registrará a habilitação para os trabalhos eleitorais quando o eleitor manifestar voluntariamente sua disponibilidade ou, ainda que não a manifeste, quando apresentar perfil adequado.

Art. 126. O eleitor manifestará sua preferência, por ocasião do preenchimento do formulário RAE, sobre o local de votação, entre os disponíveis na zona eleitoral, devendo o servidor consignar o código correspondente.

§ 1º Se o eleitor optar por seção especial para pessoas portadoras de necessidades especiais ou com dificuldade de locomoção, o servidor deverá consignar o código do local de votação especial e indicará no RAE, o(s) tipo(s) de deficiência ou limitação de que o eleitor eventualmente seja portador (código ASE 396 e motivos/forma).

§ 2º Os eleitores portadores de necessidades especiais que desejarem votar em seção especial deverão solicitar transferência para essa até 151 dias antes das eleições.

§ 3º O atendimento de pessoa portadora de necessidade especial, à qual seja impossível ou oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais de alistamento e de exercício do voto, dar-se-á conforme os procedimentos dispostos nestas normas de serviço no capítulo Documentos Eleitorais, Seção IV - Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 127. No espaço destinado ao preenchimento da data do requerimento, apor-se-á a data do atendimento.

Art. 128. A assinatura ou a aposição de impressão digital do polegar no formulário RAE, se o requerente não souber assinar, será lançada na presença do servidor da Justiça Eleitoral, que deverá atestar de imediato a satisfação dessa exigência no espaço reservado, assinando o documento.

§ 1º Nos casos em que o requerente portador de deficiência estiver privado dos membros superiores, o cartório eleitoral/CAE deverá providenciar, no espaço próprio do formulário RAE, a consignação da expressão "impossibilidade de assinar".

§ 2º É vedada a assinatura do RAE por terceiro, ainda que com procuração.

Art. 129. Preenchido o RAE, o servidor efetuará a conferência dos dados digitados com a documentação apresentada pelo eleitor antes de providenciar a emissão do título eleitoral.

Art. 130. O título será entregue ao eleitor, pessoalmente, por servidor do cartório eleitoral/CAE, vedada a interferência de pessoas estranhas à Justiça Eleitoral.

Art. 131. Juntamente com o título, emitir-se-á Protocolo de Entrega de Título Eleitoral - PETE (canhoto), que valerá para identificação do requerente/eleitor na oportunidade da entrega do título e como comprovante de recebimento.

§ 1º Para entregar o título eleitoral, o servidor do cartório eleitoral/CAE verificará a identidade do eleitor e a exatidão dos dados inseridos no documento. Constatada a regularidade, o servidor colherá a assinatura ou a impressão digital do polegar direito do eleitor, se não souber assinar, no espaço próprio constante do título eleitoral e do PETE, confrontará a assinatura com aquela constante do RAE, e procederá à entrega.

§ 2º Quando o requerente portador de deficiência estiver privado dos membros superiores, deverá constar a consignação da expressão "impossibilidade de assinar" no espaço próprio constante do título eleitoral e do PETE.

§ 3º Feita a entrega, o servidor aporará no PETE seu número de inscrição eleitoral e assinatura, salvo se for o servidor responsável pelo preenchimento do RAE, e colherá a assinatura do eleitor com o preenchimento da data de entrega do documento.

§ 4º Verificada a incorreção de algum dado do título eleitoral, o servidor do cartório eleitoral/CAE deverá providenciar a sua correção antes de proceder à entrega do documento. O RAE e o título eleitoral emitidos por equívoco deverão ser inutilizados e descartados no ato.

§ 5º Efetuada a entrega do título eleitoral pelo cartório eleitoral/CAE, o PETE será anexado ao RAE e documentos correspondentes.

Seção II

DEFERIMENTO, PROCESSAMENTO E ARQUIVAMENTO

Art. 132. As operações RAE serão transmitidas diariamente para processamento, após o fechamento do lote pelo cartório eleitoral/CAE.

Parágrafo único. Para o fechamento do lote e processamento do RAE, serão observadas as instruções transmitidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 133. Após o fechamento do lote das operações RAE, o cartório eleitoral/CAE emitirá o relatório de RAEs Digitados Sintético, para conferir se todas as operações RAE realizadas no dia foram digitadas e transmitidas.

Parágrafo único. Atestada a conferência pelo servidor do cartório eleitoral/CAE, os RAEs, PETEs e documentos correspondentes serão anexados ao relatório RAEs Digitados Sintético e serão encaminhados imediatamente para apreciação do Juiz Eleitoral da zona correspondente.

Art. 134. O Juiz Eleitoral, após apreciação dos RAEs, dos documentos que os acompanham e eventuais requerimentos anexos, proferirá decisão de deferimento ou de indeferimento em até 5 (cinco) dias.

§ 1º Não havendo a integral correspondência entre relatório e RAEs, o Juiz Eleitoral diligenciará, visando a obter esclarecimento. §

2º É vedada a utilização de chancela do Juiz Eleitoral no RAE em substituição à sua assinatura.

Art. 135. A decisão que deferir os Requerimentos de Alistamento Eleitoral poderá ser proferida mediante o uso de funcionalidade constante do Sistema Elo (Deferimento Coletivo), a qual permitirá a indicação de mais de um formulário RAE, observado o período de abrangência da formalização dos pedidos.

§ 1º O deferimento coletivo deverá abranger os Requerimentos de Alistamento Eleitoral do dia.

§ 2º Sempre que o documento contiver mais de uma folha, somente será aposta a assinatura da autoridade judiciária na última delas, devendo ser rubricadas as demais.

§ 3º O relatório de deferimento coletivo deverá ser arquivado juntamente com os formulários RAE, e não abrangerá aqueles convertidos em diligência e indeferidos.

§ 4º A decisão de indeferimento será feita sempre de modo individualizado.

§ 5º A não utilização da funcionalidade implica a continuidade do procedimento de deferimento individualizado dos formulários RAE.

Art. 136. As inscrições contidas no relatório RAEs Digitados Sintético estarão refletidas, após processamento, nos relatórios de Afixação e de Ocorrência na Crítica do Movimento RAE (banco de erros).

Parágrafo único. A unidade da Justiça Eleitoral (cartório eleitoral/CAE) que digita as operações RAE e procede à correção dos registros retidos em banco de erros, é a responsável pela integridade dos dados refletidos no cadastro eleitoral.

Art. 137. O cartório eleitoral tomará público o deferimento, pelo relatório Afixação, ou o indeferimento dos pedidos de alistamento e de transferência, nos dias 1º e 15 de cada mês, ou no primeiro dia útil seguinte, mediante a afixação da relação em edital, no local de costume, pelo prazo de 10 (dez) dias, após o que, certificado o período de publicação, será arquivada em pasta própria.

Art. 138. O indeferimento da operação RAE, caso já tenha sido processada no cadastro eleitoral, implicará necessariamente o recolhimento do título eleitoral expedido e o cancelamento da inscrição (código ASE 450), se for alistamento, ou reversão da inscrição à situação anterior, se for transferência, revisão ou segunda via.

Art. 139. Da decisão que indeferir o RAE de inscrição ou transferência, poderá ser interposto recurso pelo alistando/eleitor no prazo de 5 (cinco) dias, e, do despacho que o deferir, poderá recorrer qualquer partido político, por seu delegado, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação em edital (Resolução-TSE nº 21.538/03, arts. 17 § 1º e 18 § 5º).

Parágrafo único. Havendo recurso, o Juiz Eleitoral determinará a formação de autos de Impugnação de Alistamento Eleitoral para cada recorrente, do qual constarão a fotocópia do RAE impugnado, os documentos que o acompanham, a decisão recorrida, cópia do edital e da relação dos RAEs indeferidos, com a data de publicação, e a petição de recurso, e encaminhá-los-á ao Tribunal Regional Eleitoral, salvo se reformar a sua decisão (CE, art. 267 e §§).

Art. 140. As inscrições retidas em banco de erros (Ocorrências na Crítica do Movimento RAE) serão prontamente tratadas pelo cartório eleitoral/CAE, consoante o disposto nestas normas e orientações expedidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

§ 1º O cartório eleitoral/CAE consultará diariamente o banco de erros e procederá à análise detida de cada caso, confrontando os dados de cada ocorrência, se houver, com os documentos constantes em cartório e tomará as providências necessárias para que a inscrição retida e não processada seja incluída no cadastro eleitoral com dados fidedignos.

§ 2º Havendo a exclusão do registro do banco de erros, o cartório eleitoral/CAE adotarà o seguinte procedimento:

I - certificará a exclusão no RAE correspondente ou, se a operação for realizada pela Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), será comunicada a zona eleitoral respectiva para a referida anotação no RAE;

II - o eleitor será notificado, inicialmente por telefone, para devolver o título eleitoral por ele portado, por não ser válido para o exercício do voto, e realizar nova operação RAE, se for o caso; não comparecendo, far-se-á a notificação por carta, o que será certificado no RAE respectivo. Art. 141. O cartório eleitoral arquivará, em ordem cronológica, os relatórios dos RAEs Digitados Sintético, acompanhados dos correspondentes RAEs, PETEs e demais documentos, se houver.

Art. 142. Nenhum requerimento de inscrição, transferência ou revisão (Operações 1, 3 e 5) será recebido dentro dos 150 (cento e cinquenta) dias anteriores à data do pleito. Nesse período, serão emitidas certidões, destinadas à garantia de direitos, previstas neste título, no capítulo Documentos Eleitorais.

Seção III

ALISTAMENTO

Art. 143. Deve ser consignada OPERAÇÃO 1 - ALISTAMENTO nas seguintes hipóteses:

I - quando em nome do alistando não for identificada inscrição em qualquer zona eleitoral do país ou exterior;

II - quando a única inscrição localizada estiver cancelada por determinação de autoridade judiciária (código ASE 450) (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 4º).

Art. 144. Autoriza-se o deferimento de alistamento quando eleitor com inscrição cancelada (códigos ASE 027, 035, 019 ou 469), inexistindo outra restrição à quitação eleitoral, figurar em uma ou mais das seguintes situações:

I - irregularidades na prestação de contas (códigos ASE 230, motivo/forma 1 ou 2, e 272, motivo/forma 2); II -

multas aplicadas por decisão definitiva da Justiça Eleitoral e não reemitidas (código ASE 264);

III - inabilitação para o exercício de função pública (código ASE 515);

IV - inelegibilidades (código ASE 540).

§ 1º A decisão que autorizar a adoção da providência de que cuida o caput deverá conter ordem para o comando do código ASE 450 - cancelamento - sentença de autoridade judiciária, com motivo/forma 4 para as inscrições canceladas em nome do eleitor.

§ 2º Se a inscrição estiver cancelada pelo código ASE 469, o deferimento de novo alistamento será condicionado à apresentação de prova de domicílio pelo requerente.

§ 3º Promovido novo alistamento, deverá ser comandado o código ASE correspondente à causa de restrição à quitação eleitoral, descrita nos incisos deste artigo, vedada a expedição e entrega de título eleitoral.

Art. 145. O alistamento poderá ser realizado quando, inexistente inscrição eleitoral, houver registro "inativo" na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos com a indicação de inelegibilidade (Condenação Criminal - Lei Complementar nº 64/90).

Parágrafo único Promovido o alistamento, deverá ser comandado o código ASE 540, correspondente à inelegibilidade, vedada a expedição e entrega de título eleitoral.

Art. 146. Para o alistamento, o requerente apresentará prova de identidade, da nacionalidade brasileira, de ser maior de 16 (dezesesseis) anos, do cumprimento das obrigações relativas ao serviço militar e de domicílio eleitoral.

Parágrafo único. É facultado o alistamento no ano em que se realizarem eleições do menor que completar 16 (dezesesseis) anos até a data do pleito, inclusive, desde que efetue sua inscrição dentro do prazo estabelecido em lei.

Art. 147. Para aferir a identidade do requerente, sua idade e a nacionalidade, será exigida a apresentação, preferencialmente, de documento com sua fotografia, entre os quais:

I - carteira de identidade (RG) ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal controladores do exercício profissional (OAB, CREA, CRM, etc.) ou carteira de trabalho;

II - certificado de quitação do Serviço Militar, para requerentes do sexo masculino que a ele estejam obrigados (Lei nº 4.375/64);

III - certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil, ou, no caso dos indígenas, fornecida pela FUNAI (Lei nº 6.015/73, art. 50 § 2º, e Lei nº 6.001/73, art. 13);

IV - instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 (dezesseis) anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação;

V - documento do qual se infira a nacionalidade brasileira, originária ou adquirida (Lei nº 7.444/85, art. 5º, § 2º, inciso VI).

Parágrafo único. Poderá ser exigida a apresentação de mais de um documento de identificação, caso ainda persista dúvida ao servidor do cartório eleitoral/CAE quanto à identidade do requerente.

Art. 148. O alistando do sexo masculino deverá comprovar a quitação com serviço militar a partir de 1º de julho do ano em que completar 18 (dezoito) anos, persistindo essa exigência até o dia 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos.

§ 1º Os documentos comprobatórios de quitação com o serviço militar obrigatório ou prestação alternativa são: Certificado de Reservista, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado de Alistamento Militar - CAM, no prazo de validade, Certificado de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Dispensa de Prestação do Serviço Alternativo, Certificado de Isenção Militar e Certificado de Isenção do Serviço Alternativo.

§ 2º Não constitui prova de quitação com o serviço militar o certificado de eximido e certificado de recusa de prestação do serviço alternativo. § 3º Aos conscritos é vedado o alistamento eleitoral nos termos do art. 14, § 2º, da Constituição Federal.

§ 4º Se o interessado não possuir quaisquer dos documentos comprobatórios de quitação com o serviço militar obrigatório ou prestação alternativa, deverá ser orientado a procurar a Junta Militar mais próxima de sua residência, a fim de regularizar sua situação.

Art. 149. Aos estrangeiros é vedado o alistamento eleitoral nos termos do art. 14, § 2º, da Constituição Federal.

§ 1º Os brasileiros naturalizados poder-se-ão alistar como eleitores, desde que apresentem cédula de identidade em modelo idêntico à do brasileiro, contendo, no campo NATURALIDADE, o país onde nasceu e a Portaria do Ministério da Justiça que lhe confere a nacionalidade brasileira. Deverão apresentar, ainda, a referida Portaria Ministerial, com a finalidade de se verificar a data de sua expedição.

§ 2º Ao brasileiro que não se alistar até 1 (um) ano da aquisição da nacionalidade brasileira, deverá ser cobrada multa (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 15 e parágrafo único).

§ 3º O portador de Certificado de Naturalização Provisória, expedido pelo Ministério da Justiça, goza de todos os direitos assegurados pela Constituição Federal, dentro do prazo de validade ali indicado, devendo ser expedido o título eleitoral, se válido o certificado.

§ 4º Pessoas nascidas no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira (art. 12, inciso I, letra "c", CF), não necessitam fazer prova da opção pela nacionalidade brasileira, bastando apresentar, para requerer o alistamento eleitoral, quaisquer dos documentos relacionados no art. 147, deste Provimento (Resolução-TSE nº 21.385/03).

§ 5º Os portugueses que obtiverem a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo de direitos políticos poder-se-ão alistar como eleitores, sendo deles exigida a apresentação da cédula de identidade em modelo idêntico à do brasileiro, da qual constará o número da Portaria Ministerial que concedeu a referida igualdade, dispensada a apresentação de documento de quitação com o serviço militar obrigatório (Lei nº

6.815/80 e Decreto nº 3.927/01).

§ 6º Os brasileiros que adquirirem, em Portugal, o gozo dos direitos políticos previstos no Estatuto da Igualdade, terão sua inscrição eleitoral suspensa no Brasil (Resolução TSE nº 21.538/03, art. 51, § 4º).

Art. 150. O domicílio será comprovado mediante a apresentação de documento atual, do qual se infira ser o alistando residente, ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município, a exemplo dos seguintes comprovantes, que poderão estar em nome do eleitor, dos seus pais ou cônjuge:

I - contas de luz, água ou telefone;

II - certificado de registro e licenciamento de veículo;

III - envelope de correspondência bancária, financeira, de consórcios, de estabelecimento de ensino ou expedida por órgão oficial; IV - contracheque, contrato de trabalho ou carteira de trabalho;

V - cheque bancário (no qual conste o endereço);

VI - certificado de alistamento militar;

VII - contrato de locação de imóvel;

VIII - certidão do cartório de Registro de Imóveis ou carnê do IPTU;

IX - documento do INCRA ou contrato de parceria agrícola;

X - qualquer outro que demonstre inequivocamente o seu domicílio.

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto à idoneidade do comprovante de domicílio apresentado, declarando o eleitor, sob as penas da lei, que tem domicílio no município, o Juiz Eleitoral determinará as providências necessárias à obtenção da prova, mediante diligências no local. Art. 151. São aplicáveis a todos os brasileiros, a comunidades ciganas, indígenas integrados ou a qualquer outro grupo cultural ou étnico específico, inclusive, as exigências para alistamento eleitoral e transferência, até mesmo de comprovação de quitação do serviço militar ou de cumprimento de prestação alternativa, aos que a isso legalmente estejam obrigados.

Parágrafo único. Para efeito de domicílio eleitoral, deverá ser apresentada prova de residência ou moradia no município em que desejem alistar-se ou para o qual queiram transferir-se ou, ainda, a existência de vínculo profissional, patrimonial ou comunitário (Ofício-Circular nº 09/00-CGE, Ofício-Circular nº 44/00-CRE/PR, Resolução-TSE nº 20.806/01).

Seção IV

TRANSFERÊNCIA

Art. 152. Deve ser consignada OPERAÇÃO 3 - TRANSFERÊNCIA, com eventual retificação de dados, se necessário, quando o eleitor desejar alterar seu domicílio (município) e for encontrado em seu nome número de inscrição em qualquer município ou zona, unidade da federação ou país.

§ 1º Será admitida transferência de inscrição cancelada pelos códigos ASE 019 (falecimento), 027 (duplicidade/pluralidade), 035 (deixou de votar em três eleições consecutivas) e 469 (revisão de eleitorado), com reutilização do seu número, desde que comprovada a inexistência de outra inscrição liberada, não liberada, regular ou suspensa para o eleitor, para o fim de regularizar a inscrição, exceção feita ao requerente inelegível, ao qual se dará tratamento na forma prevista no artigo 147, deste Provimento.

§ 2º É vedada a transferência de inscrição envolvida em coincidência, com restrição aos direitos políticos (códigos ASE 329 - perda, ASE 337 - suspensão, ASE 540 - inelegibilidade, ASE 515 - inabilitação exercício função pública) ou cancelada por decisão de autoridade judiciária (código ASE 450).

§ 3º Existindo mais de uma inscrição cancelada para o eleitor no cadastro, deverá ser preferencialmente promovida a transferência daquela que tenha sido utilizada para o exercício do voto no último pleito.

Art. 153. A transferência do eleitor só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências:

I - entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio, no prazo estabelecido pela legislação vigente; II -

transcurso de, pelo menos, 1 (um) ano do alistamento ou da última transferência;

III - comprovação de residência pelo prazo mínimo de 3 (três) meses no novo domicílio; IV

- apresentação de prova de quitação com a Justiça Eleitoral;

V - apresentação de documento que identifique o eleitor e do título eleitoral.

§ 1º O disposto nos incisos "II" e "III" não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência (Lei nº 6.996/82, art. 8º, parágrafo único), o que deverá ser assinalado no campo ex officio do formulário RAE.

§ 2º Ao requerer a transferência ao Juiz Eleitoral do novo domicílio, o eleitor entregará o título ao cartório eleitoral/CAE, que será anexado ao RAE.

Art. 154. O domicílio será comprovado nos termos dispostos no art. 150, da seção 'Alistamento'.

Art. 155. O espelho de consulta ao cadastro eleitoral deverá ser impresso e anexado ao RAE ou gravado em meio digital, quando disponível funcionalidade no sistema.

Subseção I

TRANSFERÊNCIA EQUIVOCADA

Art. 156. O cartório eleitoral/CAE, se verificar, na consulta ao cadastro, divergência entre os dados nele consignados e os apresentados pelo requerente da operação de transferência, a indicar que a inscrição pertença a outro eleitor, não deverá realizá-la e deverá buscar o esclarecimento dos fatos, mediante tomada de depoimento do eleitor e solicitação de informações à zona eleitoral de origem, com a finalidade de evitar transferência equivocada.

Parágrafo único. Tratando-se de Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), será o eleitor encaminhado ao cartório da zona eleitoral correspondente ao seu domicílio no município, para os fins descritos neste artigo.

Art. 157. Constatada a efetivação de transferência para o requerente com o número de inscrição de outro eleitor ou para homônimo, compete ao cartório eleitoral que detectou a ocorrência:

I - quando do comparecimento do eleitor ao cartório, deverá primeiramente averiguar se a inscrição lhe pertence, se a possível homônimo deste ou, ainda, se a terceiro;

II - registrar e atuar informação ao Juiz Eleitoral como Regularização de Situação do Eleitor, juntando-lhe todos os documentos do eleitor existentes em cartório;

III - levar os autos conclusos ao Juiz Eleitoral, para que determine a comunicação do fato, com brevidade, à outra zona eleitoral envolvida, e solicite a juntada dos seguintes documentos:

a) RRI - Requerimento de Regularização de Inscrição, firmado pelo eleitor, com sua qualificação completa (nome completo, filiação, data de nascimento, sexo, estado civil, grau de instrução, ocupação, endereço, município de nascimento);

b) cópia de documentos que comprovem os dados pessoais necessários ao preenchimento do cadastro eleitoral (documento de identidade, título eleitoral, comprovante de residência);

c) RAE - Requerimento de Alistamento Eleitoral preenchido pelo eleitor e do correspondente PETE, se possível originais;

d) cópia das respectivas páginas dos cadernos de votação posteriores à data do alistamento/transferência/revisão de dados pessoais, nas quais tenha constado o nome do eleitor ou o número da inscrição; e

e) outros documentos e informações que possam subsidiar decisão a respeito.

IV - após a instrução dos autos com toda a documentação, encaminhá-los, com pedido de urgência, à Corregedoria-Geral Eleitoral, para as necessárias providências, por intermédio da Corregedoria Regional Eleitoral.

Seção V

REVISÃO

Art. 158. Deve ser consignada OPERAÇÃO 5 - REVISÃO quando o eleitor necessitar alterar local de votação no mesmo município, ainda que haja mudança de zona eleitoral, retificar dados pessoais ou regularizar inscrição cancelada pelos códigos ASE 019, 027, 035 e 469, exceção feita ao requerente inelegível, ao qual se dará tratamento na forma prevista no art. 144, deste Provimento.

Parágrafo único. As operações de revisão para regularização de inscrição cancelada pelo código ASE 469 (cancelamento - revisão de eleitorado) devem ser precedidas de comprovação de domicílio, a ser realizada pelo requerente na forma do disposto no art. 150, da seção 'Alistamento', sob pena de indeferimento do pedido.

Art. 159. O requerimento de revisão - operação 5, destinado a regularizar inscrição cancelada (códigos ASE 019, 027, 035 e 469) e instruído com os documentos correspondentes, prova do pagamento de multa ou de insuficiência econômica inclusive, poderá ser formalizado em zona diversa da inscrição, que o encaminhará à zona eleitoral onde se acha inscrito o eleitor, para apreciação pela autoridade judiciária competente e processamento (Provimentos-CGE nº 07/03, 01/04 e 02/09).

§ 1º O título eleitoral impresso em decorrência das operações de revisão de que trata o caput será recebido pelo eleitor na zona eleitoral em que o requereu.

§ 2º Os requerimentos de REVISÃO - OPERAÇÃO 5 formalizados com a finalidade exclusiva de retificar dados pessoais não serão recebidos em zona eleitoral distinta da inscrição.

Art. 160. Para a finalidade de retificar dados pessoais, o eleitor deve apresentar documento que comprove a alteração desejada, caso deseje retificar dado extraído de documento apresentado anteriormente.

Art. 161. O espelho de consulta ao cadastro eleitoral deverá ser impresso e anexado ao RAE ou gravado em meio digital, quando disponível funcionalidade no sistema.

Seção VI

SEGUNDA VIA

Art. 162. Deve ser consignada OPERAÇÃO 7 - SEGUNDA VIA quando o eleitor, regularmente inscrito na zona eleitoral por ele procurada, solicitar segunda via do título, sem qualquer alteração dos seus dados.

Parágrafo único. No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, a segunda via será solicitada pessoalmente pelo eleitor após comprovação da sua identidade no cartório eleitoral/CAE correspondente ao seu domicílio eleitoral.

Art. 163. Sempre que solicitada segunda via, o servidor do cartório eleitoral/CAE verificará, na presença do eleitor, se os dados constantes do cadastro eleitoral permanecem inalterados. Constatada alteração, o servidor deverá sugerir a realização da operação de revisão ou transferência, se for o caso, com vistas à permanente atualização do cadastro do eleitor.

Art. 164. Os requerimentos de segunda via poderão ser recebidos até 10 (dez) dias antes da data do pleito.

Art. 165. Se o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral poderá requerer a segunda via ao Juiz Eleitoral da zona em que se encontrar, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona eleitoral ou naquela em que requereu, preenchido o formulário RAE, instituído pela Resolução-TSE nº 21.538/03.

Parágrafo único. O requerimento de segunda via formulado nos termos deste artigo só poderá ser recebido até 60 (sessenta) dias antes do pleito.

Seção VII

TÍTULO NET

Art. 166. O interessado poderá utilizar serviço de pré-atendimento pela internet, denominado Título Net, regulamentado na Resolução-TSE nº 23.088/09, para requerer alistamento, transferência e revisão, observadas as instruções expedidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 167. O pedido iniciado pela internet deverá ser confirmado, sob pena de sua exclusão automática pelo sistema, na unidade de atendimento da Justiça Eleitoral, mediante comprovação dos dados informados e, se for o caso, do recolhimento da multa devida, no prazo de 5 (cinco) dias após o pré-atendimento, ou, se previsto atendimento com sistema de agenda, até a data por ele selecionada.

Parágrafo único. No caso de exclusão do pedido do sistema de pré-atendimento, a guia de multa paga poderá ser utilizada para instruir novo requerimento.

Art. 168. Quando não configurado pela unidade da Justiça Eleitoral o atendimento com sistema de agenda, será dada preferência de atendimento aos usuários do serviço Título Net, resguardadas as hipóteses de prioridade definidas nas disposições gerais do título Atendimento ao Público.

Art. 169. Compete ao atendente do cartório eleitoral/CAE, no momento do atendimento presencial, velar pela regularidade do serviço prestado e pela confiabilidade dos dados inseridos no cadastro eleitoral e retificar, se for o caso, qualquer dos dados informados pelo requerente, mediante os seguintes procedimentos:

I - solicitação do documento de identificação e do comprovante de domicílio utilizados pelo requerente para confrontar se os dados ali contidos conferem com os informados via internet, bem como do certificado de quitação do serviço militar quando o eleitor do sexo masculino não possuir título eleitoral;

II - pesquisa dos dados no cadastro eleitoral, para assegurar que cada eleitor possua somente uma inscrição eleitoral em situação regular e para definir a operação RAE adequada (1- alistamento; 3- transferência; 5- revisão de dados) e averiguar:

a) se não há outra inscrição eleitoral para o requerente no cadastro eleitoral ou se não há registro similar aos dados informados;

b) se não está utilizando número de inscrição pertencente a outro eleitor;

c) se o requerente está quite com a Justiça Eleitoral, ainda que seja portador de guia de multa paga;

III - conferência do valor impresso na guia de multa apresentada com o débito verificado, situação em que, caso se apure recolhimento de valor menor, deverá ser expedida guia de multa complementar para quitação integral do débito;

IV - juntada ao RAE:

a) do protocolo de atendimento do Título Net portado pelo requerente ou do espelho em que conste o número do protocolo, disponível no sistema Elo; e

b) nos casos de transferência e revisão, do espelho de consulta ao cadastro eleitoral.

CAPÍTULO III

DOCUMENTOS ELEITORAIS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 170. A Justiça Eleitoral expedirá os seguintes documentos, entre outros, a fim de assegurar direitos e deveres e no atendimento das necessidades dos interessados:

I - Título Eleitoral;

II - Certidão de Quitação Eleitoral;

III - Certidão de Antecedentes Criminais.

Art. 171. As certidões serão expedidas prontamente sempre que extraídas do sistema Elo e firmadas pela chefia ou por servidor efetivo do cartório eleitoral/CAE, com identificação da unidade expedidora.

Art. 172. As certidões serão sempre fornecidas com fundamento em documentos e processos sob a guarda do cartório eleitoral/CAE ou sistemas de utilização restrita aos servidores daquelas unidades, resguardada a privacidade do cidadão, consoante disciplinado no art. 29 e §§, da Resolução-TSE nº 21.538/03.

Parágrafo único. O fornecimento de certidão sobre dados do cadastro eleitoral, a exemplo de profissão, estado civil e grau de instrução, será feito com a menção de que, sendo meramente declaratórios, dispensam comprovação perante a Justiça Eleitoral.

Seção II

QUITAÇÃO ELEITORAL

Art. 173. A quitação eleitoral abrangerá:

I - a plenitude do gozo dos direitos políticos;

II - o regular exercício do voto, salvo quando facultativo;

III - o atendimento a eventuais convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito;

IV - a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas; e

V - a apresentação de contas de campanha eleitoral, durante o período de mandato para o qual concorreu.

§ 1º Não será fornecida certidão de quitação eleitoral enquanto o eleitor ou alistando não promover a quitação de todos os débitos relacionados no seu histórico, ressalvada a hipótese do § 3º deste artigo.

§ 2º Para fins de expedição de certidão, considerar-se-ão quites aqueles que (Lei nº 12.034/09, art. 11, § 8º):

a) condenados ao pagamento de multa, tenham, até a data da formalização do seu pedido de registro de candidatura, comprovado o pagamento ou o parcelamento da dívida regularmente cumprido;

b) pagarem a multa que lhes couber individualmente, excluindo-se qualquer modalidade de responsabilidade solidária, mesmo quando imposta concomitantemente com outros candidatos e em razão do mesmo fato.

§ 3º Em caso de parcelamento de multa deferido, será fornecida pelo cartório eleitoral certidão circunstanciada, com efeito de quitação eleitoral, desde que se comprove o pagamento das parcelas vencidas, postergado o registro da quitação eleitoral no cadastro, para o momento do integral pagamento do débito.

§ 4º A certidão de quitação eleitoral não se destina a atestar antecedentes criminais eleitorais.

Art. 174. A certidão de quitação eleitoral será expedida com fundamento nos dados contidos no cadastro de eleitores e na Base de Perda e Suspensão dos Direitos Políticos:

I - pelo cartório eleitoral/CAE, com identificação da unidade emissora, independentemente da zona eleitoral de inscrição do eleitor;

II - pela internet, na página do Tribunal Superior Eleitoral, endereço www.tse.jus.br (Resolução TSE nº 21.667/04).

Art. 175. O interessado em obter certidão de quitação eleitoral poderá autorizar terceiro a requerê-la ou retirá-la do cartório eleitoral/CAE em seu nome, comprovada a delegação para o ato.

Art. 176. Verificada a impossibilidade técnica de emissão da certidão automaticamente pelo sistema, a certidão será emitida manualmente.

Art. 177. O procedimento para regularização dos débitos e obtenção da quitação eleitoral relativamente:

I - aos débitos pecuniários, está disposto em capítulos próprios, relativos a Multas e Justificativa Eleitoral; II -

à pessoa com restrição dos direitos políticos, está previsto no título Direitos Políticos;

III - a não regularidade na entrega da prestação de contas de campanha eleitoral, está disposto no título Partidos Políticos/ Prestação de Contas.

Art. 178. A existência de débitos com a Justiça Eleitoral não impede a obtenção de certidão circunstanciada, a ser fornecida pelo cartório eleitoral/CAE, que reproduza fielmente a situação do interessado no cadastro eleitoral e na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Seção III

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 179. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todas as pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único. Não estará sujeita à sanção a pessoa portadora de deficiência a qual seja impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, relativamente ao alistamento e ao exercício do voto (Resolução-TSE nº 21.920/04).

Art. 180. O cidadão nas condições do artigo anterior, seu representante legal ou procurador devidamente constituído, poderá formular requerimento, acompanhado de documentação comprobatória da deficiência, para obter certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado, ao Juiz Eleitoral do seu domicílio (Resolução-TSE nº 22.545/07), o qual será registrado e autuado como Petição.

§ 1º Antes de submeter o requerimento à apreciação do Juiz Eleitoral, o cartório deverá informar se o requerente está quite com a Justiça Eleitoral, conforme disposto na seção Quitação Eleitoral.

§ 2º Após parecer do Ministério Público Eleitoral, o Juiz Eleitoral apreciará a impossibilidade e a onerosidade para o exercício das obrigações eleitorais, bem como a situação socioeconômica do requerente e as condições de acesso ao local de votação ou de alistamento desde a sua residência.

§ 3º O Juiz Eleitoral, se deferir o requerimento, mandará expedir, em favor do interessado, eleitor ou não, certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

Art. 181. A expedição da certidão não impede, a qualquer tempo, o alistamento eleitoral de seu beneficiário, o qual não estará sujeito à penalidade do art. 8º do Código Eleitoral - multa pelo alistamento tardio.

Art. 182. Tratando-se de eleitor cuja inscrição figure em situação regular ou liberada, o cartório eleitoral providenciará o lançamento no cadastro do código ASE 396 (portador de deficiência), motivo/forma correspondente (4- dificuldade para o exercício do voto) e certificará nos autos o seu processamento.

Art. 183. O registro do código ASE 396, motivo 4 (dificuldade para o exercício do voto), inibe a geração de débito por ausência às urnas, dos anteriores à data de comunicação da deficiência inclusive, e não altera a aptidão da inscrição eleitoral para o exercício do voto.

Seção IV

ELEITOR NO EXTERIOR

Art. 184. Quando do atendimento a cidadãos brasileiros domiciliados no exterior, possuidores de inscrição eleitoral ou não, devem eles ser encaminhados à zona eleitoral (ZZ) do Distrito Federal, mediante acesso à internet pelo endereço www.tre-df.jus.br, para regularização de sua situação (Resolução-TSE nº 20.753/00).

§ 1º Ao eleitor com domicílio no exterior, será fornecida certidão de quitação eleitoral, desde que regular a inscrição e quitados eventuais débitos existentes.

§ 2º O eleitor com inscrição eleitoral no exterior (ZZ) poderá solicitar transferência para zona eleitoral desta circunscrição, desde que preenchidos os requisitos necessários para tanto.

Seção V

SUSPENSÃO DAS OPERAÇÕES NO CADASTRO ELEITORAL

Art. 185. Nenhum requerimento de inscrição, transferência ou revisão será recebido dentro dos 150 (cento e cinquenta) dias anteriores à data do pleito (Lei nº 9.504/97, art. 91).

Art. 186. No período de suspensão do alistamento, se o eleitor promover a quitação de um ou mais débitos relacionados no seu histórico, o cartório eleitoral registrará, quando da reabertura do cadastro, o código ASE específico à desativação daquele registro.

Art. 187. Durante o período de suspensão das atividades do cadastro, em caso de cancelamento da inscrição, inclusive decorrente de comunicação de óbito, ou de suspensão de direitos políticos, o cartório eleitoral deverá registrar o termo "IMPEDIDO DE VOTAR" em folha de votação, mediante aposição de anotação/carimbo, com vistas a impossibilitar o exercício do voto.

Art. 188. Durante o período de suspensão das operações no cadastro eleitoral, o cartório eleitoral/CAE fornecerá aos eleitores e às pessoas que não possuem inscrição eleitoral, no atendimento das suas necessidades, certidões emitidas pelo sistema ou circunstanciadas, assim identificadas:

I - Aos requerentes sem inscrição eleitoral:

a) aos não obrigados ao alistamento até o fechamento do cadastro eleitoral, não deverá ser exigida qualquer documentação relativa à quitação eleitoral, uma vez que os motivos que o impedem de estar quite são os constantes da lei, da qual não se pode alegar ignorância;

b) aos obrigados ao alistamento, fornecer certidão circunstanciada com a informação sobre a suspensão das operações do cadastro eleitoral; II -

Aos requerentes que possuem inscrição eleitoral:

a) em situação regular, sem anotação de débito no seu histórico (ausência ou situação INATIVO dos códigos ASE 094, 230, 264, 329, 043, 337, 442, 515 e 540), fornecer certidão de quitação eleitoral expedida pelo sistema;

b) em débito com a Justiça Eleitoral (ASE 094, 230, 264, 329, 043, 337, 442, 515 e 540, em situação ATIVO), desde que o eleitor recolha as multas devidas ou seja dispensado do seu recolhimento (CE, art. 367 § 3º) e cumpra prestação a que está obrigado, fornecer certidão de quitação eleitoral;

c) com inscrição cancelada (códigos ASE 019, 027, 035, 450, 469), após o recolhimento ou dispensa do recolhimento das multas eventualmente devidas e verificação da ausência de outros débitos (códigos ASE 230, 329, 043, 337, 515 e 540 em situação ATIVO), fornecer certidão de quitação circunstanciada sobre o impedimento legal para imediata regularização, decorrente do fechamento do cadastro nos 150 (cento e cinquenta) dias que antecedem o pleito, com recomendação para procurar a Justiça Eleitoral após reabertura do cadastro;

d) com registro de suspensão de direitos políticos, inabilitação para exercício de função pública ou inelegibilidade (ASE código 043, 337, 515 e 540), após sentença judicial que restabelecer sua inscrição, se houver comprovação de cessação dos motivos que ocasionaram a suspensão/inelegibilidade e o recolhimento de multas eventualmente devidas, fornecer certidão de quitação eleitoral;

III - Aos requerentes com registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, independentemente de possuir inscrição eleitoral:

a) com registro ativo de suspensão na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, não será expedida certidão de quitação eleitoral, devendo, se for o caso, o cartório eleitoral encaminhar requerimento do eleitor, acompanhado dos documentos que comprovem a cessação da restrição dos direitos políticos, para apreciação da Corregedoria Regional Eleitoral, ou, se requerida, fornecer certidão circunstanciada sobre os registros constantes da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos;

b) com registro inativo de suspensão na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, com indicativo de inelegibilidade (LC 64/90, art. 1º, I, e), dentro do prazo de restrição, não será expedida certidão de quitação eleitoral e, se requerida, será fornecida certidão circunstanciada indicando a existência da inelegibilidade;

c) com registro ativo de perda na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, não será expedida certidão de quitação eleitoral, devendo o cartório eleitoral orientar o eleitor a buscar a reaquisição dos direitos políticos, junto ao Ministério da Justiça, nos termos do art. 260, ou, se requerida, fornecer certidão circunstanciada sobre os registros constantes da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Seção VI

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO CADASTRO ELEITORAL

Art. 189. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos do disposto nos artigos 29 e seguintes da Resolução-TSE nº 21.538/03 e em conformidade com o estabelecido no Provimento-CGE nº 06/2006 (com redação alterada pelos Provimentos-CGE nº 09/2008 e nº 10/2012).

§ 1º No interesse do resguardo da privacidade do cidadão, não serão fornecidas informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.

§ 2º Consideram-se informações personalizadas as relações de eleitores acompanhadas de dados pessoais (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço), além das informações relativas a documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física, fotografia, impressões digitais e assinatura digitalizada do eleitor.

§ 3º É vedado o fornecimento do espelho de consulta ao cadastro a qualquer pessoa estranha à Justiça Eleitoral, inclusive ao próprio eleitor (Provimento-CGE nº 17/2011).

§ 4º Excluem-se da proibição de que cuida este artigo os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral e os formulados:

I - pelo próprio eleitor, sobre seus dados pessoais;

II - por autoridade judicial e pelo Ministério Público, vinculada a utilização das informações obtidas, exclusivamente, às respectivas atividades funcionais;

III - por entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesses (Lei nº 7.444/85, art. 4º).

Art. 190. As solicitações de dados cadastrais, formuladas por autoridades policiais, com fundamento no art. 17-b da Lei 12.683/2012, somente serão atendidas mediante informação do número do inquérito policial no qual esteja em curso investigação relativa a crime de lavagem de dinheiro.

Parágrafo único. Os dados cadastrais a que se refere este artigo não incluem os dados biométricos do eleitor, cujo fornecimento observará o disposto nos arts. 29 da Resolução-TSE nº 21.538/03 e 9º da Resolução-TSE nº 23.335/11.

Art. 191. A solicitação e o fornecimento de informações constantes do cadastro eleitoral realizar-se-ão por meio do Sistema de Informações Eleitorais - SIEL, nos termos do Provimento nº 01/2013-CRE/PR.

Parágrafo único. A utilização dos dados fornecidos está estritamente vinculada às atividades funcionais das autoridades judiciais e do Ministério Público, podendo a Corregedoria Regional Eleitoral suspender o acesso ao sistema a qualquer tempo, se verificada irregularidade na utilização do sistema por seus usuários ou na destinação dos dados fornecidos.

Art. 192. O Tribunal Regional Eleitoral e o Juiz Eleitoral poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio eletrônico, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado.

CAPÍTULO IV

HISTÓRICO DO ELEITOR - ASE

Art. 193. Para registro de informações no histórico de inscrição eleitoral no cadastro, serão utilizados os códigos de Atualização da Situação do Eleitor (ASE), observadas as instruções estabelecidas no manual "Instruções Para Atualização da Situação do Eleitor - ASE", aprovado em provimento da Corregedoria-Geral Eleitoral, quanto à correta indicação dos códigos, respectivos complementos, motivos/formas e datas de ocorrência.

Art. 194. O cartório comandará código ASE mediante comprovação documental da situação que se deseja registrar.

Art. 195. Os registros dos códigos ASE serão processados diariamente ou sempre que houver ocorrências a registrar.

Art. 196. A atualização do histórico do eleitor ocorrerá mediante digitação no sistema Elo e os registros serão conferidos detidamente antes da sua gravação.

§ 1º O registro de código ASE incluído on line não poderá ser excluído ou alterado pela zona eleitoral após a sua gravação.

§ 2º Deverá ser certificado o comando do código ASE no processo ou no documento respectivo, consignando-se o código e a data da emissão.

Art. 197. Os registros de código ASE, que não dependam do registro prévio de outro código ASE, poderão ser incluídos pela modalidade coletiva (off line), quando o exigir o volume de registros com dados repetidos, devendo o cartório eleitoral se assegurar do regular processamento dos dados, observadas as instruções transmitidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 198. Verificada incorreção no registro do código ASE, motivo/forma, complemento ou data de ocorrência, o cartório eleitoral deverá atuar processo, devidamente instruído com formulário-padrão e documentos necessários à apreciação, e encaminhá-lo à Corregedoria Regional Eleitoral (Ofício-Circular nº 15/2011-CRE/PR).

Parágrafo único. A atualização, que poderá ser coletiva, será feita na classe Direitos Políticos, para retificação dos códigos ASE 043, 337, 370, 388, 426, 515, 531, 540 e 558 e na classe Regularização da Situação do Eleitor, para os demais códigos ASE.

CAPÍTULO V

JUSTIFICATIVA ELEITORAL

Art. 199. O eleitor que deixar de votar deverá apresentar justificativa no dia das eleições, se ausente do seu domicílio eleitoral, ou perante qualquer cartório eleitoral até 60 (sessenta) dias após a realização do pleito.

§ 1º O eleitor que se encontrava no exterior na data do pleito terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua volta ao país, para formalizar o requerimento de justificativa.

§ 2º Ultrapassados os prazos acima sem apresentação de justificativa ou sendo ela indeferida, será arbitrada multa nos moldes estabelecidos no título Multas (CE, art. 7º).

Art. 200. O pedido de justificativa será sempre dirigido ao Juiz Eleitoral da zona da inscrição e deverá ser instruído com os documentos comprobatórios da ausência do domicílio eleitoral ou que justifiquem o não-comparecimento ao pleito.

Parágrafo único. O requerimento será protocolado, submetido à apreciação do Juiz Eleitoral e, caso não tenha sido realizada operação RAE, anotar-se-á o código ASE correspondente (167 ou 078) no cadastro eleitoral, certificado seu processamento no requerimento, que será arquivado em pasta própria.

Art. 201. O eleitor que necessitar justificar sua ausência ao pleito e encontrar-se fora do município de sua inscrição poderá apresentar o requerimento em qualquer cartório eleitoral, que ao recebê-lo, deverá conferir os documentos e providenciar seu encaminhamento diretamente à zona eleitoral da inscrição.

Parágrafo único. A certidão de quitação eleitoral, nessa situação, somente poderá ser fornecida após o deferimento da justificativa pelo juízo da zona eleitoral da inscrição ou, caso o eleitor não queira aguardar a decisão do juízo competente, poderá optar pelo recolhimento da multa na zona eleitoral onde se encontrar.

Art. 202. As justificativas eleitorais recebidas no dia das eleições, 1º e 2º turnos, não processadas nas urnas eletrônicas, deverão ser digitadas pela zona eleitoral que as recebeu, mediante o comando do código ASE 167, em prazo estabelecido nas instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO VI

SEÇÕES ESPECIAIS

Art. 203. A zona eleitoral deverá ofertar em todos os locais de votação ao menos uma seção eleitoral que contemple acesso facilitado ao atendimento dos eleitores portadores de deficiência ou com dificuldade de locomoção, mediante criação ou alteração de seção já existente.

§ 1º A zona eleitoral deverá buscar a ampliação da oferta de locais/seções eleitorais com esse tipo de instalação.

§ 2º A seção eleitoral que possua essas características poderá abrigar eleitores não portadores de necessidades especiais, desde que a seus portadores seja dada a preferência.

§ 3º É facultativa a oferta de seção especial quando o local contar com até duas seções eleitorais ou quando não dispuser de acesso condizente com a necessidade desses eleitores.

Art. 204. As instalações das seções especiais para deficientes físicos devem possuir meios de acesso condizentes com as necessidades desses eleitores.

Parágrafo único. A acessibilidade refere-se tanto ao prédio destinado ao local de votação quanto à sala onde está instalada a seção especial.

Art. 205. Os cartórios eleitorais deverão realizar estatística dos eleitores com deficiência, por seção eleitoral, com base nos registros dos códigos ASE 396 no cadastro eleitoral, visando à coleta de informações a fim de serem providenciados locais de votação adequados.

TÍTULO III

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL

CAPÍTULO I

PROCEDIMENTO GERAL

Art. 206. O Juiz Eleitoral só poderá determinar o cancelamento de inscrição eleitoral que pertença à sua jurisdição.

Parágrafo único. Tomando conhecimento de causa de cancelamento de inscrição eleitoral que não pertença à sua jurisdição, o Juiz Eleitoral encaminhará à zona competente comunicação acompanhada dos documentos necessários à apreciação.

Art. 207. O cancelamento será efetivado em processo registrado e autuado, individual ou coletivamente, como Cancelamento de Inscrição Eleitoral, observados os procedimentos constantes do Código Eleitoral, art. 77.

Art. 208. Antes de prolação da decisão, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público.

Art. 209. Durante o processo e até a exclusão, pode o eleitor votar validamente (CE, art. 72).

Art. 210. Após o transcurso de 6 (seis) anos, contados do processamento do código ASE próprio, as inscrições canceladas serão excluídas do cadastro eleitoral.

CAPÍTULO II

CANCELAMENTO - FALECIMENTO

Art. 211. Os oficiais de registro civil, sob as penas do art. 293 do Código Eleitoral, deverão encaminhar, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao Juiz Eleitoral da zona em que oficiarem, comunicação dos óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, para cancelamento das respectivas inscrições.

§ 1º Nos municípios cuja circunscrição abrange mais de uma zona eleitoral, o ofício distribuidor receberá as comunicações de óbitos enviadas pelos Oficiais de Registro Civil.

§ 2º Não havendo comunicação mensal ao cartório eleitoral, por parte dos ofícios de registro civil do município, a chefia de cartório representará ao Juiz Eleitoral, para adoção das providências cabíveis, inclusive de comunicar à Corregedoria Regional Eleitoral se persistir a situação.

Art. 212. As comunicações de óbito deverão ser encaminhadas pelos oficiais de registro civil por meio do Sistema de Óbitos, de uso obrigatório pelas zonas eleitorais (Ofício-Circular nº 16/10-CRE/PR) e pelos Cartórios de Registro Civil do Paraná (Ofício-Circular nº 54/2011 - CGJ/PR).
Parágrafo único: As comunicações de óbito recebidas em meio diverso deverão ser registradas no Sistema de Óbitos pelo cartório eleitoral que as receber.

Art. 213. O cadastramento dos cartórios de registro civil será de competência da zona eleitoral em que oficiarem ou, nos municípios cuja circunscrição abranja mais de uma zona, pelo ofício distribuidor, e será realizado mediante a recepção de formulário preenchido e assinado pelo solicitante, a ser arquivado em pasta própria.

Art. 214. O cartório eleitoral deverá verificar com frequência mensal a existência de comunicações de óbito encaminhadas via sistema e realizar o tratamento das informações recebidas, independentemente da suspensão das atividades do cadastro, caso em que, após a sua reabertura, deverá promover o efetivo registro do cancelamento (código ASE 019) no cadastro eleitoral.

Art. 215. Caso existam divergências entre as informações da comunicação recebida e os dados do cadastro eleitoral que impeçam o processamento, o cartório eleitoral deverá devolver, via sistema, a comunicação inconsistente à zona eleitoral remetente, com indicação das diligências efetivadas.

Art. 216. O cartório eleitoral tornará pública a listagem de inscrições canceladas automaticamente por falecimento, mediante publicação em edital com periodicidade mensal, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Art. 217. A inscrição regular, a suspensa e a cancelada admitem a inclusão do comando do código ASE 019 - falecimento.

Art. 218. Será dispensada de protocolo a comunicação de óbito recebida em meio eletrônico.

CAPÍTULO III

REGULARIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO CANCELADA

Art. 219. A regularização de inscrição cancelada será realizada mediante operação RAE (3- Transferência ou 5- Revisão) ou, se verificado equívoco no registro do cancelamento, pelo código ASE 361-Restabelecimento de Inscrição Cancelada por Equívoco.

Art. 220. Verificado o equívoco no registro dos códigos ASE 019, 450 e 469, o cartório eleitoral prestará informação ao Juiz Eleitoral, acompanhada dos documentos correspondentes, em autos de Regularização de Situação de Eleitor ou nos autos nos quais foi determinado o cancelamento.

Parágrafo único. A regularização de inscrição cancelada por falecimento (código ASE 019) deve ser necessariamente precedida de investigação acerca dos fatos e, se nessa se verificarem indícios de cometimento de ilícito criminal, os autos serão encaminhados ao Ministério Público.

Art. 221. A regularização de inscrição cancelada só será deferida se não existir outra inscrição liberada, regular ou suspensa para o eleitor no cadastro eleitoral, registro ativo na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos e não houver débito com a Justiça Eleitoral, inclusive posterior ao cancelamento.

Parágrafo único. Havendo registro ativo na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, a inscrição somente poderá ser regularizada após a inativação, pela Corregedoria Regional Eleitoral, do registro contido na Base.

Art. 222. Não será admitido restabelecimento de inscrição cancelada pelo código ASE 450 (Cancelamento - sentença de autoridade judiciária), exceção feita somente a comando equivocado, quando deverá ser apreciado pelo Juiz Eleitoral.

TÍTULO IV

DUPLICIDADE/PLURALIDADE DE INSCRIÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 223. Sempre que notificado, no sistema Elo, sobre o término de processamento do RAE e da existência de agrupamento de duplicidade ou pluralidade pendente de decisão, o cartório eleitoral deverá diligenciar para que todas as ocorrências sejam decididas e processadas, de acordo com o procedimento e prazo estabelecidos pela Resolução-TSE nº 21.538/03.

Art. 224. Quando a inscrição eleitoral for agrupada em duplicidade ou pluralidade, a operação RAE requerida não será processada até a devida regularização.

Parágrafo único. Se a inscrição já constava do cadastro eleitoral, passará para a situação "liberada" ou "não liberada", até que seja digitada a decisão da autoridade judiciária no sistema Elo.

Art. 225. Compete ao Juiz Eleitoral apreciar e decidir as duplicidades e pluralidades de inscrições de sua competência, quanto à inscrição suspensa no cadastro inclusive (Resolução TSE n.º 21.538/03, art. 41).

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS

Seção I

INSTRUÇÃO E DECISÃO

Art. 226. Em caso de duplicidade/pluralidade de inscrição eleitoral de competência do Juiz Eleitoral, o cartório eleitoral registrará e atuará processo como Duplicidade ou Pluralidade de Inscrições de ofício ou mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. O processo será instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento de Regularização de Inscrição - RRI, quando houver o comparecimento do eleitor, ou comunicação de duplicidade/pluralidade fornecida pelo sistema Elo;

II - notificação ao eleitor, se houver;

III - RAE original;

IV - PETE original;

V - cópia do título de eleitor, se houver;

VI - cópia das folhas de votação das três últimas eleições;

VII - cópia de documentos pessoais do eleitor, quando houver o seu comparecimento; e

VIII - documentação comprobatória da extinção do impedimento, se for o caso de inscrição suspensa.

Art. 227. O Juiz Eleitoral determinará a publicação de edital com a relação de eleitores agrupados pelo prazo de 3 (três) dias, para conhecimento dos interessados (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 35), o que será certificado nos autos.

Art. 228. Após a instrução do processo, o chefe de cartório lavrará informação acerca da situação averiguada e fará os autos conclusos para decisão (Resolução nº TSE n.º 21.538/03, art. 37).

Parágrafo único. Não estando os autos suficientemente instruídos para propiciar decisão sobre a regularização/cancelamento das inscrições envolvidas, o chefe de cartório poderá sugerir ao Juiz Eleitoral que seja determinada a regularização de todas as inscrições envolvidas no grupo e a continuidade do processo para a colheita de novos elementos necessários à solução da controvérsia (outros documentos, ouvida dos envolvidos), após o que, se a decisão for pelo cancelamento de uma ou mais inscrições, determinará o registro no cadastro eleitoral mediante comando do código ASE 450.

Art. 229. Ao decidir, o Juiz Eleitoral apreciará a situação de todas as inscrições envolvidas na duplicidade/pluralidade, de forma que somente uma inscrição de cada eleitor permaneça regular.

§ 1º Identificada situação de duplicidade/pluralidade de inscrições, agrupadas ou não pelo batimento, o cancelamento de uma ou mais delas deverá recair preferencialmente na mais recente ou naquela expedida de forma contrária ao disposto nas normas em vigor, levando-se em conta sempre a preservação do histórico do eleitor (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 40).

§ 2º O Juiz Eleitoral só poderá determinar a regularização, o cancelamento ou a suspensão de inscrição que pertença à sua jurisdição.

§ 3º Tomando conhecimento de fato ensejador da regularização, cancelamento ou suspensão de inscrição pertencente à zona distinta da sua, o Juiz Eleitoral comunicará o fato à autoridade judiciária competente, para medidas cabíveis.

Art. 230. O cartório eleitoral publicará a decisão em edital e promoverá a sua digitação na base de coincidências, dela certificando nos autos, assim como do processamento da decisão no cadastro eleitoral.

Art. 231. Das decisões proferidas pelo Juiz Eleitoral em processos de duplicidade/pluralidade de inscrições, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias, ao Corregedor Regional Eleitoral (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 41, § 4º, a).

Seção II

HIPÓTESE DE ILÍCITO PENAL

Art. 232. Decidida a duplicidade/pluralidade de inscrições e tomadas as providências de praxe, se duas ou mais inscrições em cada grupo forem atribuídas a um mesmo eleitor, excetuados os casos de evidente falha dos serviços eleitorais, será aberta vista dos autos ao Ministério Público.

§ 1º Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, será determinada, pelo Juiz Eleitoral, a instauração de inquérito policial.

§ 2º Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na zona eleitoral onde o eleitor possuir inscrição regular (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 48, § 6º).

TÍTULO V

MULTAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 233. A arrecadação, o recolhimento e a cobrança de multas eleitorais dar-se-ão da forma disciplinada na Resolução-TSE nº 21.975/04 e na Portaria nº 288/05, da Presidência do TSE (Lei nº 9.096/95, art. 38, I, e Lei nº 9.504/97, art. 105, § 1º).

Art. 234. Os prazos estabelecidos na Resolução-TSE nº 21.975/04 e na Portaria-TSE nº 288/05 consideram-se prorrogados até o primeiro dia útil, se o vencimento ocorrer em feriados ou dias não úteis, ou ainda, se não houver expediente forense (Portaria-TSE nº 288/05, art. 14).

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA MULTA

Art. 235. Será aplicada multa:

I - ao brasileiro nato que não se alistar até os 19 (dezenove) anos ou ao naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira (CE, art. 8º);

II - ao eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o Juiz Eleitoral até 60 (sessenta) dias após a realização da eleição (CE, art. 7º e 367);

III - ao eleitor que se encontrar no exterior na data do pleito e não justificar a ausência até 30 (trinta) dias, contados da data de seu retorno ao Brasil (Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 80, § 1º);

IV - ao convocado para os trabalhos eleitorais que não comparecer no local, em dia e hora determinados para a realização da eleição ou abandonar os serviços sem justa causa (CE, art. 124 e § 4º);

V - em decorrência de violação a dispositivos do Código Eleitoral e leis conexas, por infração administrativa ou criminal.

Art. 236. Vedada a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim (CF, art. 7º, IV), o valor de referência para cobrança das multas eleitorais constitui 33,02 UFIR, que, convertido, terá por base de cálculo o valor de R\$ 35,13 (trinta e cinco reais e treze centavos) (Resolução-TSE nº 14.301/94 e Fax-Circular nº 67/00-CGE).

Art. 237. A multa pelo não exercício do voto e pelo não alistamento dentro do prazo legal terá por base de cálculo o valor de R\$ 35,13 (trinta e cinco reais e treze centavos), arbitrada entre o mínimo de 3% (três por cento) e o máximo de 10% (dez por cento) desse valor.

§ 1º Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o 151º (centésimo quinquagésimo primeiro) dia anterior à eleição subsequente à data em que completar 19 (dezenove) anos (Lei nº 9.504/97; CE, art. 8º, parágrafo único, c/c art. 91).

§ 2º Não se aplicará multa prevista no art. 8º do Código Eleitoral ao analfabeto que deixar tal condição.

§ 3º Ao eleitor com inscrição cancelada, mesmo que já excluída do cadastro pelo transcurso de 6 (seis) anos do seu cancelamento, será aplicada multa por ausência a cada pleito eleitoral verificado (Resolução-TSE nº 21.197/02).

Art. 238. A multa ao mesário faltoso terá por base de cálculo o valor de R\$ 35,13 (trinta e cinco reais e treze centavos), arbitrada pelo Juiz Eleitoral entre o mínimo de 50% (cinquenta por cento) e o máximo de 100% (cem por cento) desse valor, e será aplicada nos termos do art. 124 e §§, do Código Eleitoral.

Art. 239. Para efeito de imposição de multa, cada um dos turnos de um pleito será considerado como uma eleição.

Art. 240. A multa poderá ser aumentada até 10 (dez) vezes, se o Juiz Eleitoral considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo (CE, art. 367, § 2º).

Art. 241. O código ASE 264 - Multa Eleitoral, destinado a registrar a aplicação de multa eleitoral por violação a dispositivos do Código Eleitoral e leis conexas, será registrado com o advento do trânsito em julgado da decisão condenatória.

TABELA-BASE PARA CÁLCULO DAS MULTAS ELEITORAIS

(Lei nº 4.737/65 - Resolução-TSE nº 21.538/03)

Art. 7º	Deixar de votar e não se justificar no prazo de 60 (sessenta) dias, em cada pleito.	R\$ 1,05 a R\$ 3,51
Art. 8º	Não alistamento de: -brasileiro nato que não requerer o alistamento até o 151º dia anterior à data em que completar 19 anos; -brasileiro naturalizado que não requerer o alistamento até 1 ano após adquirida a nacionalidade.	R\$ 1,05 a R\$ 3,51

Art. 9º	Servidor responsável pela inobservância dos arts. 7º e 8º	R\$ 35,13 a R\$ 105,39
Art. 11	Recolhimento de multa em zona eleitoral diversa da inscrição.	R\$ 3,51
Art. 124	Mesário faltoso (decorridos 30 dias sem justificativa)	R\$ 17,56 a R\$ 35,13
Art. 124, §§ 3º e 4º	Mesário faltoso: - quando a mesa receptora deixar de funcionar em virtude de sua ausência; - abandono dos trabalhos no decurso da votação sem justa causa.	R\$ 35,13 a R\$ 70,26

CAPÍTULO III

RECOLHIMENTO DE MULTAS ELEITORAIS

Seção I

RECOLHIMENTO

Art. 242. Compete aos cartórios eleitorais/CAE:

I - imprimir e colocar à disposição do infrator a Guia de Recolhimento da União - GRU (Simples ou Cobrança), disponível no Sistema Elo, observando as instruções de preenchimento constantes da Resolução-TSE nº 21.975/04 e Portaria-TSE nº 288/05.

II - observar, no caso de pagamento realizado por meio de cheque, que o cumprimento da obrigação somente será reconhecido após a devida compensação bancária; e

III - anexar a guia paga, conforme o caso:

a) ao RAE, a fim de proceder à operação requerida, se não houver outra espécie de débito;

b) à cópia do requerimento de certidão de quitação eleitoral ou a outro meio de controle eleito pelo cartório eleitoral, registrando o código ASE 078, motivo/forma 1- Recolhimento, no cadastro eleitoral, se não houver outra espécie de débito, ou

c) aos autos do processo no qual foi aplicada multa, com a imediata conclusão ao Juiz Eleitoral.

Art. 243. O código ASE 078 (quitação de multa) será lançado pela zona eleitoral perante a qual foi quitado o débito, desde que satisfeitas todas as multas anotadas para o eleitor com data anterior à da emissão da guia.

Parágrafo único. Quando deferido pelo Juiz Eleitoral parcelamento de multa, o registro da quitação eleitoral no cadastro (código ASE 078) será realizado no momento do integral pagamento do débito (Ofício-Circular nº 34/08-CGE).

Art. 244. O eleitor que não votar e não pagar a multa, caso se encontre fora de sua zona eleitoral e necessite prova de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o juízo da zona em que estiver, desde que esta seja cobrada no máximo previsto ou poderá o eleitor aguardar que o cartório da zona eleitoral em que se encontrar solicite informações sobre o arbitramento ao juízo da inscrição.

Art. 245. Para a quitação do débito relativo a mesário faltoso, a multa poderá ser paga na zona procurada pelo eleitor, obedecidos os procedimentos definidos no capítulo 'Mesário Faltoso' e, sendo o débito decorrente de infração a dispositivo do Código Eleitoral e leis conexas, deverá a multa ser recolhida perante o cartório da zona eleitoral ou Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral que a tiver aplicado.

Art. 246. Caso a multa seja decorrente da aplicação do § 4º do art. 73 da Lei nº 9.504/97, o Juiz Eleitoral, no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação do comprovante de recolhimento, deverá comunicar diretamente à Secretaria de Administração do Tribunal Superior Eleitoral o valor e a data da multa recolhida, bem assim o nome completo do partido político que se houver beneficiado da conduta legalmente vedada (Resolução-TSE nº 21.975/04, art. 2º, e Ofício-Circular nº 02/07-CRE).

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, o procedimento deverá ser realizado a cada parcela paga.

Seção II

DISPENSA DE RECOLHIMENTO

Art. 247. O alistando ou o eleitor que comprovar, na forma da lei, seu estado de pobreza, perante qualquer juízo eleitoral, ficará isento do pagamento da multa (CE, art. 367, § 3º, Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 82, § 3º).

Parágrafo único. A comprovação do estado de pobreza poderá ser feita mediante a Declaração de Insuficiência Econômica expedida pelo Sistema Elo.

Art. 248. A certidão de quitação eleitoral poderá ser fornecida de imediato pelo cartório eleitoral, antes do deferimento do pedido de dispensa pelo Juiz Eleitoral da zona na qual comparecer o eleitor (Fax-Circular nº 32/03-CGE).

Parágrafo único. Deferida a dispensa pelo Juiz Eleitoral da zona que recebeu o pedido, o cartório comandará o código ASE 078 motivo/forma 2 - Dispensa de Recolhimento para o eleitor.

Art. 249. Sempre que o requerente declarar insuficiência econômica, poderá ser realizada operação RAE antes da apreciação pelo Juiz Eleitoral do requerimento de dispensa do pagamento de multa, o qual será apreciado em conjunto com o RAE correspondente.

Art. 250. Estarão dispensados de recolhimento de multa os débitos abaixo relacionados, em decorrência de anistia instituída pelas seguintes leis:

I - Lei nº 7.663, de 27/05/1988 - anistia débitos dos eleitores que não votaram nas eleições de 15 de novembro de 1986;

II - Lei nº 8.744, de 09/12/1993 - anistia débitos dos eleitores que deixaram de votar no pleito de 21/04/1993;

III - Lei nº 9.274, de 07/05/1996 - anistia débitos dos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1992 e 1994, bem como dos membros das mesas receptoras de votos que deixaram de atender à convocação da Justiça Eleitoral;

IV - Lei nº 9.996, de 14/08/2000 - anistia débitos dos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de outubro e 15 de novembro de 1996 e de 4 e 25 de outubro de 1998, dos membros de mesas receptoras de votos que não atenderam à convocação da Justiça Eleitoral e débitos resultantes das multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, a qualquer título, em decorrência de infrações praticadas nos anos eleitorais de 1996 e 1998.

Art. 251. O Juiz Eleitoral poderá determinar a dispensa do recolhimento dos débitos relativos ao não-exercício do voto ou a alistamento tardio, uma vez verificado motivo de força maior.

CAPÍTULO IV

MULTAS ELEITORAIS NÃO SATISFEITAS NO PRAZO LEGAL

Art. 252. As multas não satisfeitas no prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da decisão serão consideradas dívida líquida e certa, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, devendo os juízos eleitorais enviar o Termo de Inscrição de Multa Eleitoral e cópias de peças dos respectivos autos à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral em 5 (cinco) dias após o decurso daquele prazo (CE, art. 367, III, Resolução-TSE nº 21.975/04, art. 3º, e Portaria-TSE nº 288/05, alterada pela Resolução-TSE nº 23.114/09).

§ 1º Constatado o não-recolhimento da multa no prazo previsto no caput, o cartório registrará o fato no Livro de Inscrição de Dívida, certificando a respeito nos autos.

§ 2º Serão expedidas duas vias do Termo de Inscrição de Multa Eleitoral, consoante regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (Portaria-TSE nº 288/05), sendo uma juntada aos autos e outra encaminhada à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, acompanhada de cópia da sentença, do(s) acórdão(s) do TRE e do TSE, da certidão de trânsito em julgado e do decurso do prazo para pagamento, e, se o devedor for coligação, de cópia do seu registro, para o fim de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrança mediante executivo fiscal pela Procuradoria da Fazenda Nacional (Lei nº 6.830/80).

§ 3º Os termos de inscrição de multas eleitorais, ressalvadas aquelas decorrentes de condenações criminais, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), não serão encaminhados, para fins de inscrição em dívida ativa, à Fazenda Pública, mantidos os registros no Livro de Inscrição de Dívida do cartório eleitoral e no cadastro eleitoral (código ASE 264), bem como cópia do referido termo nos respectivos autos (Ofício-Circular nº 04/07-CRE e Portaria nº 75/12-MF).

Art. 253. Compete ao Juiz Eleitoral a apreciação do pedido de parcelamento de multa eleitoral, observadas as regras previstas na legislação tributária federal, enquanto não extraído termo de inscrição de multa e remetido ao Tribunal Regional Eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 11). Ultrapassado esse momento, o parcelamento será efetivado perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.

§ 1º Deferido o parcelamento, o registro da quitação eleitoral no cadastro eleitoral (código ASE 078) será realizado no momento do integral pagamento do débito (Ofício-Circular nº 34/08-CGE).

§ 2º Para fins de emissão de certidão de quitação eleitoral, será considerado quite aquele que comprovar o regular pagamento do parcelamento da dívida (art. 11, § 8º, inc. I, da Lei nº 9.504/97).

Art. 254. O devedor com débito inscrito em dívida ativa da União ou por esta demandado em execução fiscal deverá quitar a dívida perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Apresentado pelo devedor o comprovante de pagamento do débito, será juntado aos autos, os quais serão levados à conclusão do Juiz Eleitoral, para o fim de determinar que seja:

I - oficiado à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral para os fins previstos no art. 5º, parágrafo único, inciso II, da Portaria-TSE nº 288/05;

II - registrada a baixa no Livro de Inscrição de Dívida e no cadastro eleitoral do(s) devedor(es), mediante lançamento do código ASE 078, motivo/forma 1.

Art. 255. Aplicada multa eleitoral e não satisfeita no prazo legal, os autos serão arquivados, aguardando o pagamento do débito perante a Fazenda Nacional ou o trânsito em julgado da respectiva execução fiscal.

TÍTULO VI

DIREITOS POLÍTICOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 256. As causas de perda ou suspensão de direitos políticos, de inelegibilidade ou de suspensão da inscrição que acarrete o impedimento ao exercício do voto ou de cargo público serão anotadas no cadastro eleitoral ou, quando for o caso, na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos se inexistente inscrição eleitoral.

Art. 257. A restrição aos direitos políticos, consistente na perda (código ASE 329), suspensão de direitos políticos (código ASE 337), inelegibilidade (código ASE 540), inabilitação para o exercício de função pública (código ASE 515) e conscrição (código ASE 043) impede a obtenção de certidão de quitação eleitoral e a realização de operação RAE, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 144, deste Provimento.

CAPÍTULO II

PERDA, SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E INELEGIBILIDADE

Seção I

PERDA DE DIREITOS POLÍTICOS

Art. 258. A perda dos direitos políticos só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado (CF, art. 15, I); e II

- perda voluntária da nacionalidade brasileira (CF, art. 12, § 4º, II).

Art. 259. A perda de direitos políticos é comunicada pelo Ministério da Justiça à Corregedoria-Geral Eleitoral, que registrará a ocorrência no cadastro eleitoral (Código ASE 329) ou na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, se inexistente inscrição eleitoral.

Art. 260. O eleitor com anotação de perda de direitos políticos deverá ser orientado a solicitar a re aquisição dos direitos políticos perante o Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

§ 1º A competência para anotar a re aquisição dos direitos políticos no cadastro eleitoral e na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos (código ASE 353) é da Corregedoria-Geral Eleitoral.

§ 2º Recebido pedido de anotação de re aquisição dos direitos políticos declarada em portaria do Ministério da Justiça, o cartório eleitoral encaminhá-lo-á, devidamente instruído, à Corregedoria-Geral Eleitoral, por intermédio da Corregedoria Regional Eleitoral.

§ 3º Nos municípios cuja sede abranger a jurisdição de mais de uma zona eleitoral, o eleitor, se não possuir inscrição eleitoral, ou possuindo, se pertencer à zona de outro município, será atendido pela zona eleitoral com jurisdição sobre o seu endereço atual.

Seção II

SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

Art. 261. A suspensão dos direitos políticos ou da inscrição (inc. V e VI) será registrada nos casos de: I - interdição por incapacidade civil absoluta (CF, art. 15, II);

II - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (CF, art. 15, III);

III - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa (CF, arts. 5º, VIII e 15, IV); IV

- improbidade administrativa (CF, arts. 15, V e 37, § 4º, e Lei nº 8.429/92);

V - outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, de acordo com o Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses (CF, art. 12, § 1º, Resolução-TSE nº 21.538/03, art. 51 § 4º, e Decreto nº 70.391 de 12/04/1972, Decreto nº 70.436 de 18/04/1972 e Decreto nº 3.927 de 19/09/2001); e

VI - conscrição (CF, art. 14, § 2º).

Art. 262. As comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos deverão ser encaminhadas por meio do Sistema Infodip, de uso obrigatório pelas zonas eleitorais, às quais caberá a orientação para sua utilização pelos órgãos comunicantes no Estado do Paraná. Art. 263. O cadastramento dos órgãos responsáveis pelo encaminhamento das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos será de competência da zona eleitoral em que estiver localizada a sede do órgão comunicante.

Parágrafo único. Nos municípios cuja circunscrição abranja mais de uma zona eleitoral, o cadastramento será realizado pelo ofício-distribuidor, conforme as instruções constantes no sistema.

Art. 264. Recebida a comunicação e identificado eleitor no cadastro com dados correspondentes aos informados, o cartório eleitoral encaminhá-la-á, via sistema, à zona eleitoral da inscrição ou, se eleitor da própria zona eleitoral, procederá ao registro do ASE e motivo/forma respectivo, de acordo com o indicado no Manual ASE.

Parágrafo único. O cartório eleitoral deverá verificar diariamente a existência de comunicações de suspensão/restabelecimento de direitos políticos encaminhadas via sistema e realizar o tratamento das informações recebidas, independentemente da suspensão das atividades do cadastro, caso em que, após a sua reabertura, deverá promover o efetivo registro do respectivo código ASE no cadastro eleitoral.

Art. 265. A condenação por crime eleitoral, transitada em julgado, decretada em processo da própria zona eleitoral, deverá ser inserida no Sistema Infodip e, na sequência, registrado o código ASE 337.8 (Suspensão de direitos políticos - Condenação criminal eleitoral) no Sistema Elo.

Art. 266. A comunicação de suspensão e o pedido de restabelecimento de direitos políticos de pessoa sem inscrição eleitoral ou pertencente à outra unidade da federação deverá ser encaminhada pelo cartório eleitoral, por meio do Sistema Infodip, à Corregedoria Regional Eleitoral.

Art. 267. A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal transitada em julgado será registrada para as hipóteses em que haja a aplicação de pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou pecuniária.

Parágrafo único. A concessão do benefício da suspensão condicional da pena ("sursis") ou da liberdade condicional não afasta a suspensão dos direitos políticos.

Art. 268. Os casos de transação e suspensão condicional do processo, nos termos dos arts. 76 e 89 da Lei nº 9.099/95, e de suspensão do processo, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal, não implicam suspensão dos direitos políticos.

Art. 269. Se o eleitor estiver condenado ao cumprimento de diversas penas no mesmo processo criminal, o registro da suspensão será regularizado após o cumprimento de todas, sejam elas privativas de liberdade, restritivas de direitos ou multa, aplicadas isolada ou cumulativamente.

Art. 270. O requerimento de restabelecimento de direitos políticos será recebido e protocolado pela zona eleitoral e, deferido o pedido, os dados serão inseridos no Sistema Infodip.

Parágrafo único. Tratando-se de inscrição pertencente a zona eleitoral diversa ou de registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, o expediente será encaminhado à zona eleitoral da inscrição ou à Corregedoria Regional Eleitoral que tomará as providências da parte final do caput.

Art. 271. As comunicações relativas a restabelecimento de direitos políticos cuja suspensão não tenha sido objeto de oportuno registro no histórico da inscrição, deverão ter o código ASE 540 (Inelegibilidade) anotado, caso se verifique estar no prazo referido, independentemente do lançamento dos códigos ASE 337 e 370 (Cessação do impedimento - suspensão) (Fax-Circular nº 20/03-CGE).

Art. 272. Por ocasião da regularização de inscrição suspensa, decorrente de condenação pela prática dos crimes relacionados no art. 1º, inc. I, e, da Lei Complementar nº 64/90, o cartório eleitoral registrará a inelegibilidade no cadastro do eleitor.

Seção III

INELEGIBILIDADE

Art. 273. Tomando conhecimento de fato ensejador de inelegibilidade, a zona eleitoral incluirá os dados no cadastro eleitoral (código ASE 540) ou comunicá-los-á à zona competente para tanto ou à Corregedoria Regional Eleitoral, se a inscrição pertencer a outra unidade da federação. Art.

274. O registro da inelegibilidade no cadastro eleitoral será determinado por despacho do Juiz Eleitoral no expediente ou processo, salvo nas hipóteses previstas no art. 1º, inciso I, alínea "e" e "f", da Lei Complementar nº 64/90, quando deverão tramitar pelo Infodip.

Art. 275. Determinada a anotação da inelegibilidade pelo Juiz Eleitoral, o cartório eleitoral deverá proceder ao registro do código ASE 540 no cadastro eleitoral, de acordo com o disposto no manual ASE.

Art. 276. Processado o código ASE no cadastro eleitoral, o cartório eleitoral certificará a respeito e arquivará a comunicação em pasta própria.

Art. 277. O restabelecimento da elegibilidade (código ASE 558) será deferido quando cessados todos os motivos que ensejaram a inelegibilidade, o que deverá ser comprovado pelo interessado, mediante requerimento, ou realizado de ofício, quando comunicado pelo órgão competente.

Parágrafo único. O requerimento formulado pelo eleitor e a comunicação pelo órgão competente serão protocolados na zona eleitoral e poderão ser levados a despacho do Juiz Eleitoral no próprio expediente.

Art. 278. Deferida a regularização de registro de inelegibilidade (código ASE 558), a zona eleitoral registrá-la-á no cadastro eleitoral, segundo orientação do manual ASE, certificará a respeito e arquivará o expediente, se for o caso, em pasta própria.

Parágrafo único. Nos casos de requerimento de restabelecimento de elegibilidade, ao realizar a anotação do código ASE 558 no cadastro do eleitor, o cartório eleitoral indicará no campo "complemento" o número do protocolo da zona eleitoral, no formato mínimo "Prot TRE/PR nº/ano".

TÍTULO VII

MESÁRIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 279. A composição, convocação, nomeação e o funcionamento da mesa receptora de votos observarão as regras estabelecidas no Código Eleitoral, nas instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e demais normativos pertinentes.

Art. 280. A escolha dos membros das mesas receptoras de votos será realizada por meio de sistema informatizado, com base nos parâmetros fornecidos pelo cartório eleitoral.

Parágrafo único. O perfil do mesário deve ser definido em função da disponibilidade de eleitores de um mesmo local de votação, atendendo-se à média do respectivo eleitorado, considerando-se escolaridade, idade, estado civil e profissão.

Art. 281. O Juiz Eleitoral só poderá nomear eleitor da sua jurisdição, salvo nas hipóteses de absoluta necessidade e mediante prévia autorização da autoridade judiciária competente, ainda que se trate de mesário voluntário (Resolução-TSE nº 22.098/05 e Ofício-Circular nº 12/05-CRE-PR).

Art. 282. Deverá ser registrado o código ASE 183 - Convocação para os trabalhos eleitorais para o eleitor nomeado para auxiliar nos trabalhos eleitorais, em conformidade com o contido nas instruções pertinentes.

Parágrafo único. Se o eleitor nomeado for dispensado dos trabalhos eleitorais, será registrado em seguida o código ASE 175 - Regularização de ausência aos trabalhos eleitorais, motivo/forma 2.

CAPÍTULO II MESÁRIO FALTOSO

Art. 283. O membro da mesa receptora de votos ou de justificativa que não comparecer ao local em dia e hora determinadas para a realização das eleições incorrerá em multa, se não apresentada justa causa ao Juiz Eleitoral em até 30 (trinta) dias da data da eleição, observado o contido nos arts. 124 e §§ e 367 § 2º, do Código Eleitoral.

Parágrafo único. A multa será aplicada em dobro ao membro da mesa receptora de votos ou de justificativa que abandonar os trabalhos no decurso da votação, se não apresentada justa causa ao Juiz Eleitoral em até 3 (três) dias da data da eleição, observado o contido nos dispositivos citados no caput.

Art. 284. O cartório eleitoral registrará e autuará, individualmente, na classe "Composição de Mesa Receptora - CMR", informação sobre o não-comparecimento dos eleitores convocados para os trabalhos eleitorais ou o abandono da função durante a eleição, anexará os documentos de cartório que atestem a nomeação, a ausência ou o abandono, e certificará sobre o registro do código ASE 442 - Ausência aos trabalhos eleitorais, conforme as instruções pertinentes, fazendo-os conclusos ao Juiz Eleitoral.

Art. 285. O requerimento de justificativa será juntado aos autos e submetido à apreciação do Juiz Eleitoral, que, deferindo-o, determinará a regularização da situação do eleitor mediante o registro do código ASE 175 - Regularização de ausência aos trabalhos eleitorais, motivo/forma 1.

Art. 286. Não acolhida a justificativa apresentada ou decorrido o prazo sem a sua apresentação, será aberta vista dos autos ao Ministério Público e, após, arbitrada multa pelo Juiz Eleitoral, conforme consta do título Multas Eleitorais, de cuja decisão será intimado pessoalmente o mesário.

Art. 287. Recolhida a multa arbitrada e juntada cópia do comprovante de pagamento aos autos, será registrado no histórico do eleitor o código ASE 078 - Quitação de multa, motivo 1 - Recolhimento, de tudo certificado nos autos.

Art. 288. O mesário faltoso que necessitar de certidão de quitação eleitoral poderá recolher a multa devida na zona eleitoral por ele procurada, desde que consultada a zona da inscrição sobre o valor arbitrado, sendo a esta encaminhada a comprovação do pagamento para juntada aos autos de mesário faltoso.

TÍTULO VIII PARTIDOS POLÍTICOS CAPÍTULO I FILIAÇÃO PARTIDÁRIA Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 289. O encaminhamento de dados de filiação partidária pelos partidos políticos à Justiça Eleitoral obedecerá ao disposto na Lei nº 9.096/95 e Resolução nº 23.117/09, bem como às normas que venham a ser baixadas pela Corregedoria-Geral e Regional Eleitoral.

Art. 290. Detectada duplicidade de filiação partidária, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá notificações ao eleitor filiado, por via postal, ao endereço constante do cadastro nacional e aos diretórios dos partidos políticos envolvidos, pela rede mundial de computadores, no espaço destinado à manutenção de relações de filiados pelos partidos (Resolução-TSE nº 23.117/09, art. 11).

Art. 291. A competência para processo e julgamento da duplicidade identificada será do juízo eleitoral em cuja circunscrição tenha ocorrido a filiação mais recente, considerando-se a data de ingresso no partido indicada na respectiva relação.

Art. 292. Os interessados terão o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar resposta, contado da divulgação das duplicidades de filiação pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. As notificações aos filiados e aos partidos envolvidos serão expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (art. 12, caput, da Resolução-TSE nº 23.117/09).

Art. 293. O cartório eleitoral registrará e autuará como "Filiação Partidária" a duplicidade de filiação detectada, discriminando, no campo 'assunto', a ocorrência de duplicidade de filiação e os partidos envolvidos.

§ 1º A autuação deverá ser realizada individualmente, salvo quando decorrido o prazo previsto no artigo anterior sem qualquer manifestação, hipótese em que se autoriza a autuação coletiva.

§ 2º Serão juntados aos autos os documentos eventualmente existentes em cartório pertinentes à situação a ser apreciada, bem como prestadas as informações que se entenderem necessárias ao esclarecimento do fato.

§ 3º Decorrido o prazo previsto do artigo anterior, os autos serão conclusos ao Juiz Eleitoral para, nos 10 (dez) dias subsequentes, declarar a nulidade de ambas as filiações, caso não haja comprovação da inexistência da filiação ou de regular desfiliação, e determinar a anotação da decisão no sistema de filiação partidária.

Art. 294. A decisão judicial será registrada no sistema até o 10º (décimo) dia posterior ao término do prazo estabelecido no artigo anterior, após o qual, se não houver registro de decisão, a situação das filiações será automaticamente atualizada, passando ambas a figurar como canceladas, nos termos do contido no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 9.096/95.

Art. 295. Os recursos eventualmente interpostos serão processados na zona eleitoral, consoante o disciplinado no art. 267 e §§ do Código Eleitoral.

Art. 296. O filiado prejudicado por desídia ou má-fé dos dirigentes partidários poderá requerer diretamente ao Juiz Eleitoral que se intime o partido que deixou de incluir seu nome na última relação, para que a reenvie, acrescentando-o como filiado, para processamento como lista especial (Lei nº 9.096/95, art. 19, § 2º; Resolução-TSE nº 23.117/09, art. 4º, § 2º).

§ 1º Após o registro e autuação do requerimento como "Filiação Partidária", o chefe de cartório fará conclusão imediata ao Juiz Eleitoral.

§ 2º O Juiz Eleitoral poderá determinar ao partido político, em prazo não superior a 10 (dez) dias, sob pena de desobediência, que inclua o nome do eleitor como filiado na relação a ser submetida a processamento por lista especial, de acordo com o cronograma a ser fixado pela Corregedoria-Geral Eleitoral.

§ 3º A lista especial de filiados será processada por autorização da Corregedoria Regional Eleitoral, mediante o Formulário de Acompanhamento de Listas Especiais, devidamente preenchido pela zona eleitoral e assinado pelo Juiz Eleitoral (Provimento-CGE nº 04/2005, art. 1º e 2º).

Art. 297. Recebida e protocolada a comunicação de desfiliação, o cartório eleitoral providenciará seu registro no Sistema de Filiação Partidária, nela anotar o procedimento realizado e a sua data, arquivando-a, após, em classificador próprio (Resolução-TSE nº 23.117/09, art. 13, § 1º).

§ 1º. A comunicação referida no caput deverá ser instruída com documento comprobatório da comunicação de desfiliação feita ao órgão de direção municipal ou zonal do partido (Resolução-TSE nº 23.117/09, art. 13, caput).

§ 2º Na hipótese de inexistência de órgão partidário municipal ou zonal ou de comprovada impossibilidade de localização de quem o represente, o filiado poderá fazer a comunicação apenas ao Juiz da zona eleitoral em que for inscrito (Resolução-TSE nº 23.117/09, art. 13, § 5º).

§ 3º Para fins do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a verificação da legitimidade do representante partidário e da vigência do respectivo diretório partidário deverá ser realizada a partir dos dados contidos no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), aprovado pela Resolução-TSE nº 23.093/09.

§ 4º. Para registro do cancelamento da filiação no Sistema de Filiação Partidária, será considerada a data do protocolo da comunicação de desfiliação (Ofício-Circular nº 31/07-CRE/PR).

Seção II

CADASTRAMENTO DE USUÁRIO NO FILIAWEB

Art. 298. O representante partidário do diretório municipal ou zonal deverá se cadastrar perante a Justiça Eleitoral para utilização do Sistema de Filiação Partidária (Filiaweb), mediante a obtenção de senha, em conformidade com o disposto na Resolução-TSE nº 23.117/09 e no Provimento-CGE nº 2/2010.

Parágrafo único. O cadastramento será realizado em nome do presidente do órgão partidário.

Art. 299. A verificação da legitimidade do representante partidário e da vigência da composição do respectivo diretório será realizada a partir dos dados contidos no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), aprovado pela Resolução-TSE nº 23.093/09.

§ 1º A validade da senha para utilização do sistema Filiaweb estará vinculada ao início e fim de vigência da constituição do órgão de direção partidária registrada no SGIP.

§ 2º Expirado o prazo de validade do órgão de direção partidária cadastrado, ou havendo alteração na presidência, será cancelada a habilitação de todos os usuários vinculados, sendo necessário requerimento para obtenção de nova senha.

Art. 300. Protocolado o requerimento e verificado o cumprimento das formalidades, será realizada a inclusão do usuário, independentemente de despacho e, após o processamento, arquivado em pasta própria.

Parágrafo único. A senha para acesso ao sistema Filiaweb será retirada pessoalmente pelo presidente do órgão partidário, por pessoa formalmente autorizada, ou encaminhada por e-mail se for assim expressamente requerido.

CAPÍTULO II

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 301. A prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas especial estão disciplinadas na Lei nº 9.096/95 e nas resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 302. O Juiz Eleitoral exercerá a fiscalização sobre a escrituração contábil, a prestação de contas dos órgãos municipais dos partidos políticos e sobre as despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem a real movimentação financeira e patrimonial dos partidos políticos, os dispêndios e os recursos aplicados nas campanhas eleitorais.

Art. 303. A Secretaria de Controle Interno e Auditoria é a unidade do Tribunal Regional Eleitoral responsável pela expedição de orientações sobre contas eleitorais e partidárias e pelo fornecimento de suporte técnico por ocasião do exame e auditoria das contas, aos servidores do cartório eleitoral e dos técnicos designados pelo Juiz Eleitoral.

Seção II

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Art. 304. As prestações de contas anuais serão enviadas ao juízo eleitoral mais antigo com jurisdição sobre a sede do município, ficando as demais zonas eleitorais responsáveis pela prestação de contas dos seus municípios jurisdicionados (Resoluções-TRE nº 448/03 e 530/08).

Art. 305. Recebida a prestação de contas anual, será registrada como Prestação de Contas e autuada e processada na forma da lei e resoluções pertinentes.

Art. 306. O Juiz Eleitoral decidirá sobre a regularidade das contas, aprovando-as, aprovando-as com ressalvas ou desaprovando-as, e procederá ao cadastramento das informações em sistema próprio bem como à intimação do órgão partidário, por seu representante legal.

Art. 307. Até 10 (dez) dias úteis contados do termo final para a prestação de contas anual (30 de abril), a chefia de cartório procederá ao levantamento dos órgãos partidários municipais que deixaram de prestá-las tempestivamente, fazendo informação ao Juiz Eleitoral, que determinará o registro da informação em sistema próprio, para suspender, enquanto permanecer a inadimplência, o repasse das cotas do Fundo Partidário a que teriam direito, bem como a comunicação dos órgãos partidários municipais, regionais e nacionais (Resolução-TSE nº 21.841/04, arts. 18, parágrafo único e 29, e Resolução-TSE nº 23.384/12, arts. 3º, § 1º e 9º, inc I).

Parágrafo único. A informação será devidamente protocolada e, adotadas as providências previstas no caput, será arquivada.

Seção III

BALANCETES MENSASIS

Art. 308. Os balancetes mensais, encaminhados ao Juiz Eleitoral em anos eleitorais, serão publicados em edital pelo prazo de 15 (quinze) dias e oportunamente juntados ao processo de prestação de contas anual, para servir de base ao julgamento daquelas.

Parágrafo único. A publicação e a sua data serão certificadas no verso do balancete, o qual será arquivado em pasta destinada a esse fim, até a apresentação da prestação das contas anuais do partido.

Seção IV

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA

Art. 309. Os comitês financeiros dos partidos políticos e os candidatos prestarão contas da campanha eleitoral até o 30º (trigésimo) dia posterior à eleição, ao término do 1º ou 2º turnos, nos termos do disposto na Lei nº 9.504/97 e instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 310. A omissão na prestação de contas de campanha pelo candidato impedirá a obtenção de certidão de quitação eleitoral durante o período do mandato para o qual concorreu e será registrada no cadastro eleitoral mediante comando automático, com base nas informações

do SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, ou, excepcionalmente, por comando da zona eleitoral, para inscrições em qualquer situação, na forma disciplinada nas instruções pertinentes.

Art. 311. A apresentação da prestação de contas será registrada por qualquer das zonas do município da inscrição eleitoral, mediante o código ASE 272 - Regularização de prestação de contas e o motivo/forma correspondente para o eleitor.

TÍTULO IX

PROCESSOS

CAPÍTULO I

PROCESSOS EM GERAL

Art. 312. O Juiz Eleitoral e o chefe de cartório zelarão para garantir a devida celeridade na tramitação dos processos eleitorais, de forma a assegurar a razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII).

§ 1º Nenhum processo ficará paralisado por mais de 30 (trinta) dias, no aguardo de decisão judicial ou de diligências (informações, respostas a ofícios ou requisições e providências das partes), a não ser quando determinado em lei ou pelo Juiz Eleitoral, sob pena de apuração de falta funcional.

§ 2º Expirado o prazo do parágrafo anterior sem movimentação processual, será informado ao Juiz Eleitoral a respeito da paralisação para as providências cabíveis.

§ 3º O Juiz Eleitoral deverá solicitar a pronta devolução do procedimento com vista ao Ministério Público Eleitoral, quando defluído prazo superior a 30 (trinta) dias, por intermédio da Procuradoria Regional Eleitoral.

Art. 313. Petição, parecer ministerial ou qualquer pedido que se refira a processo em andamento, serão protocolados em cartório, juntados aos respectivos autos e submetidos à apreciação do Juiz Eleitoral no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou, tratando-se de medida urgente, prontamente.

Art. 314. Incumbirá à chefia de cartório a execução dos atos processuais no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da data de ciência da ordem judicial, verificada quando do recebimento dos autos em cartório, salvo se não fixado outro prazo em lei, resolução ou por determinação do Juiz Eleitoral.

Art. 315. Todos os atos e termos serão certificados nos autos.

§ 1º É vedado lançar termos no verso de petições ou documentos, devendo ser usada, quando necessária, outra folha, e serem inutilizados os espaços em branco.

§ 2º Os termos processuais serão obrigatoriamente datados e, tratando-se de certidão, conclusão, remessa, vista e arquivamento, assinados pela chefia de cartório ou por servidor designado.

Art. 316. O Juiz Eleitoral poderá delegar à chefia de cartório a prática de atos administrativos e de mero expediente sem conteúdo decisório, que serão executados sob ordem do Juiz Eleitoral, indicada a decisão e o número dos autos ou da portaria que os autoriza (CF, art. 93, XIV, CPC, art. 225, VII).

Parágrafo único. Deverão ser exclusivamente assinados pelo Juiz Eleitoral:

- as cartas precatórias e rogatórias;
- os ofícios dirigidos a membros do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, Ministros e Secretários de Estado, ou autoridade que receba igual tratamento protocolar nas unidades da Federação;
- os mandados e contramandados de prisão, alvarás de soltura, salvo-condutos, autorizações de levantamento de valores e ofícios de liberação de bens; e

d) mandados de busca e apreensão, ofícios de quebra de sigilo financeiro e alvarás de autorização para interceptação telefônica ou telemática. Art. 317. O cartório eleitoral manterá sistema de controle dos processos em trâmite na zona eleitoral, nos termos dos normativos vigentes, do qual constará o número do protocolo, o número dos autos e a tramitação até final arquivamento.

Art. 318. Os procedimentos para registro, manuseio, guarda, processamento, transporte, divulgação de dados no sistema informatizado de acompanhamento processual, acesso, reprodução, publicação, julgamento, arquivamento e desarquivamento dos documentos e processos sigilosos seguirão o contido na Resolução-TSE nº 23.326/10.

§ 1º Consideram-se sigilosos os documentos ou processos:

I - que, por lei, tramitem em segredo de justiça; e

II - que, em razão de decisão fundamentada da autoridade judicial competente, devam tramitar em segredo de justiça.

§ 2º Tratando-se de documento que deva ser de conhecimento restrito, somente ao conteúdo deste será atribuído o sigilo, mantendo-se pública a tramitação do processo a que está juntado.

Art. 319. Não haverá condenação ao pagamento de custas processuais na Justiça Eleitoral (CE, art. 373 e Lei nº 9.265/96, art. 1º).

Seção I

REGISTRO E AUTUAÇÃO

Art. 320. Todo processo será registrado no sistema próprio, observada a numeração única, renovável anualmente, certificando-se nos autos o número do feito e a data do registro e da autuação.

Art. 321. A classificação dos processos e a formação das siglas processuais no âmbito da Justiça Eleitoral regem-se pelo disposto na Resolução-TSE nº 22.676/07 e nos Provimentos-CGE nºs 07/08 e 03/10, de acordo com a seguinte tabela:

Registro de Procedimento/Classes	Sigla	Código	Cor da capa
Ação Cautelar	AC	1	Amarela
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	AIME	2	Verde
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	AIJE	3	Verde
Ação Penal	AP	4	Cinza
Ação Rescisória	AR	5	Branca
Agravo de Instrumento	AI	6	Rosa
Apuração de Eleição	AE	7	Verde
Cancelamento de Inscrição Eleitoral	CIE	101	Bege
Cancelamento de Registro de Partido Político	CRPP	8	Laranja
Cartas	Cart	102	Branca
Composição de Mesa Receptora	CMR	103	Verde
Conflito de Competência	CC	9	Bege

Consulta	Cta	10	Branca
Correição	Cor	11	Bege
Correição em Primeiro Grau	CPG	117	Bege
Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento	CZER	12	Branca
Descarte de Material	DM	104	Branca
Direitos Políticos	DP	105	Bege
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências)	DPI	106	Bege
Embargos à Execução	EE	13	Cinza
Exceção	Exc	14	Bege
Execução Fiscal	EF	15	Cinza
Execução Penal	EP	107	Cinza
Filiação Partidária	FP	108	Azul
Habeas Corpus	HC	16	Amarela
Habeas Data	HD	17	Amarela
Impugnação à Composição da Junta Eleitoral	ICJE	109	Verde
Impugnação perante as Juntas Eleitorais	IpJE	110	Verde
Inquérito	Ing	18	Cinza
Inspeção	Insp	111	Branca
Instrução	Inst	19	Branca
Lista Tríplice	LT	20	Branca
Mandado de Injunção	MI	21	Amarela
Mandado de Segurança	MS	22	Amarela
Notícia-crime	NC	112	Cinza
Pedido de Desaforamento	PD	23	Bege
Petição	Pet	24	Branca
Prestação de Contas	PC	25	Azul
Processo Administrativo	PA	26	Branca
Propaganda Partidária	PP	27	Laranja
Reclamação	Rcl	28	Laranja
Recurso contra Expedição de Diploma	RCED	29	Verde
Recurso Criminal	RC	31	Cinza
Recurso Eleitoral	RE	30	Rosa
Recurso em Habeas Corpus	RHC	33	Amarela
Recurso em Habeas Data	RHD	34	Amarela
Recurso em Mandado de Injunção	RMI	35	Amarela
Recurso em Mandado de Segurança	RMS	36	Amarela
Recurso Especial Eleitoral	REspe	32	Rosa
Recurso Ordinário	RO	37	Rosa
Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral	RIAE	113	Bege
Registro de Candidatura	RCand	38	Verde
Registro de Comitê Financeiro	RCF	39	Azul
Registro de Debates	RD	114	Azul
Registro de Órgão de Partido Político em Formação	ROPPF	40	Laranja
Registro de Partido Político	RPP	41	Laranja
Regularização de Situação do Eleitor	RSE	115	Bege
Representação	Rp	42	Laranja
Revisão Criminal	RvC	43	Cinza
Revisão de Eleitorado	RvE	44	Bege
Sindicância	Sind	116	Branca
Suspensão de Segurança/Liminar	SS	45	Amarela

§ 1º As classes nos 6, 8, 20, 32, 37 e 41 são de competência privativa do Tribunal Superior Eleitoral; as classes nos 11, 30, 31 e 40 são de competência privativa dos Tribunais Regionais Eleitorais; as classes nos 5, 9, 10, 12, 19, 23, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 43, 44 e 45 são de competência comum dos tribunais eleitorais e as demais classes da Resolução-TSE nº 22.676/07 são comuns a todas as instâncias.

§ 2º As classes previstas nos Provimentos-CGE nºs 07/08 e 03/10 serão utilizadas privativamente pelas zonas eleitorais.

§ 3º Não se altera a classificação do processo:

I - pela interposição de Embargos de Declaração (ED); II -

pelos pedidos incidentes ou acessórios;

III - pela impugnação ao registro de candidatura;

IV - pela instauração de tomada de contas especial; V -

pela restauração de autos.

§ 4º A classificação do processo terá como parâmetro aquela eventualmente indicada pela parte na petição inicial, desde que constante da tabela indicada no caput.

§ 5º Os expedientes que não tenham classificação específica, nem sejam acessórios ou incidentes, serão registrados e autuados como Petição - PET, salvo quando tratarem de matéria administrativa, quando serão registrados e autuados como Processo Administrativo - PA.

§ 6º O Juiz Eleitoral resolverá as dúvidas que surgirem na classificação dos feitos.

Art. 322. A capa de autuação será extraída automaticamente do sistema próprio, seguido o padrão da Resolução-TSE nº 23.184/09.

Parágrafo único. Quando a parte for coligação, constará na capa dos autos o nome dos partidos que a compõem.

Art. 323. O cartório eleitoral identificará, na capa dos autos, o processo que deverá ter tramitação prioritária na forma da lei, a exemplo daquele em que esteja o réu preso ou daquele que deva tramitar em sigilo (segredo de justiça).

Art. 324. Deverá ser dada prioridade na tramitação dos processos, procedimentos, execução dos atos e diligências em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave (Lei nº 12.008/09).

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo ao Juiz Eleitoral competente para decidir o feito, que determinará ao cartório eleitoral as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação na capa que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Seção II

FORMAÇÃO DOS AUTOS

Art. 325. Na escrituração dos autos deverão ser evitados erros, omissões, emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, e inutilizados os espaços em branco, efetuando-se, quando necessário, as devidas ressalvas antes do encerramento do ato e da aposição das assinaturas.

§ 1º É vedado o uso de borracha ou outro meio mecânico, assim como a utilização de corretivo ou outro meio químico, para sua alteração ou correção.

§ 2º As anotações de "sem efeito" devem estar acompanhadas da assinatura de quem as fez.

Art. 326. Não será permitido o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares, ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, à tinta ou a lápis, devendo o chefe de cartório, ao constatar tal irregularidade, comunicá-la prontamente ao Juiz Eleitoral.

Art. 327. As folhas dos autos serão numeradas e rubricadas e não excederão 200 (duzentas) folhas em cada volume, salvo determinação expressa em contrário ou para manter o documento na sua integralidade.

§ 1º As folhas serão numeradas e rubricadas em ordem crescente, no canto superior direito, exceto a capa do primeiro volume dos autos que, embora não seja numerada nem rubricada, deverá ser contada.

§ 2º O encerramento e a abertura dos volumes serão certificados em folhas suplementares e sem numeração.

§ 3º Os novos volumes serão numerados na capa, de forma destacada, e a sua formação será anotada na capa dos autos do primeiro volume.

Seção III

APENSAMENTO

Art. 328. Determinado o apensamento pelo Juiz Eleitoral, o cartório executará o ato processual juntando capa com capa o processo acessório ao principal, respeitadas as autuações originais dos autos, e certificará em ambos os processos, registrando o apensamento no sistema próprio.

§ 1º Apensados os autos, a tramitação processual far-se-á somente nos principais.

§ 2º As exceções de suspeição ou impedimento, assim como os agravos, após julgamento pelo Tribunal Regional Eleitoral, serão apensadas aos autos do processo principal.

Seção IV

CERTIDÃO PROCESSUAL

Art. 329. Será objeto de certidão nos autos:

I - ocorrência de feriado local ou qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual; II -

decurso de prazo para cumprimento do ato;

III - incidentes relativos a cumprimento de despacho;

IV - sobrestamento do trâmite;

V - desentranhamento de documentos;

VI - existência de apenso ou de incidentes opostos pelas partes;

VII - existência de provas ou de materiais apreendidos e armazenados no cartório;

VIII - equívoco na numeração das folhas dos autos;

IX - outros atos ou fatos de relevância para o curso do processo.

Seção V

CONCLUSÃO E VISTA

Art. 330. O termo de conclusão tem por finalidade o encaminhamento dos autos ao Juiz Eleitoral.

Art. 331. O termo de vista presta-se à retirada dos autos pelo órgão do Ministério Público Eleitoral, mediante despacho do Juiz Eleitoral que a autorize ou quando houver previsão normativa.

Art. 332. O chefe de cartório entregará os autos no dia em que assinar o termo de conclusão ou de vista, evitando-se a permanência de autos em cartório com tais termos.

§ 1º Os termos serão preenchidos com o cargo ou função e os nomes, por extenso, daqueles a quem se destinam.

§ 2º A entrega dos autos ao Ministério Público poderá ser feita mediante carga em livro próprio.

Seção VI

CARGA E FOTOCÓPIAS

Art. 333. Nenhum processo ou documento será entregue ao Juiz Eleitoral, representante do Ministério Público ou advogado sem prévia assinatura no Livro de Carga.

§ 1º No Livro de Carga será sempre anotado, tratando-se de advogado e exibido o documento, o número da carteira profissional expedida pela OAB e respectiva seção.

§ 2º O cartório eleitoral, ao receber os autos ou documentos, dará baixa imediata no Livro de Carga, na presença do interessado. §

3º Será sempre registrado, por termo, o recebimento dos autos em cartório, dele constando a data.

Art. 334. A qualquer pessoa é assegurado o direito de examinar em cartório autos de processo findo ou em andamento, quando os respectivos feitos não estiverem sob sigilo de justiça.

Parágrafo único. Os servidores do cartório eleitoral exercerão vigilância sobre os processos, sobretudo quando de seu exame em cartório.

Art. 335. Não se fará carga de autos nos casos de:

I - fluência de prazo comum às partes, salvo carga conjunta precedida de autorização judicial;

II - existência de procuradores diferentes para as partes, nos casos de litisconsórcio no mesmo polo, salvo acordo prévio por escrito e juntado aos autos;

III - encontrarem-se em cartório para a realização de diligências, sem prazo para manifestação das partes, houver audiência designada ou estiverem conclusos.

Parágrafo único. Em todos os casos arrolados, a carga poderá ser requerida ao Juiz Eleitoral, que decidirá a respeito.

Art. 336. Os processos que correrem em sigilo (segredo de justiça) terão o seu exame restrito às partes e a seus procuradores, em cartório ou fora dele. Neste caso, a carga será dada mediante despacho do Juiz Eleitoral que a autorize, a não ser que aberta oportunidade para a parte falar.

Art. 337. A retirada de autos de cartório é reservada unicamente a advogados com procuração ou substabelecimento nos autos e a estagiários devidamente autorizados.

Parágrafo único. Tratando-se de processo que tramita sem advogado constituído, as partes terão apenas vista dos autos em cartório.

Art. 338. Para a obtenção de cópia reprográfica de peças de autos e livros, será observado o disposto no art. 5º, LX, CF.

§ 1º O Juiz Eleitoral poderá determinar, visando ao resguardo do documento a ser reproduzido, que ele seja retirado do cartório acompanhado de servidor.

§ 2º A retirada de autos de cartório, apenas para extração de cópias, será anotada no Livro de Carga, responsabilizando-se o interessado pelas despesas com fotocópias e pela devolução dos autos nas condições em que recebidos.

§ 3º Cópias de documentos de processos em andamento ou arquivados poderão ser autenticadas por qualquer dos servidores do cartório eleitoral.

Art. 339. O chefe de cartório relacionará os autos que estiverem em poder das partes além dos prazos legais ou fixados e representará ao Juiz Eleitoral, para as providências necessárias, inclusive, quando se tratar de advogado, daquelas relacionadas no art. 196, CPC.

Art. 340. A retirada de processos findos por advogado, mesmo sem procuração, dar-se-á com prazo não superior a 10 (dez) dias (Lei nº 8.906/94, art. 7º, XVI).

Seção VII

JUNTADA

Art. 341. As petições protocoladas em cartório em atendimento à determinação judicial, petições ou pareceres do Ministério Público, as certidões e folhas de antecedentes, bem como as precatórias devolvidas poderão ser juntadas aos autos independentemente de despacho judicial, mediante termo que os precederá, observado o disposto no art. 315, § 1º, destas normas.

§ 1º Do termo constará o número do protocolo de entrada da petição em cartório e os eventuais objetos que a acompanham.

§ 2º O objeto ou material que acompanhe petição ou documento será identificado com o número do protocolo da petição e dos autos a que se referem, e poderá ser arquivado em cartório, desde que certificado a respeito.

Seção VIII

USO DO FAC-SÍMILE

Art. 342. É autorizado o uso do fac-símile para o encaminhamento de petições e documentos (Lei nº 9.800/99), observado, no que for aplicável por identidade de situação, o contido em capítulo próprio do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

Seção IX

DESENTRANHAMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 343. O desentranhamento de documento dos autos, bem como a sua destinação, dar-se-á em cumprimento a ordem judicial; realizando-se o primeiro pela colocação de folha em branco no lugar das peças ou dos documentos desentranhados, na qual se lançará certidão com referência aos números das folhas da decisão que o determinou e daqueles desentranhados.

Parágrafo único. Quando se tratar de processo findo, o desentranhamento ocorrerá mediante a substituição das peças desentranhadas por fotocópias.

Seção X

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Art. 344. A citação da parte para integrar a relação processual será pessoal, mediante a expedição de mandado de citação.

Parágrafo único. Não estão excluídas as demais formas legais de citação e a aplicação subsidiária das regras contidas no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal, que poderão ser utilizadas segundo a natureza da ação, sob orientação do Juiz Eleitoral.

Art. 345. As intimações dos advogados das partes dar-se-ão mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

§ 1º O sistema de intimação pelo Diário da Justiça Eletrônico não exclui outras formas legais e estabelecidas em resoluções, que poderão ser utilizadas segundo as peculiaridades do caso concreto, sob orientação do Juiz Eleitoral.

§ 2º Intimada a parte por uma das formas regulamentares, desnecessária a intimação por qualquer outro meio.

Art. 346. As publicações conterão necessariamente:

I - a natureza do processo, o número dos autos, os nomes das partes;

II - o nome do advogado das partes e, havendo no processo, sua respectiva inscrição na OAB;

III - o conteúdo daquilo de que deva ser dado conhecimento aos advogados das partes, de forma precisa, a fim de se evitar ambiguidade ou omissão.

§ 1º Se houver mais de uma pessoa no polo ativo ou no polo passivo, será mencionado o nome da primeira, acrescido da expressão "e outro(s)".

§ 2º Com o ingresso de outrem no processo, como no caso de litisconsórcio ulterior, assistência ou intervenção de terceiros, somente será mencionado o nome da primeira pessoa, em cada uma das hipóteses, com o acréscimo da mesma expressão, se for o caso.

§ 3º Existindo mais de um advogado para cada uma das partes, será mencionado somente o nome daquele que em primeiro lugar tenha subscrito a petição inicial ou a defesa ou a primeira intervenção nos autos, salvo manifestação expressa em contrário, apreciada pelo Juiz Eleitoral. Se os litisconsortes tiverem procuradores diferentes, figurará o nome do advogado de cada um deles.

Art. 347. Nos processos submetidos a segredo de justiça, para que as eventuais intimações pelo Diário da Justiça Eletrônico não o violem, serão indicados a natureza da ação, o número dos autos, os nomes completos dos advogados e o teor do despacho ou decisão de forma

resumida, sendo omitidos a causa de pedir, o município e os nomes das partes, em cujo local deverá constar a expressão "SIGILOSO" (Resolução-TSE nº 23.326/10).

Parágrafo único. Na hipótese de a decisão monocrática conter transcrição de documentos sigilosos ou de quaisquer dados que comprometam o sigilo, somente a parte dispositiva será publicada.

Art. 348. As decisões e sentenças poderão ser publicadas somente na sua parte dispositiva, suprimindo-se relatório e fundamentação. §

1º Não haverá publicação de despachos naquilo que não diga respeito à parte.

§ 2º Feita à publicação, o cartório eleitoral deverá conferi-la e, em seguida, lançar a correspondente certidão nos autos, mencionando o número da edição e a sua data.

§ 3º Havendo erro ou omissão de elemento indispensável na publicação efetuada, outra será feita, independentemente de determinação judicial ou de requerimento da parte. Nesse caso, o cartório eleitoral juntará aos autos cópia de uma e de outra publicação.

§ 4º No sistema de registro e acompanhamento dos processos, os despachos, decisões e sentenças serão registrados na sua integralidade. Art. 349. A intimação do defensor nomeado, do defensor público e do representante do Ministério Público será sempre pessoal; em relação a este último, mediante a entrega dos autos com vista (Lei nº 8.625/93, art. 41, IV).

Seção XI

MANDADOS

Art. 350. Os mandados serão cumpridos pelo chefe de cartório ou por pessoa especialmente indicada pelo Juiz Eleitoral, cuja designação darse-á mediante portaria ou termo de compromisso nos autos.

Art. 351. Os mandados serão entregues pessoalmente aos encarregados das diligências, certificados nos autos a expedição, a entrega e o nome da pessoa a quem for confiado o mandado.

Art. 352. Os mandados de citação deverão conter os dados indicados no art. 225 do Código de Processo Civil e no art. 352 do Código de Processo Penal, conforme a natureza do processo a que se refira.

Art. 353. Os mandados serão cumpridos em até 10 (dez) dias, salvo em processo-crime de réu preso quando se observará o prazo de 3 (três) dias, se não houver outro prazo expressamente determinado.

Parágrafo único. Quando se cuidar de intimação para audiência, os mandados deverão ser devolvidos com a antecedência de 3 (três) dias da data designada.

Art. 354. O chefe de cartório relacionará os mandados em poder dos oficiais de justiça além dos prazos legais ou fixados e comunicará ao Juiz Eleitoral para as providências cabíveis.

Art. 355. Todos os mandados serão devolvidos com certidão que indique a data e a hora da realização da citação/notificação/intimação, o nome da pessoa que a recebeu e todos os incidentes relacionados ao cumprimento do ato.

Art. 356. Os atos e diligências realizados no exercício da função de oficial de justiça, em cumprimento a ordem judicial passada em processo eleitoral, serão reembolsados pelo Tribunal Regional Eleitoral, de acordo com o previsto na Resolução-TRE nº 536/08.

Seção XII

EDITAIS

Art. 357. Do edital constará o fim a que se destina, o prazo da sua publicação, o prazo para cumprimento do ato e, se vinculado a processo, o número deste e os nomes das partes.

Art. 358. A publicação de editais de qualquer natureza será objeto de certidão no próprio edital, da qual constará o local ou o jornal e o período de afixação, observados os prazos legais e fixados em resolução ou, se inexistentes, determinados pelo Juiz Eleitoral.

Parágrafo único. Em se tratando de edital vinculado a processo, certificar-se-á também nos autos, facultada a juntada de cópia daquele aos autos.

Seção XIII

AUDIÊNCIAS

Art. 359. As audiências necessárias à instrução do feito serão realizadas em dia e hora designados pelo Juiz Eleitoral, intimadas as partes e ciente o promotor eleitoral.

Parágrafo único. O chefe de cartório deverá examinar os autos 10 (dez) dias antes da data designada para a audiência, verificando se todas as providências de intimação ou requisição de partes e testemunhas foram tomadas e, se constatada irregularidade ou omissão, providenciará o necessário e comunicará ao Juiz Eleitoral.

Art. 360. A designação de audiências é atribuição exclusiva e indelegável do Juiz Eleitoral.

Art. 361. As audiências são públicas, salvo quando o processo correr em segredo de justiça ou quando puder resultar inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem (CF, art. 5º, CPC, art. 155, CPP, art. 792 § 1º).

Parágrafo único. O poder de polícia, nas audiências, compete ao Juiz Eleitoral, que poderá determinar o que for conveniente à manutenção da ordem.

Art. 362. Quando houver adiamento ou for designada continuação da audiência, a data será marcada no próprio termo, com ciência imediata aos que comparecerem.

Art. 363. É obrigatória a utilização da gravação audiovisual para a documentação de audiências em todos os processos.

Parágrafo único - Não será utilizado o sistema de gravação audiovisual de audiências:

I - na ocorrência de problema que impossibilite sua utilização;

II - nas situações previstas nos §§ 2º e 3º, do art. 364, deste Provimento.

Art. 364. Nos depoimentos, as partes e as testemunhas serão previamente informadas sobre a gravação de som e imagem, para o fim único e exclusivo de documentação processual (art. 20, do Código Civil), colhendo-se os consentimentos para a utilização do sistema, o que será registrado no termo de audiência.

§ 1º Havendo discordância das partes quanto ao método de registro utilizado, a decisão será consignada no termo de audiência.

§ 2º Na hipótese prevista no art. 217, do Código de Processo Penal, ou quando for necessária a preservação da intimidade, da honra e da imagem do depoente, o Juiz Eleitoral procederá ao registro de suas declarações pela via tradicional ou por gravação digital apenas em áudio, sem registro visual.

§ 3º O Juiz Eleitoral poderá dispensar a gravação digital nos casos em que se frustrar a realização da audiência ou em qualquer outra hipótese em que a adoção do sistema não resultar em proveito da celeridade processual, fazendo constar do respectivo termo.

Art. 365. A audiência em que houver utilização do sistema de gravação audiovisual será documentada por termo a ser juntado nos autos, assinado pelo Juiz Eleitoral e pelos presentes, no qual constarão: a identificação da mídia digital, informando respectiva marca e número gravado pela fábrica, o número de série da cópia de segurança, bem como o número dos autos, natureza da ação, data e hora da audiência, nome das partes e de seus representantes, a presença do Ministério Público, se se trata de interrogatório, declaração ou de depoimento, e as deliberações do juiz.

Art. 366. O termo de depoimento, declaração ou interrogatório será lavrado em separado, dele constando os seguintes dados: nome, filiação, nacionalidade, data e local de nascimento, estado civil, profissão, endereço de residência e do local onde exerce a profissão, número do RG, CPF, Título de Eleitor ou de outro documento hábil à identificação.

§ 1º A qualificação dos depoentes, declarantes ou réu será registrada no sistema de gravação audiovisual.

§ 2º O compromisso legal das testemunhas, as objeções e decisões a elas afetas serão necessariamente registradas pelo sistema de gravação audiovisual.

§ 3º Os depoimentos documentados por meio do sistema audiovisual adotado dispensam transcrição.

§ 4º Nas decisões proferidas pelo Juiz Eleitoral, em que houver menção de trechos de depoimentos gravados pelo sistema audiovisual, não é necessária sua transcrição integral, bastando sua descrição e o apontamento respectivo do tempo do vídeo (Por exemplo: "A testemunha Fulano de Tal afirmou não ter presenciado o fato, conforme se infere aos 02 min. e 30 seg. (ou 02'30") de seu depoimento").

Art. 367. Uma mídia gravada será destinada aos autos (mídia do processo), a qual será finalizada, para impossibilitar a inserção de novos arquivos, e será acostada à contracapa, e a outra servirá como cópia de segurança (mídia de segurança), a qual deverá ser mantida separada dos autos, em local seguro no cartório eleitoral.

§ 1º Os depoimentos de um mesmo processo deverão ser reunidos em uma única pasta, gravada na mídia, identificada pela natureza do processo e número do registro.

§ 2º Cada depoimento tomado corresponderá a um arquivo, assim nomeado: "Número dos autos - Nome do Depoente - Indicação se é Autor, Réu, Testemunha do Autor/Réu/Juízo, Informante do Autor/Réu/Juízo" (Por exemplo: "Autos 00000-50.2011.8.16.0000 - Fulano de Tal - Testemunha do Autor").

§ 3º Cada manifestação das partes ou advogados, corresponderá a um arquivo, assim nomeado "Número dos Autos - Espécie de Ato" (Por exemplo: "Autos 00000-50.2011.8.16.0000 - Defesa Oral pelo réu Fulano de Tal").

§ 4º Nas mídias do processo e de segurança serão identificados o número dos autos e o Juízo respectivo. §

5º Não poderão ser gravados depoimentos de processos distintos na mídia de segurança.

Art. 368. Os atos processuais poderão ser repetidos, de ofício ou mediante impugnação da parte, quando houver falha ou deficiência na gravação, de modo a impossibilitar seu entendimento.

Art. 369. As partes e o Ministério Público poderão obter cópia do material gravado, cabendo-lhes fornecer ao cartório a mídia gravável e compatível que possibilite a gravação dos dados.

§ 1º A parte ou seu advogado assinará termo de recebimento da cópia gravada, em que se responsabilizará pelo material e seu uso exclusivo para fins processuais.

§ 2º Não será permitida a retirada da mídia de segurança do cartório eleitoral, quando da carga dos autos aos procuradores das partes e ao representante do Ministério Público.

Art. 370. Se houver recurso, a mídia do processo acompanhará os autos quando da remessa ao Tribunal Regional Eleitoral, permanecendo no cartório eleitoral a mídia de segurança.

Seção XIV

CARTAS PRECATÓRIAS, DE ORDEM E ROGATÓRIAS

Art. 371. São requisitos essenciais da carta precatória e da rogatória os previstos nos arts. 202 e 203 do Código de Processo Civil e nos arts. 354 e 783 do Código de Processo Penal, aplicáveis conforme a natureza do processo.

Art. 372. A carta precatória é o instrumento que permite a realização de ato judicial em zona eleitoral distinta daquela onde tramita o processo e será confeccionada em 3 (três) vias, servindo uma delas de contrafé.

§ 1º Quando o ato deprecado for a citação, será instruída com tantas cópias da inicial quantas forem as pessoas a citar e mais uma, que a integrará.

§ 2º Da expedição de cartas precatórias para ouvida de testemunhas, serão sempre intimadas as partes.

§ 3º O Juiz Eleitoral fixará prazo para o cumprimento da carta, levando em consideração a natureza e a complexidade da diligência requerida. § 4º A carta precatória será encaminhada ao ofício distribuidor quando o ato a ser cumprido recair sobre município cuja circunscrição compreenda mais de uma zona eleitoral.

§ 5º Quando utilizada a gravação audiovisual para a documentação de audiências, o juízo deprecado devolverá os autos de carta precatória ou de ordem, acompanhados da mídia correspondente, contendo os atos registrados, sendo dispensada a transcrição.

Art. 373. Retornando a carta, será juntada aos autos principais, podendo ser desentranhadas dela eventuais fotocópias de peças já existentes nos autos, certificado o fato no termo de juntada.

§ 1º O juízo deprecante recebendo mídia de gravação audiovisual da audiência, providenciará sua cópia de segurança.

§ 2º O juízo deprecado deverá manter em cartório pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da baixa da precatória, arquivo digital dos atos realizados.

Art. 374. Recebida a carta precatória, de ordem ou rogatória, para cumprimento na zona eleitoral, o cartório do juízo deprecado registrá-la-á no sistema próprio, atuando-a e submetendo-a prontamente ao Juiz Eleitoral.

§ 1º O juízo deprecado poderá devolver a carta independentemente de cumprimento, quando não estiver devidamente instruída.

§ 2º A carta será devolvida, tão logo cumprido o ato processual delegado, ao juízo deprecante ou tribunal ordenante, não se aguardando o decurso de eventuais prazos concedidos por meio da diligência efetuada.

§ 3º Para permitir a retirada da carta no juízo deprecado, conterà ela os nomes dos advogados da parte que tiver interesse no cumprimento do ato.

§ 4º Em se tratando de inquirição de testemunhas em processo criminal, observar-se-á o disposto no art. 222 e art. 222-A, do Código de Processo Penal.

Art. 375. Quando a finalidade for a colheita de depoimento pessoal ou testemunhal, o juízo deprecado providenciará as intimações necessárias à realização do ato.

Art. 376. Constatado que o ato processual deverá ser cumprido em zona eleitoral diversa do juízo deprecado, a carta poderá ser diretamente remetida ao juízo competente, considerando seu caráter itinerante (CPC, art. 204 e CPP, art. 355, § 1º).

Art. 377. Nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, as citações e intimações deprecadas poderão ser efetuadas em qualquer delas, por determinação expressa do juiz deprecado.

Art. 378. Havendo urgência, a carta será transmitida via fac-símile, telegrama ou por meio eletrônico, observando-se as cautelas previstas nos arts. 206 e 207 do Código de Processo Civil e nos arts. 354 e 356 do Código de Processo Penal, aplicáveis conforme a natureza do processo.

Art. 379. A carta rogatória é o instrumento para requisitar ou solicitar o cumprimento de um ato processual em território estrangeiro e só será expedida se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade, arcando a parte requerente com os custos de envio.

§ 1º A parte interessada será intimada para providenciar a tradução e os documentos necessários, por meio de tradutor juramentado, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Na elaboração da carta rogatória, o cartório eleitoral atentar-se-á para as condições que possibilitem seu cumprimento e envio, mencionadas na Portaria nº 26, de 14.08.1990, do Departamento Consular e Jurídico do Ministério das Relações Exteriores e do Secretário Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça (DOU 16.08.90, p. 15.523) e no sítio eletrônico do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br/drci/default.asp).

§ 3º Formada a carta rogatória, devidamente traduzida, será enviada ao juízo rogado por intermédio do Ministério da Justiça.

§ 4º Retornando a carta cumprida, a parte será imediatamente intimada para providenciar a tradução do ato rogado para o vernáculo, em prazo a ser fixado pelo juiz ou, havendo omissão, no prazo de 30 (trinta) dias.

Seção XV

RECURSOS

Art. 380. Intimadas as partes da sentença e não havendo interposição de recurso, o cartório eleitoral certificará o decurso do prazo recursal e o trânsito em julgado da decisão.

Art. 381. Os recursos serão protocolados em cartório, com indicação da data e horário de recebimento, e serão processados na forma do art. 257 e seguintes do Código Eleitoral.

Art. 382. O cartório eleitoral fará a revisão das folhas dos autos que devam ser remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral, verificando sua numeração e se há omissões a serem supridas, nos seguintes termos:

I - será elaborada certidão, em uma única via, que constituirá a última peça dos autos, devidamente numerada;

II - a fim de evitar publicação de dados incorretos, serão verificados os nomes dos recorrentes, dos recorridos e dos respectivos advogados constituídos por procuração, bem como, se houver, o nome dos terceiros intervenientes e de seus advogados;

III - na capa da autuação serão anotados em destaque os incidentes processuais, a exemplo de agravo retido;

IV - eventuais suspensões de expediente havidas entre a data da intimação da decisão ou da sentença e a data de protocolização do recurso, com as especificações e motivações respectivas.

Parágrafo único. A certidão obedecerá ao seguinte padrão, que conterá também as informações que seguem:

CERTIDÃO DE REMESSA DE AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

CERTIFICO que, nesta data, examinando os autos do processo abaixo referido, revisei a numeração das folhas, extraí e conferi os dados a seguir relacionados:

número do processo:

cidade:

zona eleitoral:

tipo de recurso: (recurso eleitoral, contra expedição de diploma, etc.)

agravo retido: (sim ou não)

segredo de justiça: (sim ou não)

natureza da ação:

quantidade de folhas:

quantidade de volumes:

quantidade de apensos:

quantidade de folhas de cada apenso:

recorrente(s): (nome(s) e folhas)

advogado(s) do(s) recorrente(s): (nome(s), nº(s) de inscrição na OAB e indicação da folha do instrumento de mandato)

recorrido(s): (nome(s) e folhas)

advogado(s) do(s) recorrido(s): (nome(s), nº(s) de inscrição na OAB e indicação da folha do instrumento de mandato)

intervenção do MP: (se houver, citar folhas da 1ª intervenção)

cumprimento da sentença: (sim ou não)

assinatura, nome do chefe de cartório eleitoral

Art. 383. Devolvidos os autos de recurso ao cartório pelo Tribunal Regional Eleitoral, serão levados à conclusão do Juiz Eleitoral, para a adoção das providências cabíveis, antes do arquivamento.

Seção XVI

ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS EM GERAL

Art. 384. Os processos só poderão ser arquivados por determinação judicial, mediante termo registrado nos autos e procedidas às devidas anotações.

Art. 385. No arquivamento de processo, o cartório eleitoral observará a segurança e a organização na sua guarda, de modo a possibilitar a conservação dos autos e a celeridade na sua localização.

Art. 386. Independem de despacho judicial as seguintes providências, devendo ser realizadas pelo Chefe de Cartório ou servidor especialmente designado:

I - desarquivamento de processos, pelo prazo de 5 (cinco) dias, com a consequente vista, e, nada sendo requerido, o retorno ao arquivo;

II - juntada do requerimento de desarquivamento, após vista de autos, promovendo a imediata conclusão dos autos, se houver necessidade de qualquer providência judicial;

III - protocolado documento ou peça relativos a processos já arquivados, o desarquivamento dos autos e a juntada respectiva, efetuando o encaminhamento dos autos, conforme o teor do aludido documento ou peça.

CAPÍTULO II

INQUÉRITO POLICIAL E PROCESSO CRIMINAL

Seção I

INQUÉRITO POLICIAL e TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

Art. 387. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal eleitoral passível de ação pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la ao Juiz Eleitoral local, que adotará, no que for aplicável, as disposições contidas na Resolução-TSE nº 22.376/06.

Art. 388. Recebido e protocolizado o inquérito policial, o cartório eleitoral providenciará seu registro no sistema próprio, atribuindo-lhe numeração única, a qual constará da capa originária da autoridade policial, além da identificação da zona eleitoral e do número do protocolo.

§ 1º O cartório eleitoral lavrará termo nos autos e identificará na capa do inquérito os objetos ou materiais eventualmente apreendidos.

§ 2º Os bens apreendidos deverão ser mantidos em local seguro, devidamente identificados com o número do processo e o nome das partes. Art. 389. Independe de pronunciamento judicial a remessa de inquérito policial ao Ministério Público e a sua baixa à Delegacia de Polícia em pedido de dilação de prazo para continuidade de diligências e a respectiva concessão, cabendo ao Ministério Público o controle do prazo concedido, para os fins do art. 129, VII, da CF.

Art. 390. Sempre que houver requerimento de diligências pelo Ministério Público, os autos serão remetidos à conclusão do Juiz Eleitoral, que, deferindo o pedido, determinará o prazo para o cumprimento das diligências.

Art. 391. A remessa ou o apensamento do inquérito determinados pelo Juiz Eleitoral serão comunicados à autoridade policial e anotados no sistema próprio.

Art. 392. Todo inquérito policial, relatado ou com diligência cumprida, recebido da autoridade policial, será encaminhado, independentemente de despacho, ao representante do Ministério Público.

Art. 393. Se o órgão do Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial, e o Juiz Eleitoral considerar improcedentes as razões invocadas, encaminhará os autos à Procuradoria Regional Eleitoral, nos termos do art. 357, § 1º, do Código Eleitoral.

Art. 394. Concluído o inquérito e proferida a decisão que determine o seu arquivamento, o cartório eleitoral, antes dos procedimentos de arquivo, deverá providenciar:

I - comunicação ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná, para os fins do art. 809, § 3º, do CPP, da qual constará número do inquérito policial e nome do órgão policial instaurador, cópia da decisão que determinou o arquivamento e, se houver, nome e qualificação completa do indiciado, RG inclusive;

II - comunicação à Delegacia de Polícia responsável pela instauração do inquérito policial; e III

- anotação em sistema próprio.

Art. 395. O auto de prisão em flagrante será protocolado e registrado em sistema próprio, na classe "Notícia-Crime" e permanecerá em cartório aguardando o encaminhamento, pela Delegacia de Polícia, do inquérito policial que decorrer daquela comunicação.

§ 1º Recebido e protocolado o inquérito policial, serão adotadas as providências previstas no art. 389, deste Provimento e, após, serão juntados os autos de comunicação de prisão em flagrante (Notícia-Crime), podendo ser desentranhadas fotocópias de peças já existentes, certificado o fato no termo de juntada.

§ 2º O pedido de concessão de liberdade provisória será registrado no sistema próprio na classe "Petição" e autuado em apartado, independentemente de despacho; após, a decisão será comunicada à Delegacia de Polícia, com ciência ao Ministério Público.

§ 3º Após o trânsito em julgado, certificar-se-á o teor da decisão nos autos de prisão em flagrante e, posteriormente, os autos serão arquivados.

§ 4º Os valores relativos a fiança ou apreendidos deverão ser recolhidos em conta de depósito judicial no Banco do Brasil, vinculada ao processo respectivo e a cada indiciado, devendo o Juiz Eleitoral informar o CNPJ do Tribunal Regional Eleitoral e os dados do processo/indiciado.

Art. 396. A autoridade policial, civil ou militar, que tomar conhecimento de infração eleitoral em flagrante delito, quando de menor potencial ofensivo, lavrará termo circunstanciado de ocorrência (TCO), em substituição ao auto de prisão em flagrante.

§ 1º Recebido o termo circunstanciado de ocorrência (TCO), o cartório eleitoral providenciará seu protocolo e registro em sistema próprio, autuando-o na classe "Notícia-Crime" e diligenciará para obter as informações sobre antecedentes criminais pela forma mais célere:

I - na Justiça Eleitoral, em consulta ao cadastro nacional de eleitores (códigos ASE 388 e 337-8);

II - na Justiça Federal, pelo Ofício Distribuidor;

III - na Justiça Estadual, pelo Ofício do Distribuidor Criminal, pela Corregedoria dos Presídios e Varas de Execuções Penais; e IV

- no Instituto de Identificação do Estado.

§ 2º Juntadas as certidões de antecedentes aos autos, abrir-se-á vista ao Ministério Público, independentemente de despacho judicial.

Art. 397. Caberá a aplicação de medidas alternativas na hipótese de transação penal, nos termos do disposto no artigo 76 da Lei nº 9.099/95, cuja execução será acompanhada nos próprios autos, até ulterior cumprimento (Resolução-TSE nº 21.294/02).

Art. 398. Havendo concessão do benefício de transação penal, o cartório eleitoral:

I - registrará o código ASE 388 (transação penal eleitoral) no cadastro do eleitor ou encaminhá-la-á à zona eleitoral competente para tanto;

II - expedirá comunicação ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná, para os fins do art. 809, § 3º, do CPP, a fim de impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos consecutivos (Lei nº 9.099/95, art. 76, § 2º, II).

Parágrafo único. Da comunicação ao Instituto de Identificação constará nome e qualificação completa do beneficiado, RG, se houver, número dos autos em que obteve o benefício e cópia do termo de audiência em que houve a aceitação da proposta.

Art. 399. Não sendo aceita a transação ou revogado o benefício, o processo seguirá em seus ulteriores termos, nos moldes previstos no art. 355 e seguintes do Código Eleitoral.

Art. 400. A transação penal não acarreta reincidência, não gerará efeitos civis, sua aceitação não importa em reconhecimento de responsabilidade e não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo se para fins criminais, quando requisitada por autoridade judiciária ou pelo Ministério Público (Lei nº 9.099/95, art. 76, §§ 4º e 6º).

Art. 401. As cartas precatórias ou equivalentes eventualmente expedidas para os fins do art. 76 da Lei nº 9.099/95 deverão conter as respectivas propostas formuladas pelo Ministério Público, podendo o juízo deprecante autorizar ao deprecado a modificação das condições impostas, ouvido o representante do Ministério Público.

Art. 402. Em processo com mais de um acusado, quando concedida ou homologada a transação penal (Lei nº 9.099/95, art. 76) para um deles, poderá ser providenciado seu desmembramento, para facilitar o acompanhamento do cumprimento das condições.

§ 1º Os autos desmembrados serão registrados no sistema próprio, autuados na classe "Petição", fazendo constar no campo assunto tratar-se de transação penal e conterão traslado do respectivo termo de homologação ou concessão do benefício, entre outras peças julgadas necessárias.

§ 2º Havendo revogação do benefício, os autos desmembrados voltarão a integrar os principais e será registrado no cadastro eleitoral o código ASE 426 - Revogação da Transação Penal Eleitoral.

Art. 403. Cumpridas as condições acordadas, os autos serão conclusos ao Juiz Eleitoral, para a declaração da extinção da punibilidade e arquivamento do processo.

Parágrafo único. Tratando-se de autos desmembrados, declarada a extinção da punibilidade, serão apensados aos autos principais.

Seção II PROCESSO CRIMINAL

Art. 404. As infrações penais definidas no Código Eleitoral e leis conexas serão processadas segundo o disposto no art. 355 e seguintes desse diploma legal, com aplicação subsidiária do Código de Processo Penal.

Art. 405. Havendo oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, o cartório deverá autuá-la, seguida do inquérito policial ou das peças que a fundamentam como Ação Penal, numerando e rubricando as folhas a partir da autuação, desprezando a numeração original dos autos de inquérito policial ou de TCO.

Parágrafo único. Nos processos criminais, a parte autora será registrada como Ministério Público Eleitoral, vedadas outras denominações.

Art. 406. É cabível a aplicação da suspensão condicional do processo, nos termos do disposto no art. 89 da Lei nº 9.099/95, cuja execução será acompanhada nos próprios autos, até ulterior cumprimento (Resolução-TSE nº 21.294/02 e Acórdão-TSE nº 60, de 18/09/2003).

§ 1º Não sendo aceita a proposta de suspensão condicional do processo, ou sendo revogado o benefício, o processo seguirá em seus ulteriores termos, nos moldes previstos no art. 355 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 2º A suspensão condicional do processo não acarreta reincidência, não gerará efeitos civis, sua aceitação não importa em reconhecimento de responsabilidade e não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo se para fins criminais, quando requisitada por autoridade judiciária ou pelo Ministério Público.

§ 3º As cartas precatórias ou equivalentes eventualmente expedidas para os fins do art. 89 da Lei nº 9.099/95 deverão conter as respectivas propostas formuladas pelo Ministério Público, podendo o juízo deprecante autorizar ao deprecado a modificação das condições impostas, ouvido o representante do Ministério Público.

§ 4º Em processo com mais de um acusado, quando determinada a sua suspensão (CPP, art. 366) ou suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95, art. 89) para um deles, poderá ser providenciado seu desmembramento, para facilitar o acompanhamento do cumprimento das condições.

§ 5º Os autos desmembrados serão registrados em sistema próprio, autuados na classe "Petição", fazendo constar no campo assunto tratar-se de suspensão condicional do processo, e conterão traslado do respectivo termo de aceitação da proposta, entre outras peças julgadas necessárias.

§ 6º Havendo revogação do benefício, os autos desmembrados serão juntados aos autos principais.

Art. 407. Cumpridas as condições acordadas, os autos serão conclusos ao Juiz Eleitoral, para a declaração da extinção da punibilidade e arquivamento do processo.

Parágrafo único. Tratando-se de autos desmembrados, declarada a extinção da punibilidade, serão apensados aos autos principais.

Seção III RECURSO E REGISTROS

Art. 408. Havendo recurso, o cartório eleitoral, anteriormente à remessa dos autos ao Tribunal Regional Eleitoral, lavrará certidão que obedecerá ao seguinte padrão:

CERTIDÃO DE REMESSA DE AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, examinando os autos do processo abaixo referido, revisei a numeração das folhas, extraí e conferi os dados a seguir relacionados:

número do processo:

cidade:

zona eleitoral:

tipo de recurso: (Recurso Criminal, Recurso em Sentido Estrito, etc.)

artigos da denúncia:

quantidade de folhas:

quantidade de volumes:

quantidade de apensos:

quantidade de folhas de cada apenso:

recorrente(s): (nome(s) e folhas)

advogado(s) do(s) recorrente(s): (nome(s), nº(s) de inscrição na OAB e folhas)

recorrido(s): (nome(s) e folhas)

advogado(s) do(s) recorrido(s): (nome(s), nº(s) de inscrição na OAB e folhas)

réu(s) que não recorreu(ram): (nome(s))

tipo de decisão: (absolutória, condenatória, absolutória/condenatória, etc.)

situação do réu: (revel, solto, preso, sursis, preso por outro processo, etc.)

pena: (reclusão ou detenção e quantidade de anos, meses e dias)

multa: (quantidade de dias)

boletim de antecedentes: (folhas)

enquadramento da sentença: (artigos do Código Eleitoral, Código Penal ou de outro diploma legal referido na parte dispositiva da sentença)

assinatura, nome do chefe de cartório eleitoral

Art. 409. Transitadas em julgado as sentenças criminais de mérito, condenatórias, absolutórias ou de extinção de punibilidade, e subsistindo habeas corpus ou recurso em sentido estrito pendentes de julgamento em segunda instância, o chefe de cartório, de imediato, fará conclusão dos autos com informação ao Juiz Eleitoral, comunicando a seguir o fato ao Tribunal Regional Eleitoral, instruído o ofício com cópia da sentença e da certidão de trânsito em julgado.

Art. 410. Transitada em julgado a sentença proferida em ação penal eleitoral (condenatória, absolutória ou de extinção da punibilidade), o cartório eleitoral fará comunicação ao Instituto de Identificação do Estado do Paraná, para os fins do art. 809, § 3º, do CPP, da qual constará nome e qualificação completa do denunciado, RG se houver, cópia da sentença ou acórdão e certidão de trânsito em julgado.

Art. 411. Transitada em julgado a sentença condenatória que julgar ação penal eleitoral, além da providência prevista no artigo anterior, o cartório eleitoral deverá registrar, no cadastro de eleitores, o código ASE 337, motivo 8 (Suspensão de Direitos Políticos - condenação criminal eleitoral), para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal, ou comunicar à zona eleitoral competente para tanto.

Art. 412. A extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena ou outra causa legal, quando se referir a crimes eleitorais, deverá ser registrada no cadastro eleitoral por meio dos códigos ASE 370 - Restabelecimento de Direitos Políticos e ASE 540 - Inelegibilidade, na forma disposta no capítulo próprio, e deverão ser adotadas as providências previstas no art. 410, deste Provimento.

Seção IV

MANDADO DE PRISÃO E ALVARÁ DE SOLTURA

Art. 413. Alvarás de soltura e mandados de prisão deverão ser imediatamente expedidos.

§ 1º Cópias do alvará de soltura e do mandado de prisão deverão ser encaminhadas à autoridade judiciária competente (Vara de Execuções Penais) e à autoridade administrativa (Delegacia de Polícia) incumbida da execução da prisão.

§ 2º Sendo relaxada a prisão, todos os mandados devem ser recolhidos, fazendo-se as necessárias comunicações.

Art. 414. Do mandado de prisão e do alvará de soltura, constarão os nomes, a naturalidade, o estado civil, a data de nascimento ou a idade, a filiação, a profissão, o endereço da residência ou do trabalho, o número dos autos do inquérito policial ou do processo, características físicas e, especialmente, o número do título de eleitor, do RG e do CPF.

Parágrafo único. Do alvará de soltura constarão, ainda, a data e a natureza da prisão, a infração, a pena imposta, o motivo da soltura e a cláusula "se por outro motivo não estiver preso".

Seção V

HABEAS CORPUS

Art. 415. O pedido de habeas corpus deverá ser submetido de imediato à apreciação do Juiz Eleitoral e seguirá o disposto no Código de Processo Penal.

Art. 416. Para a instrução de habeas corpus impetrado em segunda instância, o pedido de informações deverá ser apresentado prontamente ao Juiz Eleitoral, acompanhado do processo a que se refere o habeas corpus, para que sejam prestadas no prazo legal.

Seção VI

EXECUÇÃO PENAL

Art. 417. A execução da sentença condenatória ou do acórdão proferido pelo Tribunal Regional Eleitoral, transitados em julgado, será levada a efeito pelo Juiz Eleitoral (CE, art. 363).

Art. 418. Transitada em julgado a sentença que aplicar a pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o Juiz Eleitoral ordenará a expedição de Guia de Recolhimento para a execução.

Parágrafo único. Será expedida Guia de Recolhimento em três vias, nos termos do disposto no art. 106 da Lei de Execuções Penais, remetendo-se às autoridades judiciária (Vara de Execuções Penais - Súmula 192 STJ) e administrativa (Delegacia de Polícia) incumbidas da execução da pena, uma via para cada, juntando-se a terceira via aos autos do processo.

Art. 419. O recolhimento dos valores devidos a título de multa será feito por GRU e seguirá o procedimento descrito no capítulo próprio - Multas Eleitorais.

Parágrafo único. Ocorrido o pagamento e declarada extinta a pena, os autos serão arquivados após efetuados os necessários registros.

Art. 420. As multas criminais não satisfeitas no prazo de 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão serão consideradas dívida líquida e certa, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, devendo os juízes eleitorais determinar o registro no Livro de Inscrição de Dívida, enviar o Termo de Inscrição de Multa Eleitoral e cópias de peças dos respectivos autos à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, independentemente do valor da condenação, em cinco dias após o decurso daquele prazo (CPP, art. 686, e Portaria nº 75/12-MF, art. 1º, §1º).

Parágrafo único. A remessa do Termo de Inscrição de Multa Eleitoral se fará conforme o disposto no capítulo 'Multas Eleitorais Não Satisfeitas no Prazo Legal'.

Art. 421. Promovida, pelo Juiz Eleitoral, a execução de sentença transitada em julgado que aplicou pena restritiva de direitos (Lei de Execuções Penais, arts. 147 a 155), o cartório eleitoral promoverá a juntada aos autos dos relatórios circunstanciados das atividades do condenado ou de qualquer outra comunicação recebida das entidades beneficiadas ou designadas, submetendo-os ao Juiz Eleitoral sempre que se constatar ausência, falta disciplinar ou o término do cumprimento das condições.

CAPÍTULO III

ANTECEDENTES CRIMINAIS

Art. 422. A certidão de antecedentes criminais será expedida 'para fins criminais' ou 'para efeitos civis'.

Parágrafo único. Cabe ao atendente do cartório eleitoral/CAE consultar o interessado sobre a finalidade da certidão, a fim de expedir o documento adequado.

Seção I

ANTECEDENTES CRIMINAIS PARA EFEITOS CIVIS

Art. 423. As certidões para efeitos civis, com as informações sobre condenações criminais definitivas, sem extinção de punibilidade, serão fornecidas ao público em geral, com fundamento nos dados do cadastro nacional de eleitores.

§ 1º A certidão será emitida prontamente por servidor do cartório eleitoral/CAE, com identificação da unidade expedidora, sem custo para o requerente.

§ 2º A certidão destinada à obtenção de porte de arma, embora para efeitos civis, atestará sobre estar a pessoa, em nome de quem é expedida, respondendo a inquérito policial ou a processo criminal (Lei nº 10.826/03, art. 4º, I) e será emitida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas pela chefia do cartório.

Seção II

ANTECEDENTES CRIMINAIS PARA FINS CRIMINAIS

Art. 424. O cartório eleitoral somente expedirá as certidões de antecedentes para fins criminais se requisitadas por autoridade judiciária ou pelo Ministério Público, para instruir processo ou pedido de benefício à autoridade judiciária, ou se requeridas pelo interessado ou por seu defensor/procurador que fizer prova do mandato.

§ 1º Os antecedentes criminais serão fornecidos sem restrições (folha corrida), com fundamento nos livros e registros de processos criminais em geral, incluindo os relativos ao da Lei nº 9.099/95 e de inquéritos policiais, bem como com base no sistema de registro e acompanhamento dos processos e nos dados do cadastro de eleitores e da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, sobre eventuais condenações criminais eleitorais existentes no país (código ASE 337.8).

§ 2º A certidão de antecedentes criminais será fornecida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas pela chefia de cartório.

§ 3º As informações mencionadas neste artigo não poderão ser fornecidas ao público em geral e devem ser requeridas por escrito.

§ 4º Para fins criminais, as informações sobre processos em andamento serão atestadas no âmbito da zona eleitoral da inscrição do eleitor ou, se inexistente inscrição, no âmbito da zona eleitoral de sua residência.

CAPÍTULO IV EXECUÇÃO FISCAL

Art. 425. A cobrança judicial das multas eleitorais não satisfeitas no prazo legal convertidas em dívida ativa da Fazenda Pública, será feita por ação executiva, que correrá perante o juízo eleitoral competente (CE, art. 367, IV).

Art. 426. Proposta a execução pela Procuradoria da Fazenda Nacional, a petição será registrada em sistema próprio como Execução Fiscal, autuada e tramitará na forma prevista na Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), com aplicação subsidiária das disposições do Código de Processo Civil.

Art. 427. É desnecessária a intervenção do Ministério Público Eleitoral nas execuções fiscais (Súmula 189 - STJ).

Art. 428. O parcelamento ou a quitação de dívida ativa, ainda que em curso ação executiva, serão requeridos perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 429. As dúvidas suscitadas na aplicação deste Provimento serão apreciadas e resolvidas pelo Corregedor Regional Eleitoral, quando se referirem às normas que regem os serviços da Corregedoria Regional Eleitoral, e pelo Juiz Eleitoral, quando se tratar de disposições relativas às zonas eleitorais.

Art. 430. Este provimento entra em vigor após o decurso de 30 (trinta) dias de sua publicação, revogados os Provimentos nos 05/2009, 01/2011, 01/2012, 02/2012, 03/2012, 04/2012, 05/2012, 06/2012, 02/2013-CRE/PR, desta Corregedoria Regional Eleitoral.

Comunique-se e cumpra-se.

Publique-se.

Curitiba, 05 de agosto de 2013.

Desembargador EDSON LUIZ VIDAL PINTO
Corregedor Regional Eleitoral

APÊNDICE I SIGLAS E ABREVIATURAS

ABREVIATURA	NOMENCLATURA
AR	Aviso de Recebimento
ASE	Atualização da Situação do Eleitor
CAE	Central de Atendimento ao Eleitor
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CC	Código Civil
CE	Código Eleitoral
CF	Constituição Federal
CGE	Corregedoria-Geral Eleitoral
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
Elo	Sistema Gerenciador do Cadastro Nacional de Eleitores
Filiaweb	Sistema de Filiação Partidária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GRU	Guia de Recolhimento da União
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infodip	Sistema de Informações de Direitos Políticos
LC	Lei Complementar
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério Público
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PETE	Protocolo de Entrega de Título Eleitoral
RAE	Requerimento de Alistamento Eleitoral
Res	Resolução

RRI	Requerimento de Regularização de Inscrição
SGIP	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
SPCE	Sistema de Prestação de Contas Eleitorais
TCO	Termo Circunstanciado de Ocorrência
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
ZE	Zona Eleitoral
ZZ	Zona Eleitoral do Exterior

Decisões Monocráticas

Relação de Publicação nº 34/13-CRE/PR

Regularização de Inscrição Eleitoral nº 299-70.2013.6.16.0000

1. Tendo em vista a informação de que VANDERLEI RYCHCIK, devidamente intimado, deixou de comprovar o cumprimento das penas (f. 13), proceda-se ao cancelamento da inscrição eleitoral nº 062747050639 do Juízo da 187ª Zona Eleitoral/PR, consoante artigo 15, inciso III da Constituição Federal, combinado com o artigo 71, inciso II do Código Eleitoral.

2. Encaminhe-se cópia desta decisão e do respectivo relatório de cancelamento da inscrição ao Juízo da 187ª Zona Eleitoral/PR, para ciência.

3. Após, publique-se e arquivem-se.

Em 30 de julho de 2013.

Des. EDSON VIDAL PINTO

Corregedor Regional Eleitoral

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

Atos do Procurador

Portarias

Portaria nº 582/2013

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 da Lei Complementar nº 75/93 e tendo em vista a Resolução nº 20.842/01-TSE, bem como o contido no Ofício nº 1403/2013/PGJ/PR, resolve

DESIGNAR

os membros do Ministério Público a seguir nominados como Promotores Eleitorais para atenderem, nos períodos discriminados, os serviços das Zonas Eleitorais mencionadas, nos termos da Resolução nº 30/08 - CNMP, em virtude de férias, licenças e outros afastamentos dos Promotores de Justiça Titulares:

NOME	DESIGNAÇÃO PARA ATENDER	PERÍODO
BRUNO RODRIGUES DA SILVA Promotor Substituto da 70ª SJ de JAGUARIAÍVA	054ª z.e. de SENGÉS	Férias 17/06 a 01/07/13
DAVID KERBER AGUIAR Promotor de Justiça da 1ª PJ de PALMAS (Conforme Quadro de Antiguidade Eleitoral) (Alterando em Parte a Portaria 474/13)	032ª z.e. de PALMAS	Férias 23/07 a 08/08/13
GISELI BATISTA DE MELO Promotora de Justiça da 5ª PJ de CAMPO MOURÃO (Conforme Quadro de Antiguidade Eleitoral) (Alterando em parte a Portaria 474/13)	183ª z.e. de CAMPO MOURÃO	Férias 22 e 23/07/13
FERNANDO AUGUSTO SORMANI BARBUGIANI Promotor de Justiça da 1ª PJ de ARAPONGAS (Alterando em Parte a Portaria 473/13) (Conforme Quadro de Antiguidade Eleitoral)	061ª z.e. de ARAPONGAS	Férias - 02 dias A partir de 25/06/13